

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DE AQUIDAUANA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VITÓRIA DE JESUS

**A TERRITORIALIDADE SOB A ÓTICA DA PROSTITUIÇÃO NAS CIDADES DE
AQUIDAUANA E ANASTÁCIO/MS**

AQUIDAUANA/MS

2025

VITÓRIA DE JESUS

**A TERRITORIALIDADE SOB A ÓTICA DA PROSTITUIÇÃO NAS CIDADES DE
AQUIDAUANA E ANASTÁCIO/MS**

Dissertação apresentada como exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

AQUIDAUANA/MS

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

VITÓRIA DE JESUS

**A TERRITORIALIDADE SOB A ÓTICA DA PROSTITUIÇÃO NAS CIDADES DE
AQUIDAUANA E ANASTÁCIO/MS**

Dissertação apresentada como exigência do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista.

Resultado: _____

Aquidauana, MS, _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Orientador

Profa. Dra. Eva Teixeira dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Prof. Dr. Rafael Oliveira Fonseca

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Joga pedra na Geni

Joga pedra na Geni

Ela é feita pra apanhar

Ela é boa de cuspir

Ela dá pra qualquer um

Maldita Geni

– Trecho da música “Geni e o Zepelim” (Chico Buarque)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, pela disponibilização da bolsa de pesquisa.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Ricardo Lopes Batista, que aceitou construir essa dissertação comigo. Quero que saiba que o admiro intelectualmente e sempre serei grata pelos direcionamentos que me orientaram a este produto e possibilitaram-me finalizar a experiência que foi o mestrado. Além dele, também preciso deixar minha gratidão ao Dr. Elias Rodrigues da Cunha que, no laboratório de geoprocessamento, auxiliou na questão espacial deste trabalho e que, com suas observações na confecção dos mapas também me direcionou a uma discussão teórica que melhor explicariam a espacialidade do fenômeno estudado.

Gostaria de estender meu “muito obrigada” à minha banca, a professora Dra. Eva Teixeira dos Santos e o professor Dr. Rafael Oliveira Fonseca. Saibam que sou grata pelas considerações e pela disponibilidade em discutir os pontos que detectaram haver necessidades de melhorias. O olhar crítico de ambos silenciou inquietações de como esse material poderia vir ser conduzido.

Agradeço ao Samuel e à Eliza que me ajudaram na inserção deste universo. Sei que a credibilidade científica deste trabalho me foi negada em alguns momentos por algumas pessoas, muito pela sua temática, mas vocês acreditaram que, com os resultados coletados, eu seria capaz de finalizar um bom material. Assim, obrigada por me apresentarem pessoas e locais que destravaram minhas incertezas sobre o tema. Vocês foram muito importantes neste trabalho – além das pessoas que conheci decorrente a vocês.

Desde ponto adiante, acredito que meus agradecimentos seguirão uma linha mais emocional. No dia 13 de março de 2025, repentinamente, meu pai partiu, com promessas de comemorar meu aniversário que ocorreria em quatro dias que jamais serão cumpridas. Sempre me questionei sobre algumas exposições, mas acredito que tudo o que me for movido a ser escrito a partir disso poderá ser um acalento para a Vitória que ainda me tornarei – entendo seu afastamento da geografia, mas espero que, em um ano ou dois, você encontre as oportunidades para retornar. Então escrevo isso por mim, sabendo que, em breve, esses agradecimentos serão esquecidos pelos demais.

Não sei quantos anos eu tinha quando o Cleyton chegou na minha vida. Socialmente ele é meu padraсто – mas dentro de mim sei que esse título não lhe faz jus. Sua chegada curou feridas e nos elevou, enfim, ao título de uma família. Ele foi nossa engrenagem principal e ainda segue difícil entender como ocorre o funcionamento da vida sem sua presença para intermediar nossos dias. Ele era o ouvido paciente durante o almoço, era quem preparava um purê de batata, minha comida preferida, em dias tristes e aquele que se alternava entre os mais sábios conselhos e as piadas mais sem sentido, mas que preenchia o silêncio da casa com risos.

Um dia, talvez pouco mais de um ano atrás, ele me admitiu que um dos seus sonhos era ser chamado de pai por mim. Foi neste momento que percebi que sempre o chamava desta forma para todos ao citá-lo, mas, quando o achava, simplesmente o chamava pelo nome. Naquele dia quis realizar esse sonho, acreditando que a vida me proporcionaria um momento adequado.

O agradecimento da minha dissertação foi escolhido como esse palco, tanto que ele está chamado assim na primeira versão da qualificação. Quis tanto aguardar a defesa, que era algo que ele era um dos maiores incentivadores, que hoje ele já não está mais aqui para ler. Por isto, esse agradecimento é sobretudo ao meu pai por me ensinar, mesmo duramente, que a vida merece ser vivida sem aguardar o depois.

Há também mais pessoas que eu gostaria de agradecer neste momento e que sei que entenderão por minhas palavras a eles se tornarem sucintas neste momento, diferente da qualificação. Muito obrigada minha mãe e irmão, por proporcionarem uma base de amadurecimento neste meio tempo em que passamos juntos. Obrigada, Marcos, por ser meu companheiro e um alicerce da minha família neste momento, resolvendo conosco algumas burocracias e reparos domésticos. Você é a base que me fornece força quando me permite ser fraca e, graças a você, ainda encontro suporte emocional para cuidar deles como meu pai gostaria.

Em Mato Grosso Sul, Maria Fernanda, Fernanda, Luan, Israely, Polyana e Denilson: obrigada pela vida compartilhada que tivemos. A admiração que sinto por vocês transpassa a geografia e hoje entendo profundamente como um afeto compartilhado pode transpassar força em meio a qualquer vulnerabilidade. Eu amo cada um de vocês e sou grata por tê-los conhecido. Em São Paulo, Karol, Igor, Érika, Davi, Yonara, Gustavo e Marcelo, muito obrigada por cuidarem de mim. Eu precisava conhecer vocês e sou grata por este momento ter chegado.

RESUMO

Ao entender que a prostituição é a prática da remuneração do sexo e que, urbanamente, pode-se ocorrer em contextos de casas noturnas e afins, em ruas ou pelo turismo sexual, o presente trabalho visa discutir a questão da territorialização da atividade de prostituição existente nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS a partir do entendimento das estratégias de fixação urbana adotada pelos agentes do sexo (mulheres, homens e travestis). Desta forma, pôde-se compreender a espacialização do fenômeno nas cidades estudadas com a realização da observação sistemática in loco e aplicação de entrevista semiestruturada formulada com orientações e levantamentos bibliográficos coerente com a temática e coleta de relatos informais. Ao investigar a atividade de prostituição nas cidades, notou-se como os objetos geográficos existentes no núcleo urbano parecem exercer influência nestas estratégias bem como parecem influenciar os comportamentos espaciais destes agentes, impactando nas territorialidades e, conseqüentemente, nos códigos semânticos adotados, que parecem condicionar-se pela localização. A tabulação e análise dos dados coletados deu-se pelo uso do método histórico-dialético, que trouxe a concepção de que, neste trabalho, os conceitos de espacialidade e territorialidade relacionam-se, uma vez que as áreas comerciais e de limites urbanos tornam-se atraentes para o estabelecimento da prostituição em Aquidauana e Anastácio pelas características sociais da concentração dos objetos geográficos urbanos de sua localidade.

Palavras-chave: Prostituição. Territorialidade. Espacialidade. Objetos geográficos. Cidades.

ABSTRACT

By understanding that prostitution is the practice of remuneration for sex and that, in urban areas, it can occur in nightclubs and similar contexts, on the streets or through sexual tourism, the objective of this study aims to discuss the issue of the territorialization of prostitution activity in the cities of Aquidauana and Anastácio/MS based on the understanding of the urban settlement strategies adopted by sex agents (women, men and transvertites). In this way, it was possible to understand the spatialization of the phenomenon in the cities studied by carrying out systematic on-site observation and applying a semi-structured interview formulated with guidelines and bibliographical surveys consistent with the theme and collection of informal reports. When investigating prostitution activity in cities, it was noted how the geographic objects existing in the urban core seem to exert influence on these strategies as well as appearing to influence the spatial behaviors of these agents, impacting territorialities and, consequently, the semantic codes adopted, which seem to condition by the location. The tabulation and analysis of the collected data was carried out using the historical-dialectic method, which brought the conception that, in this work, the concepts of spatiality and territoriality are related, since commercial areas and urban limits become attractive for the establishment of prostitution in Aquidauana and Anastácio due to the social characteristics of the concentration of urban geographic objects in their locality.

Keywords: Prostitution. Territoriality. Spatiality. Geographic objects. Cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização de Aquidauana e Anastácio/MS.	66
Figura 2. Mapa dos territórios da prostituição em Aquidauana e Anastácio/MS.....	69
Figura 3. Ponte Roldão de Oliveira, em Aquidauana/MS.	70
Figura 4. Cruzamento entre Av. Integração e Manoel Murtinho em Anastácio/MS.	72
Figura 5. Parque dos Ipês, em proximidade com a rotatória Taquarussu, Anastácio/MS.....	73
Figura 6. Exemplo do hotel, Anastácio/MS.	74
Figura 7. Avenida Doutor Sabino do Patrocínio, ou avenida Pantaneta, em Aquidauana/MS. ...	75
Figura 8. Exemplos de objetos geográficos em proximidade da saída da cidade, Anastácio/MS.77	
Figura 9. Casa noturna em proximidade com a Ponte Nova, Aquidauana/MS.	80
Figura 10. Lado anastaciano em relação a Ponte Nova.	80
Figura 11. Casa noturna localizada em Anastácio/MS.....	92
Figura 12. Terminais rodoviários de Aquidauana/MS (à esquerda) e Anastácio/MS (à direita). 93	
Figura 13. Distância de um dos pontos de prostituição travesti, nos limites da BR-419, em relação a área urbana.	103

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional número 1
ANPROSEX	Articulação Nacional de Profissionais do Sexo
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CN	Congresso Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CP	Código Penal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUTS	Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
DAM	Delegacia de Atendimento à Mulher
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DSI/MJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
DSN	Doutrina da Segurança Nacional
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GP	Garoto (a) de Programa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
JK	Juscelino Kubitschek
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários

MPF	Ministério Público Federal
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PL	Projeto de Lei
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA.....	18
3 A ETIMOLOGIA DO TERMO: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROSTITUIÇÃO PARA SUA CONFIGURAÇÃO ATUAL	23
3.1 A historicidade da prostituição no mundo	24
3.2 A historicidade da prostituição no Brasil.....	43
3.3 A prostituição no Mato Grosso do Sul	50
4 QUESTÕES JURÍDICAS VISUALIZÁVEIS NA TEMÁTICA DE PROSTITUIÇÃO E DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	58
5 ESTRATÉGIAS LOCACIONAIS, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO	64
5.1 A territorialidade da prostituição em Aquidauana e Anastácio	81
5.2 A dinâmica urbana de Aquidauana e Anastácio no contexto da territorialidade da prostituição	96
6 AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES E SUA DIVISÃO TERRITORIAL: PROSTITUIÇÃO DE RUA, DE CASAS NOTURNAS E TURISMO SEXUAL	116
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	175
Apêndice A – Roteiro das Entrevistas	175
Apêndice B – Termo de Confidencialidade.....	178
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	179
ANEXO	185
Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP	185

1 INTRODUÇÃO

É preciso perceber o ato da prostituição como a realização voluntária de atividades sexuais em troca de remuneração financeira, não devendo confundir-se com exploração sexual, que por sua vez configura-se como prática criminosa definida em três artigos do Código Penal (CP) Brasileiro de 1940.

Art. 228 Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone. Art. 229 Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Art. 230 Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça (Brasil, 2009)¹.

Buscando uma análise geográfica, enquanto objetivo, esse estudo debruçou-se em sentido de produzir material que fornecesse reflexão acerca da territorialidade desempenhada segundo a atividade de prostituição no recorte espacial das cidades de Aquidauana e de Anastácio/MS. Assim, visa-se compreender a dinâmica urbana a partir da territorialização da prostituição nas cidades mencionadas, partindo do pressuposto de que os códigos semânticos adotados pelos agentes territorializantes se tornam consequência do tipo de espacialização ocorrida e de seus objetos geográficos dispostos, além de buscar correlacionar a prostituição com os conceitos de territorialidade e espacialidade.

Foram, portanto, investigadas as manifestações territoriais decorrentes da atividade de prostituição em Aquidauana e Anastácio, cujo esforço centra-se na compreensão da formação territorial da prostituição, ou seja, na investigação da apropriação espacial pautada nos objetos geográficos de interesse dos agentes do sexo. Com isso, a análise foi dada pelo exercício da espacialidade e territorialidade e, por essa razão, foram privilegiadas as categorias de análise do espaço e do território, de modo a identificar os seus agentes territorializantes e as áreas privilegiadas para desempenho da atividade da prostituição.

Silva (2002a), em sua obra que visa apontar a história de Anastácio pontua que, em momento anterior à sua elevação enquanto um município, a cidade era denominada como Margem

¹ Os artigos citados, embora permaneçam no Código Penal Brasileiro, foram redefinidos pela Lei Federal nº. 12.015 de 2009.

Esquerda em referência a sua posição geográfica em relação ao rio Aquidauana que, ainda atualmente, bifurca as cidades de Aquidauana e Anastácio. Inclusive, ao rememorar o passado de ambas, entende-se como o rio Aquidauana foi de suma importância para o adensamento populacional, valendo-se citar que “é certo, portanto, que os dois municípios estão ligados umbilicalmente” (Silva, 2002a, p. 17).

Apoiando-se nos estudos de Vieira, Roma e Miyazaki (2007), que, por sua vez, basearam-se no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nomeia-se como cidades pequenas aquelas que possuem um contingente populacional de até 50 mil habitantes. Neste sentido, o termo “cidade pequena” foi empregado em questões de aglomeração populacional, não se devendo confundir com sua extensão territorial. No momento deste estudo, Aquidauana detinha uma população residente de 46.803 pessoas (IBGE, 2022b) e Anastácio uma população residente de 24.114 pessoas (IBGE, 2022a).

A justificativa desse trabalho tem sua relevância em termos sociais, uma vez que houve a procura de identificação da prática de prostituição, permitindo, além de identificar a parcela da população estudada no recorte espacial, compreender suas estratégias de fixação conforme o entendimento das dinâmicas urbanas observáveis em algumas áreas que melhor possibilite a concretização do território. Além disto, pôde-se ampliar o leque de discussão acerca dos conceitos de espaço, território, espacialidade e territorialidade ao traçar paralelos explicativos acerca da apropriação do território pelo espaço e da caracterização da territorialidade pela localização na ótica da prostituição. Ao notar também uma rarefação de aporte teórico que aponte a questão da prostituição em Aquidauana e Anastácio, mostra-se o fato como uma motivação para o desenvolvimento da pesquisa.

Haesbaert (2018) auxilia a compreender a relação entre território e espaço a partir do entendimento de que o território se apoia no espaço, mesmo não o sendo, produzindo-se em decorrência a esse. Raffestin (1993) complementa as noções ao trazer que o território se torna resultado de uma ação conduzida por ator sintagmático ocorrido pelos processos de apropriação de um espaço. Assim, ao tratar das categorias, esses conceitos nortearão as discussões teóricas, permitindo, todavia, o complemento conceitual de outros autores.

Silva (2002b) estabelece que um território requer das territorialidades desempenhadas para seu estabelecimento e manutenção, uma vez que a categoria de análise se torna base espacial para essas relações de poder. Assim, as territorialidades passam a ser compreendidas enquanto uma

expressão geográfica que, no caso da prostituição entre as cidades estudadas, correlaciona-se com estratégias espaciais. Com isto, a condução deste trabalho visou trazer apontamentos acerca da hipótese inicial que norteou sua produção: de que a fixação dos agentes do sexo, nas cidades estudadas, é influenciada conforme a disposição de objetos geográficos em dado recorte bem como a função espacial que estes assumem nas respectivas áreas.

Na especificidade do trabalho, os tipos de territórios da prostituição foram definidos conforme as territorialidades dos agentes do sexo². Por consequência, salienta-se, por exemplo, que a territorialidade avistada no ponto x pode se diferir em relação ao ponto y. Isto dá-se, pois, o espaço impacta nos tipos de formação de territórios, levando-se em consideração que os objetos geográficos dispostos em uma localidade interferem nesse processo. Ou seja, um território próximo a uma centralidade terá códigos semânticos diferentes de um território com afastamento dessa localidade, sendo a centralidade social um meio físico com disposição de objetos geográficos como lanchonetes, pub, distribuidora de bebida ou lojas, por exemplo.

Além disto, foi possível perceber como as características destes agentes, numa especificidade de gênero, influencia em sua condição de transeunte sobre determinadas áreas, consolidando territórios com códigos semânticos distintos – por isto, os sujeitos foram englobados em uma única categoria que os nomeou como agentes do sexo, embora, em alguns trechos da pesquisa, essas diferenças são evidenciadas.

Ao compreender o arranjo conceitual sobre o que tange a definição de objeto geográfico, cita-se Milton Santos (2014) que destaca que este deve ser compreendido enquanto um objeto munido de racionalidade e informação, podendo, portanto, orientar as ações de seu uso e redefinir o espaço onde localiza-se. O trabalho corrobora com o conceito ao estender que, urbanamente nas cidades estudadas, esses objetos são, em grande maioria, tangíveis e podem ser entendidos como uma construção ou até mesmo um elemento urbano, servindo-se como exemplos uma conveniência ou um semáforo, respectivamente. O objeto geográfico é então aquilo que motiva concentrações ou dispersões conforme seu uso apropriado pelos sujeitos no espaço.

Portanto, ao estudar o agente do sexo em proximidade aos objetos geográficos no espaço urbano de Aquidauana e Anastácio, intenciona-se entender como a interação ocorrida com um objeto permite com que o fenômeno se instale em seus arredores, consolidando uma rede territorial

² Tipologia adotada nesta pesquisa para se referir aos mais diversos sujeitos que realizam a atividade da prostituição em Aquidauana e Anastácio, que será melhor detalhada ao longo do trabalho.

da prática. Ainda nesse sentido, vale-se citar Moraes (2008) que corrobora com o entendimento de que, no espaço, os objetos comunicam as espacialidades de organizações específicas, tais como os agentes estudados, que articulam funcionalidades a serem extraídas de determinadas áreas para influir dinâmicas próprias.

Outra preocupação apontada nesta pesquisa, levantadas enquanto objetivos específicos, assenta-se na delimitação territorial de modo a compreender a variação dos serviços relacionados à prostituição, como àqueles exercido por mulheres, por homens e por travestis. Deste modo, buscou-se investigar a relação de poder exercida por tais agentes em meio a disputa territorial.

Além disso, investigou-se como a fixação desses agentes do sexo, nas cidades, visam coabitar o espaço de modo a permear as dinâmicas urbanas, não impelindo outras atividades urbanas, para a extração dos potenciais de objetos geográficos como fonte de atração de fluxos populacionais. Dessa forma, detectou-se territórios múltiplos dentro de um mesmo espaço que possibilita a coexistência de múltiplos usos. Entretanto, levantou-se a possibilidade da existência de conflitos territoriais uma vez que alguns setores comerciais possam manifestar interesse na permanência de agentes do sexo para favorecimento de suas vendas. Todavia, por exemplo, um morador pode demonstrar descontentamento pelos estigmas desencadeados pelos tipos de territorialidades avistadas.

Ademais, o trabalho produzido enquadra-se na linha de pesquisa de “Espaço, ensino e representação” do programa, uma vez que destaca os diferentes tipos de territorialidade da prostituição segundo o tipo de espacialização, salientando questões dinâmicas urbanas e seus objetos geográficos.

Com isso, o trabalho procurou traçar especificidades segundo à prostituição desenvolvida tanto em ambiente de rua quanto em casas noturnas. Assim sendo, se trouxe a ótica singular de cada espaço, sobretudo pela necessidade de apropriação e reafirmação territorial para a reprodução da venda do corpo (a rua). Assim, a rua deverá ser vista enquanto manifestação espacial de um território onde os comportamentos territoriais dos agentes do sexo irão se divergir conforme a localidade, havendo-se, por exemplo, uma territorialidade em avenidas e outra em bares de bairros com baixas concentrações populacionais. Destaca-se, também, que as territorialidades acabam sendo agenciadas por diferentes agentes do sexo, com distintas características.

Também se adentrou nas discussões acerca da função social da fixação da prática de prostituição em uma determinada área. Dias, Pereira e Clemente (2020, p. 2) argumentam que a

atividade deve ser visualizada segundo o agente produtor uma vez que “esses agentes não produzem o espaço de forma aleatória, antes são regulados para que haja atendimento às demandas sociais e econômicas da região”. Dessa forma, a prostituição, enquanto prática, pode exercer influência quanto à funcionalidade na cidade dentro da configuração do espaço ao compreender as demandas manifestadas e, assim, também servirá como base teórica argumentativa aos estudos produzidos por Pereira e Dias (2021).

Ou seja, as pesquisas produzidas se alinham à detecção dos pontos das cidades que mais manifestam a procura pela atividade de prostituição que responda à fixação da prática em determinado local. Logo, ao inserir os esforços intelectuais na busca dessa compreensão, foi possível, por decorrência, compreender como a atividade influencia na mobilidade social e na sociabilidade do espaço.

Feldman (2007, p. 88 apud Lima, 2008, p. 117) mostra que

O processo de formação do território da prostituição é marcado por uma “complexa trama de mecanismos que envolvem tanto interesses econômicos como fatores culturais que transformam o seu significado social, além de articulações com processos mais gerais de produção de cidade”.

Dito isso, houveram esforços a fim de entender se, em Aquidauana e em Anastácio, existe a possibilidade, mesmo que em pequena escala, de compreender a atividade de prostituição como um processo de ocupação e, conseqüentemente, tendo suas territorialidades influenciadas pela espacialização da atividade. Para isso, observações sistemáticas *in loco*, depoimento de informantes e aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada foram privilegiadas a fim de investigar a possibilidade de existência de estratégias locais pela fixação desses agentes do sexo, criando sempre paralelos de como se dá a territorialidade nesse segmento.

Assim, a estruturação do trabalho, além de introdução, metodologia e considerações finais, abordará, entre seus capítulos, a historicidade da prostituição em diferentes escalas espaciais e temporais, visando enfatizar a prostituição enquanto fenômeno social e historicamente construído; o quadro jurídico/judicial brasileiro relacionado às temáticas de prostituição e de exploração sexual; o mapeamento da prostituição local trazendo a articulação entre teoria e elementos empíricos, fornecendo uma leitura geográfica da corologia do fenômeno estudado no espaço urbano segundo suas dinâmicas territoriais; e a sistematização das territorialidades e territorializações avistadas segundo os tipos de prostituição, que contam com localizações específicos, perfis específicos e correlações com o espaço analisado.

2 METODOLOGIA

De forma geral, o trabalho qualifica-se como um estudo do método materialismo histórico-dialético. Possuindo centralidade nas temáticas de prostituição, territorialidade e espacialidade, visou-se, a partir do método, compreender a organização social da atividade, em sua evolução histórica, para posteriormente delimitar a prática no recorte espacial das cidades sul-mato-grossenses de Aquidauana e Anastácio.

Assim, ao fundamentar a corrente do método em questão, Pires (1997, p. 87) concebe que

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

Por isto, o materialismo neste trabalho busca compreender o fenômeno da prostituição e toda a construção lógica que guiou a prática a moldar-se, ao longo da história (e por isto, histórico), em sua configuração atual, dentro de suas contradições visualizáveis – e, por este motivo, também dialético. Para Pacífico (2019, p. 223), “o materialismo compreende a ideia como reflexo, consequência de todas as relações materiais e objetivas”, concebendo esta corrente como uma concepção onde a matéria é a substância inscrita pelas condições materiais desenvolvidas pelas modificações ocorridas na história, equacionando sujeito e fenômeno pela dialética estabelecida.

O método dialoga com o trabalho a partir das tentativas de compreender a historicidade do fenômeno em diferentes escalas, abarcando contexto mundial, nacional, regional e local. As reflexões trazidas sobre a modificação da prostituição desde seu surgimento trazem a percepção de que a atividade se adapta conforme as condições impostas – muitas destas, pelo espaço que o abriga. Por isto, traz sentido o emprego do materialismo histórico-dialético no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que se entende como o espaço impacta no desenvolvimento da prática – estabelecendo, aliás, as condições que tornam favorável sua ocorrência.

Visou-se, com a adoção do método, compreender a cadeia de acontecimentos que permitiu com que a prostituição assumisse sua configuração atual e, portanto, entender também quais são as territorialidades adotadas que permitam sua existência em dada porção do espaço geográfico, ultrapassando as temporalidades e espacialidades. Desenhou-se, então, um modelo teórico que consistiu em: revisão bibliográfica da temática pertinente, observação sistemática in loco,

tabulação e análise dos dados, depoimento de informantes e aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada, transcrição e codificação do material levantado e discussão crítico-teórico.

A hipótese inicial levantada consistiu na possibilidade de os agentes do sexo definirem, nas cidades estudadas, sua fixação conforme a disposição de objetos geográficos dentro do espaço urbano para aproximação ou afastamento de fluxos populacionais e, por conseguinte, atingindo potenciais clientes – mostrando como a dinâmica urbana traz fixos como produtos de fluxos. Para atestar a veracidade dos pensamentos postos, cita-se como procedimentos metodológicos que guiaram este trabalho a realização de observação sistemática *in loco* (Marconi; Lakatos, 2003), mais especificamente a observação não-participante ao colocar-se em contemplação dos fatos (Godoy, 1995). A escolha pela observação não-participante deu-se pela tentativa de não interferência, isto é, procurou-se atingir o máximo de totalidade possível no entendimento do comportamento comum da prostituição em Aquidauana e Anastácio. Ainda assim, caracteriza-se enquanto um estudo sistemático pelo olhar ordenado para a sistematização das ações do fenômeno analisado.

Com isso, buscou-se traçar um modelo teórico e empírico onde espera-se representar, teoricamente, a realidade do fenômeno a partir de proposições, consolidando ou não, também, a teoria de que a espacialização definida por uma estratégia locacional influencia no tipo de territorialidade manifestada pelos agentes do sexo.

Além disto, a dialética marxista, proposta pelo método materialista histórico-dialético, foi apropriada nessa etapa, ao procurar, em seu bojo de discussão, evidenciar as contradições sociais emergidas na temática. Assim ressalta-se que “Marx, ao preservar a primazia da lógica dialética, afirmou, entretanto, que a tese não é o espírito nem a idéia, e sim a matéria” (Nosella; Buffa, 2005, p. 360), compreendendo que a matéria possui constância e a contradição busca evidenciar a essência das coisas, baseando-se, inclusive, nas comparações das contradições.

Sobre as técnicas de pesquisa, o estudo constituiu análise de pesquisas bibliográficas acerca da prostituição, sobretudo ao traçar paralelo de ótica com os conceitos de territorialidade e de suas vertentes, com alinhamento de entrevistas semiestruturadas e relatos informais³ que

³ Este estudo caracterizará relatos informais como todas as vivências compartilhadas em momentos que não formalizados por intermédio de aplicação de roteiro de entrevista, onde as pessoas constatadas no meio sentiram-se a vontade para narrar situações ou percepções para além das perguntadas.

auxiliaram a formular argumentação acerca da escolha do tema, através então da observação sistemática.

Para entender a territorialidade, deve-se então investigar a espacialidade do fenômeno nas duas cidades. Colucci e Souto (2011) definem espacialidade como a forma social assumida sobre o espaço geográfico e Castrogiovanni e Goulart (1990) salientam que como a espacialidade estabelece-se sobre a localização. Nesta etapa visou-se, então, visitas à campo nos perímetros urbanos de Aquidauana e Anastácio em distintos horários para compreender a função social dos objetos geográficos avistados em horário comercial e fora deles para o estabelecimento do território da prostituição sobre seu uso.

O estudo se apoiou no procedimento metodológico de observação sistemática *in loco* a fim de detectar território e escala de desempenho da atividade que permitiu pontuar áreas que ocorrem a prostituição. Decorrente a esse, ocorreu então a aplicação de entrevista semiestruturada que favoreceu ao estudo categorizar os agenciamentos observáveis que permitem a manutenção das práticas territoriais da prostituição. Foi, então, manuseada as ferramentas dispostas em uma abordagem de base metodológica qualitativa, sobretudo em uma amostragem não probabilística, tais como as explicitadas por Pessôa e Ramires (2013), visando alcançar a saturação dos resultados locais.

Ao instrumentar a coleta de dados, foram utilizados como aparelhos: o gravador de voz de celular de uso pessoal, canetas, papel e roteiro de entrevista semiestruturada influenciado pela literatura levantada e com o auxílio de orientações para sua elaboração.

Aos entrevistados, pertencentes ao mercado do sexo, acima de 18 anos, sem gênero estabelecido, residentes ou desempenhantes de prostituição nas cidades de Aquidauana e de Anastácio, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para início das entrevistas semiestruturadas que nortearam o estudo. Além disso, para a reprodução dos procedimentos, se obedeceu aos padrões éticos estabelecidos na resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016), ao ter dito o trabalho aprovado pelo Comitê de Ética, da Plataforma Brasil, sob o número CAAE 76043023.9.0000.0021.

A produção do roteiro intencionou, em blocos, compreender fatores determinantes para a entrada do indivíduo na prostituição, suas vivências e suas territorialidades produzidas. Para isso,

foram analisados: a) o perfil dos sujeitos pesquisados: assumindo que esse item serviu como um meio de controle das análises produzidas pelas entrevistas uma vez que não se intencionou sua divulgação por razões éticas; b) aumento patrimonial: que permitiu investigar o padrão de consumo desses sujeitos; c) ingresso na prostituição: como meio de compreender como deu-se os comportamentos que propiciaram os primeiros contatos com o meio; d) territorialidade: para compreensão do impacto do sujeito na configuração do território, com o intuito de abstrair suas características territoriais, bem como seu reconhecimento dentro dele; e) relação com outros sujeitos do meio: buscando detectar produções de afetividade, poder ou controle entre esses; e f) relação com a sociedade: para recolhimento de relatos que narrem as dualidades do sujeito como agente do sexo e como cidadão pertencente à um meio.

Salienta-se, todavia, que os pontos levantados foram utilizados como base, permitindo, assim, a fluidez de diálogos que valorizaram a humanidade individual do participante, sendo, portanto, apenas um eixo norteador. Conforme foi observado a necessidade de abertura de novas lacunas e o conforto desses sujeitos em prestação de relatos, houve essa possibilidade uma vez que os depoimentos enriqueceram o conhecimento da realidade e das territorialidades desempenhadas, que tente distanciá-los dos estigmas e da coisificação atribuídos aos agentes do sexo pelo desconhecimento popular de sua realidade coletiva e particular.

Conforme apresentado a intenção de desenvolvimento de pesquisa, compreende-se, mais fortemente, a apropriação de momentos constituintes do método dialético de investigação e de exposição do objeto de estudo que permitam associar as territorialidades da prostituição em cidade pequena. Assim, compreende-se que, como mostra Chagas (2011, p. 57),

A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma autoexposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto.

Além da discussão, ao trazer a ótica da territorialidade, esperou-se debruçar nos conflitos territoriais decorrentes à territorialização da prática da prostituição. Os dados coletados também

serviram para investigação social que vise comprovar uma hipótese de possível existência de conflitos territoriais.

3 A ETIMOLOGIA DO TERMO: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROSTITUIÇÃO PARA SUA CONFIGURAÇÃO ATUAL

O surgimento da etimologia prostituição no mundo demonstra como houve ressignações acerca de seu significado ao longo do tempo. A origem do termo deriva do latim *prostituere*, podendo-se, enquanto palavra, ramificar entre prefixo e sufixo para sua composição. Com isso, *pro-* pode ser entendido como “à frente” e – *stituere* como “instalar”. Dessa forma, o termo prostituição deve ser compreendido então como “ficar à frente de”.

Assim, em um cenário de constantes transformações de ordem econômica, cultural e política, vemos o surgimento da imagem mais popularmente conhecida de “prostituta” para fazer alusão às mulheres desta antiga profissão em Roma, que ficavam em frente de possíveis clientes, fazendo exibição do corpo a ser oferecido. Daí a insurgência do termo *prostituere*, em português, prostituir-se (Silva; Peres, 2016, p. 209).

Pestana e Pestana ([s.d.], p. 230) mostram que “a palavra prostituição, em sua etimologia, deriva de um verbo que denota transporte-venda-comércio”. Nesse contexto, permitiu-se a evolução do termo para o encadeamento atual como prostituição-comércio-luxúria. Além disso, atual e comumente, a prostituição interliga-se com outras terminologias, valendo citar a atividade como o ato de “fazer programa”. Nesse sentido, Soares et al (2015, p. 64) pontuam que “o programa é a unidade elementar da atividade da prostituta”, permitindo constituir a negociação de rotinas e a disputa pela interação com um potencial cliente.

Para entendimento da prostituição enquanto fenômeno pertencente à geografia, investiga-se como os procedimentos históricos evidenciam as condições que apontam de que maneira a corologia desse fenômeno espacializou-se sobre o espaço geográfico, valendo-se compreender o surgimento, manifestações e transformações da prostituição até sua configuração atual, que o concretiza enquanto fator condicionante e condicionado pelo espaço geográfico e pelos sujeitos e objetos geográficos pertencentes a esse espaço, uma vez que “pensar o território como categoria de análise marxiana pressupõe ler a geografia como ciência geográfica histórica-dialética” (Conceição, 2021, p. 17) e “relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de espacialidades” (Tangerina; Cigolini, 2017, p. 196).

Conclui-se, portanto, que, desde a origem, a prostituição interligou-se mais intimamente à população feminina, seja pela sedução que permitia negociar com os homens uma parcela da caça

abatida, seja em trocas de presentes ou de boas-vindas aos hóspedes ou até mesmo por fins ritualísticos (Batista, 2011).

A afirmação permite pincelar que a prostituição foi apropriada pela sociedade com diferentes significados, atualizando-se em contextos históricos, trazendo o entendimento que, em termos de língua viva, o termo permanece a se ressignificar suas ações, mantendo-se sobre a mesma nomeação.

3.1 A historicidade da prostituição no mundo

Os estudos produzidos por Petrilli e Borges (2013) destacam como, nos primórdios da sociedade, mais precisamente no período paleolítico, a organização social apontava a figura feminina como de grande influência, valendo as ter como comparação às deusas com características voltadas para a beleza, paixão, sedução e, sobretudo, a fertilidade – isto é, as mulheres eram vistas como uma materialização da própria natureza e essa visão foi o que possibilitou culto à Grande Deusa Mãe⁴. O descobrimento que as mulheres não procriavam sozinhas deu-se somente no período neolítico.

Os estudos de Moreira (2007) apontam que as primeiras comunidades agrícolas sedentárias despontam aproximadamente há 10.000 a.C. e as religiões que cultuam diferentes deusas femininas construíram templos para essa finalidade – apontando o Çatal Hüyük como um dos primeiros assentamentos matriarcais do período neolítico, equivalente onde hoje encontramos a Turquia. Estruturalmente, esses templos ocupavam as centralidades das cidades, onde encontravam-se a sacerdotisas que administravam as terras e a comunidade, sendo “que elas costumavam praticar os seus ritos sagrados, com forte carga sexual, através dos quais todas as pessoas tinham acesso ao manancial de força que provinha da deusa” (Moreira, 2007, p. 11).

Com isso, referente a prática de prostituição, nos primórdios de sua historicidade, destaca-se a existência das Prostitutas Sagradas no Período Primitivo (Amparo, G., 2020). Essas mulheres exerciam ritos sexuais, voltados para a Grande Deusa Mãe, e ocupavam a centralidade das atividades sociais – tendo, inclusive, seu trabalho entendido como um ato civilizador (Teodoro;

⁴ Dita como a personificação da Terra, dizem que está presente em todas as mulheres. Oliveira (2005) descreveu como a Grande Deusa Mãe era classificada como mãe de todas as coisas vivas e também responsável pela morte, pelo *ad uterum*, para o útero, que era referida como uma semente que permite esse ciclo. Asherah e Ishtar eram as deusas-mães mais cultuadas (López, 2021). Moreira (2007) também aponta que, antes de assumir o nome Ishtar, a deusa foi conhecida como Inana.

Silva, 2015). Suas práticas, todavia, foram ressignificadas, divergindo da significância da prática em momento atual da história. Por isso, “a prostituição sagrada foi, na verdade, a tradição do ritual sexual que persistiu desde a Idade da Pedra para se tornar parte integral da adoração religiosa nas primeiras civilizações do mundo” (Rebolho, 2015, p. 62).

Montalvão (2009, p. 55) atribui o surgimento da prostituição sagrada aos povos Hicsos na Palestina, “uma vez que este costume foi primeiro mencionado nas histórias do tempo de Jacó e José e porque penas figuras de barro da deusa-mãe começaram a ser feitas em níveis numerosos entre 1600 e 1200 a.C.”. Ademais, as prostitutas sagradas, na Grécia, assumiam uma diferente nomeação, sendo conhecidas como hieroduli (Diniz, 2009) – especificamente, no país, as prostitutas eram consideradas encarnações da deusa Afrodite. Sacramento e Ribeiro (2014, p. 200) também tratam que, na Grécia Antiga, as prostitutas detinham posição social elevada e eram “portadoras de níveis educacionais muito acima da média”.

Alves Filho (2005) aponta que, influenciado pelo sistema matriarcal do período vigente, para a concessão das prélicas solicitadas, tais como obtenção de uma melhor colheita e de filhos, essa seria concedida em dependência da performance sexual do solicitante e, apenas caso agradasse a divindade por intermédio das prostitutas sagradas, sua solicitação seria atendida após o ato de consumo da prostituição. O autor destaca que o ritual sexual era marcado pelos louvores dos homens para a Grande Deusa. Teodoro e Silva (2015) apresentam que a concepção de muitos filhos representava uma família abençoada pela prostituição sagrada.

Petrilli e Borges (2013, p. 117) destacam que “para que a mulher fosse considerada prostituta sagrada ela tinha que ser exoticamente bela, alta, boa e virgem”, além de que “as sacerdotisas só podiam iniciar sua arte no amor através de rituais praticados em templos sagrados e purificados” (Petrilli; Borges, 2013, p. 17). Silva (2022, p. 12) também destaca que as prostitutas sagradas “não podiam ter filhos, devendo dar oferendas ao templo duas vezes por dia e uma especial a cada vigésimo dia do mês”, possuindo como a mais alta hierarquia das prostitutas sagradas as prostitutas entu e naditus.

A purificação ocorria antes mesmo de se adentrar o templo, implicando na lavagem do corpo e do templo e da utilização de incensos e outros aromáticos. Os rituais podiam ser voltados para conceber o casamento sagrado e do *hieros gamos*⁵. Diniz (2009) evidencia que, para que o rei

⁵ Termo que designa o ritual sexual que representa o casamento entre um deus e uma deusa. Segundo Petrilli e Borges (2013, p. 117), a união era marcada por um ritual “onde a sacerdotisa se deitava com o governante do estado para obter fertilidade, riquezas, manter a força do governante e fortalecer as conquistas do império”.

legitimasse seu reinado, ainda por volta de 2000 a.C., este necessitaria realizar o ritual sexual, com intermédio das mais prestigiadas prostitutas sagradas, para a concessão da bênção de seu reino.

A figura da Deusa, segundo Ribeiro (2008), era associada a virgindade, fertilidade e soberania. O seu ventre era visto como uma fonte de poder entre vida e morte. Sua virgindade era simbólica, uma vez que os homens eram vistos meramente como agentes fertilizadores, trazendo o não domínio da mulher. Outros autores também trazem que as mulheres, por serem vistas como encarnações de deusas, eram ditas como sacerdotisas xamânicas (Roberts, 1992 apud Silva, 2018).

Machado (2017, p. 11) apresenta que, historicamente, os primeiros registros do termo prostituta se encontram no Oriente Médio, no segundo milênio a.C., mais especificamente na antiga Suméria (Durigan; Mina, 2007, p. 64), empregados para as sacerdotisas do templo, sendo, então, designadas como mulheres sagradas e prostitutas. Ressalva-se, também, que as ditas prostitutas sagradas “tinham um estatuto superior e gozavam de direitos que não eram permitidos a outras mulheres” (Krapf, 2013, p. 11).

Batista (2011) pondera que a oferta da prostituição sagrada enquanto bênção da fertilidade, na manifestação da relação, poderia ser destinada para as esposas, para as terras ou para os animais e o pagamento seria oferecido para à divindade ou ao templo. Assim, nota-se certa aproximação com o entendimento de prostituição uma vez que a oferta de favor sexual trazia a obtenção de pagamentos ou de bens materiais – mesmo que o pagamento, nesse momento, fosse destinado para uma deusa e seu templo e não para a mulher despossada, representante dessa deusa.

Essas sacerdotisas eram categorizadas segundo classes, e, conforme essas, podiam exercer sua atividade dentro ou fora dos templos, sendo interessante aplicar o “conceito de mediatrix, quando as mulheres nesse ato de prostituição sagrada faziam a ponte entre os homens e a deusa” (Carneiro, 2013, p. 19). Todas eram, entretanto, protegidas pela deusa *Ishtar*⁶. Por esse motivo seu templo foi considerado o marco histórico do início da prostituição.

Paralelo a isso, sustentado em passagens da Bíblia hebraica, Montalvão (2009) acrescenta à percepção o fato histórico de que a prostituição homossexual masculina também detinha razões religiosas, sendo praticadas no Templo de Salomão em Jerusalém e em povos vizinhos, também

⁶ De origem da Babilônia, salienta-se que *Ishtar*, além dos aspectos políticos, também abrangia o cotidiano ao possuir alcance nas questões conjugais ou fora do casamento, segundo a virilidade e o desejo, uma vez que seu objetivo se demonstrava a partir da satisfação espiritual no rito camal (Dupla, 2019), sendo possível compreendê-la como a Deusa da Fertilidade. Além dela, Andrade (2022) traz Vênus como a protetora das prostitutas e *Fortuna Virilis* como a deusa das mulheres romanas da classe inferior.

nominados com *qdoshim*. Aliás, evidencia-se que os *qdoshim* eram “definitivamente conectados com o templo e provavelmente residentes nele” (Montalvão, 2009, p. 60), além de que “se ocupavam com sacrifícios, eram cercados por objetos sagrados, e segundo Roscoe, se a antiga retórica hebraica for considerada verídica, eles viviam engajados em diversas formas de atos sexuais religiosos” (Montalvão, 2009, p. 60).

Em um período histórico de notável proximidade, Santos Júnior et al (1994) mostram que a designação do termo prostituição possuía outros alcances para além dos templos, expandindo para o que era chamado de prostituição profana – isto é, o sexo remunerado sem a premissa religiosa. Os autores, sobre a prostituição profana, mostram que no Egito Antigo a atividade era exercida entre dançarinas, musicistas e criadas de caverna e, na Índia, entre sacerdotes e bailarinas.

Borba (2021, p. 33) traz também a concepção de que “as deusas vão ser consideradas as primeiras prostitutas da história”, uma vez que, segundo Almeida e Lopes (2020), essa adoração data mais de 25 mil anos e as primeiras prostitutas ocupavam papel de destaque dentro da sociedade, tendo, para Santos (2023), o apagamento da imagem da prostituta sagrada com a queda das civilizações antigas.

Mazzeo (2023) destaca também que as leis separatistas entre mulheres para casar e prostitutas surgiram na antiga Suméria, pelo surgimento do código de Lipit-Ishtar onde diferenciava-se as esposas e as prostitutas. O código foi escrito acerca de 1880 a.C. e estabelecia o direito nas regiões da Suméria e da Acádia e Lipit-Ishtar foi o quinto rei da dinastia de Isin. Sobre o código, estabelecia-se que caso uma mulher não pudesse gerar filhos e o marido reproduzisse com uma prostituta, essa criança era considerada herdeira do casal e “à prostituta caberia apenas o direito ao provimento de alimentos e vestuário; [e] estaria impedida de viver na mesma casa da esposa enquanto esta vivesse” (Andrade, 2022, p. 20).

A inserção do código auxilia nas primeiras imposições de regras de condutas. O povo assírio, neste momento, proíbe então o uso do véu às prostitutas, tendo a vestimenta assumindo um marcador social de submissão aos maridos. Caso a prostituta ainda sim realizasse o uso do véu, “a punição determinada era receber 50 chibatadas e ter piche derramado sobre suas cabeças” (Diniz, 2009, p. 69).

Diniz (2009) atribui à invasão das tribos de guerreiros nômades na Mesopotâmia e no Egito, cerca de 300 a.C., as primeiras rupturas com o culto à deusa. Na mesma época os homens passam a adquirir conhecimento de sua participação na fecundação feminina, remontando a

subjugação das deusas pela introdução de deuses masculinos para aniquilação da supremacia de deusas. Neste mesmo período histórico, institui-se novas normas ao casamento, asseverando a paternidade. Diniz (2009) remonta que, aqui, passou-se a transferir a herança da propriedade aos filhos homens, como maneira de repassar o controle da base econômica ao gênero masculino.

Nessa discussão, Duran (2020, p. 8) traz a informação de que “as primeiras prostitutas de rua apareceram no Egito” a partir do momento que as prostitutas sagradas passaram a exercer sua função fora dos templos e de forma independente, intencionando a vantagem financeira pelo exercício da atividade. Complementando a isso, destaca-se que nas sociedades agrícolas do Nilo e da Mesopotâmia, a figura masculina dos sacerdotes passa a ameaçar o posto de poder das prostitutas, cerceando a atuação do ofício para fora dos templos, permitindo-as o exercício das atividades em tavernas, tendo os primeiros indicativos das prostituições de rua (Almeida; Lopes, 2020). Isto deu-se pelo fato de que cessar, abruptamente, a influência da deusa não seria possível. Todavia, Diniz (2009) aponta que se houve a inserção de sacerdotes homens para culto de deuses masculinos e de restrições das antigas atividades.

Todavia, Teodoro e Silva (2015) reiteram que a conexão de sexo e religião não se rompeu nesse momento, mantendo-as consideradas mulheres sagradas e, portanto, ainda sobre proteção de *Ishtar* – adotando, todavia, a estipulação de preços para essa prática sexual para detenção própria para manutenção da prática e da praticante, se aproximando dos entendimentos atuais acerca de prostituição onde encontra-se a remuneração financeira. Segundo Feijó e Pereira (2014), foi somente em 2.000 a.C., que, na Suméria, surgiram as primeiras leis segregando as mulheres boas e más.

Ao compreender o surgimento pelo exercício dentro da religião gera-se confusão, uma vez que, nos seguintes e atual período da história, denota-se certa aversão pela prática da prostituição sobre a ótica da igreja. Todavia, deve-se ressaltar que Zdebskyi (2018, p. 82) trata como a questão da sexualidade, até então no passado, “também consistia de um elo entre o humano e o divino”.

Para os cananeus, a fertilidade e sexualidade eram fatores indissociáveis, trazendo, por toda a Palestina, sobretudo em lugares altos, além das mulheres, também os homens para o exercício da prostituição sagrada, representando Deusas e Deuses, valendo-se citar Baal e Astarte como um exemplo dessa união (López, 2021). A fertilidade da prostituição sagrada era, portanto,

um rito voltado à terra, como em busca de chuvas por exemplo, enquanto uma manifestação para com e de uma comunidade.

No caso específico de Israel, salienta-se como os rituais cananeus, realizados em primeira instância pelo povo, adquire uma hierarquização. Ou seja, a prostituição sagrada acaba-se por se expandir para construções de haréns, contando, sobretudo, a presença de mulheres das mais diversas origens, demonstrando, para o reino, símbolo de abundância para a designação de bênçãos. Apesar de haver espaços próprios para adoração de deuses e deusas particulares dessas mulheres, “entregar uma mulher a um rei era um símbolo de pacto territorial, de fim da guerra e disputas e do início de uma nova etapa de paz entre povos e nações” (López, 2021, p. 57).

Todavia, Lopes (2017), traz a concepção que o termo “prostituição sagrada” não é um consenso entre os pesquisadores que nominam a prática como sexo ritualístico devido aos valores ocidentais e modernos associados contemporaneamente ao termo prostituição. Entretanto, ressalta-se a evolução da etimologia do termo para exemplificar como a palavra, em termos de língua viva, adquiriu novos significados, distante de sua definição original já discutida, apresentando como um fenômeno assume diferentes formas se estudado ao longo dos anos, uma vez que “pode ser considerada o ofício que mais se adaptou ao longo da história ocidental” (Manaia, 2011, p. 6) – consequentemente atingindo novas territorialidades enquanto analisado no espaço geográfico.

Ademais, Alcântara (2009, p. 22) mostra que a prostituição também se desdobrava “através de ritos religiosos e usos hospitaleiros”, uma vez que a população selvática disponibilizava aos hóspedes as mulheres da casa, que iniciou as práticas de prostituição hospitaleira, sendo comum também entre os esquimós e membros das tribos árabes (Nascimento, 2014). Alcântara (2009) também destaca que a prostituição, na Arábia deserta, já possuiu o significado da consagração do amor livre, ou prostituição sacra, para práticas de meditação.

Pela facilidade de acesso à prostituição, não incomum, “os estrangeiros, principalmente comerciantes, que passavam pelo Istmo de Corinto poderiam procurar os serviços das ‘escravas sagradas’ dedicadas ao culto da divindade da sedução e também do comércio” (Lima, 2003, p. 16). Devido ao caráter de adoração que a prostituição possuía, sua prática poderia ser destinada inclusive à viajantes desconhecidos, uma vez que, segundo Lins (2007 apud Costa (2017, p. 10), “os homens que usavam seus serviços lhes rendiam homenagens [...]. Tudo isso para favorecer a fertilidade da terra e uma maneira de louvar os deuses”, onde a prostituição sagrada, conforme Alves Filho (2005), permitia a incorporação do estrangeiro na comunidade. Isto permite reforçar

como a prostituição na historicidade, segundo Santos (2016), atrelava-se à admiração, sobretudo por parte dos homens, que as devotavam pelo ato sexual assumir representação de bênçãos e de proteção aos indivíduos que as despossassem.

Borba (2021) mostra que a Grécia foi o primeiro país a praticar a atividade de cafetinagem, por volta do século IV a.C. Dito isso, em Atenas, sua capital, com o surgimento das classificações entre as prostitutas devido a sua expansão numérica, surge também as ditas “madames” que comandavam as atividades sobre as outras prostitutas, permitindo o acúmulo de riquezas ligados aos meretrícios independentes, “decorrentes de suborno e corrupção dos agentes do Estado” (Machado, 2017, p. 12). O mesmo autor ainda destaca que as primeiras práticas de cafetinagem se deram, sobretudo, na aristocracia grega.

Com a ampliação da prática, encontra-se, também, grande tolerância em suas atividades. Porém, para prostitutas sagradas ou não, surge a necessidade de classificações que permitem categorizá-las conforme sua posição para organização de seus segmentos. Assim, Sedlmaier (2018), em seus estudos, apresenta as terminologias das *kalutas*, ou prostitutas comuns; as *devadasses*, ou prostitutas de templo; e as *ganikas*, ou cortesãs.

Com a expansão da prostituição para além dos templos, torna-se pertinente também citar as “seguidoras de acampamento”. Andrade (2022) define que a atribuição era designada para as escravas capturadas que passaram a exercer as atividades domésticas ao mesmo tempo que deveriam proporcionar prazer aos soldados, havendo-se o estabelecimento de bordéis juntamente aos acampamentos de soldados destinados para a expansão militar romana e policiamento de suas fronteiras.

Toscanini (2018) evidencia que os bordéis e os banhos públicos foram iniciados na Roma Antiga com a construção de cubículos privados onde o cliente poderia realizar a solicitação de massagens juntamente aos serviços “extras”, originando, portanto, nas salas de massagem.

De antemão, ressalta-se que, no recorte temporal em questão, restavam às mulheres as designações de gênero de procriação e de criação dos filhos. Aquelas que não seguiam o padrão eram então denominadas prostitutas e, com o crescimento da atividade na cidade, notou-se as vantagens econômicas que motivaram a instituição de bordéis oficiais, administrados inclusive pelo Estado, conforme mostra Machado (2017). Assim sendo, na antiga civilização grega, a prostituição passa a permear a paisagem cotidiana como prática controlada pelo Estado, bem como

um meio de obtenção de rendimento. Os estudos produzidos por Ceccarelli (2008) mostram que, nesse período da história, as prostitutas deviam pagar altos impostos e portar vestimentas que possibilitassem identificar sua atividade do sexo. Apesar disso, o autor também aponta como a prostituição era uma profissão de alta rentabilidade e, por isso, algumas mães incentivavam as filhas a possuírem carreira no ofício.

Uma curiosidade desses bordéis oficializados em Atenas é a presença a prostituição masculina sobre a terminologias de ‘os pórnói’, ou simplesmente homens prostituídos. Segundo Costa (2017) esses agentes ofereciam atendimentos tanto à homens quanto às mulheres e também deveriam respeitar os pagamentos das taxas da prática ao Estado, embora Rodrigues (2015) destaca que esses homens não tenham trabalhado em grandes bordéis e, em Atenas, “alguns, provavelmente os escravos, seriam entregues à prostituição ainda em idade infantil” (Rodrigues, 2015, p. 147). Com isso,

Muitos efebos se prostituíam com homens de maior poder aquisitivo, para escapar de suas precárias condições de vida e exclusão social. No século VI a.C. os romanos tinham o costume de comprar jovens que desejavam (Ciribelli, 2001). A maior parte dos prostitutos vinha da Ásia e da África, para servir a velhos ricos. Esses meninos não só satisfaziam os prazeres sexuais dos senhores, mas serviam, ainda, de ornamento nos banquetes, ao demonstrarem talentos como canto, dança ou ao contarem histórias. Suas atribuições incluíam lavar os pés e as mãos dos convidados e servir à mesa (Ciribelli, 2001 apud Costa, 2017, p. 12).

Rodrigues (2015) apresenta que os prostitutos se utilizavam de vestimentas e de cosméticos para a atração de clientes do mesmo gênero, além da adoção do hábito da depilação e remoção de barbas com “o objectivo de ficarem mais parecidos com as mulheres ou a eliminarem do corpo todos os sintomas de virilidade” (Rodrigues, 2015, p. 147).

Dentro da discussão, vale citar que a prostituição na antiguidade, ainda não moldada tal como a conhecemos atualmente, comprovando como a origem do termo divergiu-se ao longo da história, “configurava uma espécie de ritual de iniciação de meninas quando atingiam a puberdade e, em algumas civilizações, as prostitutas recebiam honras e presentes em troca de favores sexuais” (Penha et al, 2013, p. 985). Todavia, dentro dessa condição, vale-se citar que “para garantir a subsistência, essas mulheres recorriam a presentes oferecidos pelos clientes, porém Sólon cobrava taxas até desses recursos (Machado, 2014, p. 12)”. Considerado o “pai da democracia ateniense”, Sólon foi responsável por declarar o não-lugar da mulher na sociedade da época. Todavia, como

declara Sedlmaier (2018, p. 22), “foi um grande aproveitador e explorador do trabalho das prostitutas, além de um grande organizador e proliferador dos bordéis estatais de Atenas”.

Nesse momento da história, na Grécia Antiga, institui-se, então, uma taxa estatal conhecida como *pornikotelos*, ou seja, a taxa da prostituta – havendo-se seu equivalente na Roma Antiga criado pelo imperador Calígula (Moreira, 2007). Essa taxa era, portanto, destinada tanto para quem desempenhasse a função quanto para quem demonstrava a intenção de abrir um bordel (Campos, 2023), além de que os impostos atingiam também os presentes recebidos pelas prostitutas (Moreira, 2007). Instituir a prostituição como uma indústria de contribuição à economia, permitiu prosperidade ao governo de Sólon, levando-o a atingir lucros consideráveis a ponto de financiar sua máquina militar (Moreira, 2007). Além disto, Balloute (2023) aponta que essa estatização da prostituição era alimentada por mercadores de escravos, sendo que

Elas moravam em lugares péssimos e insalubres, eram cativas de guerras e o salário delas era pago diretamente ao administrador do bordel, e não elas, que poderiam, quando muito, receber alguns presentes e regalias dos clientes, que também eram taxados por Sólon (Balloute, 2023, p. 360).

Foi também nesse período da história que se passa a visualizar a separação entre os conceitos de prostituição e exploração sexual. Leão (2014, p. 17) destaca que Sólon proibiu a prostituição sagradas de mulheres livres, sobre a penalidade de multas pecuniárias aos homens que realizassem essa prática, salvo o caso de diferença “na medida em que o papel de proxeneta é desempenhado não por um estranho, mas antes pelos próprios familiares das vítimas” (Leão, 2005, p. 11), fazendo com que o legislador Sólon estabelecesse a proibição de exploração familiar. Todavia, a penalidade não era estendida àquelas que realizassem, voluntariamente, a atividade.

Diniz (2009) também concebe que foi no governo Sólon que ocorreu a construção do templo em honra à Afrodite como sinal da rentabilidade do comércio sexual. Muito desse sucesso financeiro, ainda segundo a autora, pode ser atribuído às prostitutas também compostas por um grupo de prisioneiras de guerras escravizadas para o desempenho da prática de prostituição. Inclusive, os ganhos das prostitutas eram repassados aos administradores do bordel, uma vez que essa era considerada uma espécie de empresa pública.

Assim, passa-se a visualizar como a rentabilidade da prostituição passa a aflorar interesse de controle do Estado e não somente na sua divisão perante ao uso do espaço em um ponto de vista

administrativo. Ao extrair proveito financeiro do comércio sexual a partir da cobrança de impostos sobre seus trabalhos, consegue-se concluir como a atividade da prostituição contribuiu para a economia romana da época, despontando também o surgimento da figura do rufião com as práticas de cafetinagem. Teodoro e Silva (2015) também reforçam que nesse momento avistavam-se os prostitutos homens, identificáveis por roupas coloridas e por uso de maquiagem.

O período feudal também marcou as profissionais do sexo no estabelecimento de bordéis afastados da cidade, segundo Teodoro e Silva (2015) – demonstrando sinais de marginalidade imposta e de reterritorialização de seus territórios. As atividades de prostituição eram também desempenhadas na casa da própria prostituta em parte desse período feudal. Alves Filho (2005) registra também como, nesse recorte da história, as prostitutas serviam aos prazeres do exército. Luceno (2015, p. 99), ao estudar a prostituição no feudalismo, ressalta que

A prostituição passou a ser combatida e vista como um mal para a sociedade, pois a mentalidade feudal passou associá-la como algo impuro tendo como respaldo a virgindade que seria uma referência a ser exaltada, pois é através dela que a mulher poderia transcender ao nível divino.

Silva (2022) designa que, por volta do século XIV, na Grécia Antiga, institui-se a separação entre prostitutas secretas e públicas. Como o nome sugere, as prostitutas públicas assumiam o ofício em espaços público e, por este motivo, eram geralmente estrangeiras. Todavia, as prostitutas secretas tinham uma ramificação mais complexa. Estas, por volta de seus 17 anos, realizavam as atividades em bordéis, ao passo que com cerca de 20 anos assumiam o cargo como camareiras de banhos públicos. Por fim, entre seus 28 anos, aposentavam-se na prática uma vez que não era mais considerada atraente. Nesta idade, as prostitutas secretas passavam a administrar um bordel ou eram então encaminhadas à um convento de acolhimento para quem se arrependesse da prostituição. Entretanto, este último destino era considerado incomum.

Apesar de não possuir bordeis estatais, devido a naturalização da prática, atribui-se ao Império Romano a “introdução na Europa do primeiro sistema de registro estatal das prostitutas da classe baixa” (Diniz, 2009, p. 72). Apesar do contexto de legalidade, ainda ao tratar sobre a prostituição na Roma Antiga, Santos Júnior et al (1994) mostram que a prostituição clandestina se passa a ser difundida. Nela, mulheres passam-se por musicistas e exercem a prostituição em

diferentes estabelecimentos, gerando sua lucratividade. Ademais, os prostíbulos tinham seus clientes sobretudo em viajantes e estrangeiros, além de burgueses de categoria.

A clandestinidade da prostituição também foi observada na França onde os bordéis frequentados pela alta sociedade mantinham-se em atividade a partir “de acordos privados com as autoridades, bem como, pela corrupção dos funcionários encarregues de fazer cumprir os novos regulamentos contra a prostituição” (Silva, 2022, p. 20), embora “na França [a prostituição] era punida com pena de morte e entre os visigodos a meretriz era açoitada e expulsa” (Santos Júnior et al, 1994, p. 213).

Posteriormente, foi durante a Idade Média europeia, no século V ao XV, que a igreja cristã uniu esforços para a eliminação da prostituição (Borba, 2021), atingindo sua falha uma vez que sua prática ainda reverbera no tempo, inclusive em momento atual. A literatura religiosa presente na Idade Média também traz a prostituição de maneira ambígua, uma vez que, segundo Rosa e Bispo (2017), Santo Agostinho disseminava a figura da prostituição como uma vida impura com tendências ao luxo ao passo que Tomás de Aquino pregava a tolerância a essas ao afirmam que toda criatura se torna imperfeita em comparação ao divino.

Na historicidade de seu surgimento, a Roma introduziu o primeiro sistema de registro estatal das prostitutas do baixo meretrício que resultou “na divisão em duas classes: meretrizes registradas e as *prostibulae* – de onde surgiu a palavra ‘prostituta’-não registradas” (Machado, 2017, p. 13). Salienta-se que, uma vez inscritas, não se havia a retirada da informação em seu registro, o que passava a estabelecer um preço e sua licença pelos seus programas – embora diz-se que era uma profissão natural, sem vergonha associada a elas, tal como reforça a autora Sedlmaier (2018), mostrando uma inversão dos pensamentos romanos antigos que, destacados sobre as leituras de Silva (2022, p. 11), mostram que, “no ano de 19 a.C., o senado romano aprovou decretos atacando a imoralidade feminina: [onde] as netas, filhas e esposas dos senhores romanos eram proibidas de se envolver na prostituição”, embora as demais mulheres fossem instigadas a se inserir nos trabalhos para fins de entretenimento sexual. Além disto, Silva (2022) destaca que esse registro não se estendia às prostitutas de alta classe e às dançarinas, atrizes e instrumentistas que também desempenhavam a prática.

Além do registro, as leis determinavam também que todas as prostitutas da classe baixa deviam vestir-se de modo a se distinguir das mulheres “respeitáveis”. Portanto, a vestimenta escolhida foi a toga masculina, em vez da stola feminina,

traje comum na época. Eram ainda, supostamente, proibidas de usarem trajes púrpuros, sapatos, jóias ou um tipo de prendedor dos cabelos usados pelas madames romanas, bem como a usar sandálias e as roupas deveriam ter padrões florais (Robert, 1992 apud Diniz, 2009, p. 72).

Entretanto, nesse mesmo período, os jovens, independentemente de sua classe, passam a fazer uso da prostituição para reafirmação de sua masculinidade (Lima, 2008). Na época, as prostitutas eram consideradas trabalhadoras assalariadas e “no período medieval, as mulheres que se prostituíam eram obrigadas a fazer exames de saúde regularmente e, assim como os leprosos e os judeus, deveriam ser diferenciados pela imposição de uma marca de infâmia” (Lima, 2008, p. 94), o que facilitava a identificação dessas figuras. Entretanto, Gomes (2019) apresenta que, na Igreja da Itália da Idade Média, o papado faturava cerca de 28 mil ducados por anos com o arrendamento de suas propriedades para o propósito da prostituição, o que permite avançar na discussão e apontar que “o Papa João Paulo II decretou que se protegesse a prostituição de todo abuso e de toda a violência. [Por outro lado] Clemente VII até decretou que as prostitutas entregassem a metade dos seus ganhos a um convento” (Willy e col., 1961 apud Santos Júnior, 1994, p. 213).

A Idade Média passa também a apresentar um crescimento dos agregados populacionais, supostamente levando a necessidade da criação de leis a respeito da prostituição, como deu-se no governo do imperador Carlos Magno (Moreira, 2007). Ainda no continente europeu, sobretudo a partir do século XII, passa-se, em nome de interesses político-econômicos, a difundir uniões arranjadas, contribuindo para a ampliação da prática de prostituição, uma vez que nesse caso, em teoria, o indivíduo deteria o controle da escolha das trocas de relações, mesmo que mediante o pagamento. Todavia, com a reforma religiosa do século XVI, vinculado à epidemia de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), o puritanismo propagou controles da moral, fortalecido pela Igreja Católica, que propiciaram com que a prostituição caísse em clandestinidade. Medeiros (2012, p. 30) também destaca que

Em meados do século XIII as meretrizes foram excluídas dos lugares de tolerância e passaram a ser considerada uma contaminação (doença) para a sociedade, confundidas com os leprosos, as próprias foram proibidas de manter contato com quaisquer pessoas. É interessante ressaltar que havia várias formas de identificá-las, como por exemplo, não usavam os mesmos trajes das “moças” da elite, um deles era o véu [...].

No século XIII, mais especificamente no período monárquico castelhano-leones do rei Afonso X, passa-se a ser implementado, em Sevilha, proibições de convívio entre mulheres casadas e prostitutas, punível por “penalidades corporais e degredo para as prostitutas” (Bastos, 2017, p. 251). Inclusive, ainda segundo Bastos (2017), nesse período, ressalta-se a existência de uma lei que encube ao clero o dever de casar jovens pobres para uma suposta erradicação da possibilidade de que essa venha a desempenhar o ofício de prostituição.

Com o Cristianismo, a prostituição passa a possuir receptividade diversa se observada em diferentes populações da época, sobretudo as europeias. Santos Júnior et al (1994) mostram-nos que, nas Cruzadas, junto aos exércitos, estavam as prostitutas – a Inglaterra, aliás, regulamentou a prostituição em 1161 através de Parlamento e a França em 1200. Por outro lado, para a Alemanha do século XIV, a prostituição era considerada uma atividade vulgarizada. Todavia,

Ao mesmo tempo que rejeitada pela hierarquia católica, a prostituição, também, era um mecanismo mediador de seus interesses, seja para evitar o homossexualismo, para defender a castidade, preencher as lacunas de outros mitos existentes, para que os rapazes não “seduzissem” as meninas “inocentes” ou mesmo que não as estupassem (Luceno, 2015, p. 99).

No século XV, na França, o rei Carlos VII assente a importância dos bordéis nas cidades e auferir autorização para que rapazes maiores de dezesseis anos recorressem aos serviços prestados por profissionais do sexo, segundo Ribeiro (2002). Em concomitância, nessa época, regulamentou-se a proibição de sacerdotes, homens casados, judeus e leprosos em frequentarem esses ambientes.

A identificação das vestimentas das prostitutas era marcada por mantos de manga curta, saias em camadas, com abertura no umbigo e apresentando os seios parcialmente expostos, segundo Borba (2021). Com isso, percebe-se que as territorialidades eram, de antemão, detectáveis pela vestimenta utilizada, uma vez que os trajes descritos facilitavam os comportamentos orquestrados que instigassem libido e fornecesse amostras do “produto”, o corpo do agente do sexo, ante a negociação.

Com a chegada da Idade Moderna, o século XVI marcou o rompimento do monopólio católico, trazendo em ascensão uma reforma religiosa – entretanto Silva (2022) designa que o protestantismo se mostrou mais ferrenho com a prostituição. Cunha (2014, p. 19) apresenta que “na França, as tropas protestantes espancavam as mulheres que praticavam a prostituição da cidade

de Gaillac e cortavam suas orelhas”, além de demolir bordéis. Nesse mesmo período, “na Inglaterra, no período do reinado de Elizabeth I, as mulheres que praticavam a prostituição eram perseguidas, podiam ser punidas tendo a cabeça raspada e usavam chapéu para serem reconhecidas como criminosas” (Cunha, 2014, p. 20) – por outro lado, a Itália passa a ser considerada o epicentro da prostituição na Idade Moderna (Silva, 2022). Fora isto, segundo Silva (2011), o surgimento de bordéis infantis também desponta no século XVI, com a prostituição marcada entre meninas de 7 a 14 anos – inclusive, com meninas pobres sendo vendidas pelos pais para a prostituição.

Sabendo, então, que a Reforma Protestante instituiu mais perseguições à prostituição se comparada ao Cristianismo, que o aceitava como um mal necessário para proteção contra estupro das ditas mulheres honrosas, Silva (2022) destaca o posicionamento de Martinho Lutero, o principal precursor do movimento, sobre a prostituição, que alegou que a prática se torna contraditória com a busca da castidade pregada pela religião. Sobre esses argumentos, fecha-se os bordéis da Alemanha e de alguns outros países europeus.

Outro religioso moveu esforços para o combate à prostituição na Idade Moderna. O papa Xisto V, no ano de 1586 introduziu a pena de morte aos vícios ditos como não naturais, sendo, portanto, a prostituição uma das práticas em questão (Silva, 2022). Consequentemente, a Roma foi tomada por um protesto representado pelas prostitutas e seus dependentes, isto é, sobretudo de seus clientes. Ao ameaçarem abandonar a cidade, notou-se o possível impacto sofrido na economia. Com isto, o papa revogou seu decreto em menos de um mês de sanção.

Todavia, “sobre as prostitutas de rua, foi decretado que elas eram obrigadas a permanecer em determinados guetos, das quais eram proibidas de sair sob cominação de serem açoitadas ou exiladas” (Silva, 2022, p. 19). Mas, como pode-se deduzir, a prostituição não encontrou sua extinção, uma vez que ainda se reproduz na contemporaneidade. Ao invés disto, a Idade Moderna ficou caracterizada pela fomentação do mercantilismo. Neste sentido, pode-se dizer que

Com o renascimento comercial, a prostituição feminina passa por algumas transformações, o bordel estatal passa a ser privatizado. A burguesia passa a ditar as regras do comércio, entre eles, o comércio do sexo, proporcionando uma perda na autonomia das prostitutas e mais controle e lucro pela alta burguesia, determinando também, a organização espacial e funcional da prostituição feminina, pois eram aplicadas penas severas para aquelas que fossem encontradas fora da Cidade onde prestavam seus serviços sexuais (Alves Filho, 2005, p. 17).

Paralelamente, foi essa áurea de clandestinidade que, contraditoriamente, tornou a prostituição mais requisitada, trazendo a necessidade de tornar as prostitutas em especialistas em determinados serviços sexuais, criando os primeiros menus de seus serviços. Salienta-se que os maiores frequentadores destes espaços eram homens poderosos e “algumas [prostitutas] eram namoradas dos padres e concubinas de nobres e burgueses” (Silva, 2022, p. 20).

Além disto, com a diversidade sexual proporcionada nestas especializações, Silva (2022) destaca a união da prostituição com o comércio de propaganda a partir da instituição de flyers publicitários para divulgação de serviços sexuais prestados. A necessidade do acréscimo das logísticas do marketing na prática consolidou o anexo de novos agentes nesta cadeia territorial. Com isto, a prostituição passou a permitir a divulgação dos serviços ditos como de especialidade por homens fixados em partes movimentadas das cidades, como vendedores intermediários, além de que se tornou normal que os próprios agentes do sexo passassem a impulsionar suas vendas pela distribuição de cartões ou, até mesmo, destes flyers.

Com o advento da Revolução Industrial, notou-se aumento significativo da prostituição. Segundo Marques (2017) o fato deu-se devido a exploração da mão de obra feminina juntamente às péssimas condições de emprego, trazendo a necessidade da atividade como complemento da renda, e, com isso, causou-se a proliferação do meretrício. Os efeitos de desemprego e pobreza eram amplamente sentidos pela sociedade da época, demarcando como “a demanda era tão alta que outros comércios da cidade, como cafés e confeitarias, passaram a oferecer espaço, quartos para prostituição” (Teodoro; Silva, 2015, p. 222).

Andrade (2022, p. 23), mostra que, na Era Vitoriana, “os homens da classe dominante desenvolveram um desejo obsessivo pela prostituta virgem. À porta do bordel, era pendurada uma coroa de louro, simbolizando que ali havia uma escrava virgem”. Inclusive, nesta época, o homem que desvirginasse uma prostituta, recebia um ramo de louros como símbolo desta ação. Com isto, a Grã-Bretanha passa a instituir medidas de correção às prostitutas, levando grupos de missionários a supostamente salvá-las da prostituição (Moreira, 2007).

Para a prostituição, o século XVII marcou-se pela expansão da atividade para teatros e ampliação de funções das prostitutas ao prostrarem-se também como atrizes. Os bordéis passaram a oferecer como novos atrativos a exposição do corpo para contemplação antecessora à escolha do profissional, como o sexo assistido e diferentes lugares para atendimento como uma territorialidade

trabalhada para atingir novos públicos, como mostra Teodoro e Silva (2015). Posteriormente, no século XVIII, observa-se a abertura de bordéis com ofertas de voyeurismo, sadomasoquismo, defloração, flagelação e carícias sem ato sexual (Andrade, 2022). A propaganda para divulgação desses ambientes passou a ocorrer pela distribuição de cartões pelos bairros de Paris.

Com isto, Moreira (2007) acrescenta a informação de que a prostituição traz grandes escândalos ao reinado do rei Luís XIV, levando-o a instituir penalidades mais severas aos donos de bordéis e às prostitutas, estabelecendo cortes de nariz e de orelhas como medidas combativas à prática. Todavia, Luís XIV não foi o primeiro monarca francês a manifestar-se a respeito da prostituição. Silva e Silva (2021) apontam que, em 1256, o rei Luís IX permitiu que meretrizes e cortesãs habitassem suas cidades, com a condição de se fixarem em áreas pré-determinadas, onde esses espaços foram conhecidos como áreas de produção de prazeres e doenças.

Entretanto, com a Revolução Francesa, se “aumenta a prostituição de menores e a prostituição masculina chega a ser proverbial em algumas cidades francesas” (Moreira, 2007, p. 16). Todavia, Favalessa e Marin (2020) apontam que a Revolução Francesa e o Iluminismo difundiram a aversão à prostituição.

Borba (2021) ressalta que, durante a Primeira Guerra Mundial, a prostituição viu-se abordada de diferentes maneiras em diferentes países. Alguns liberaram bordéis como tática de satisfazer as tropas dos exércitos, outros estipularam toque de recolher às mulheres e alguns tornaram a prostituição ilegal. Mesquita et al (2022) também viabilizam como o marco histórico abarcou casos de estupros de guerra e de prostituição sistematizada pelo Estado, trazendo que “diversos países asiáticos, especialmente o Japão, toleravam a exploração sexual feminina pelas tropas militares por uma questão estratégica e de conveniência” (Mesquita et al, 2022, p. 116), trazendo uma prostituição militarizada com remuneração pelos trabalhos prestados.

Foi também em período da Primeira Guerra Mundial que médicos e policiais iniciaram controle contra uma suposta degradação social (Diniz, 2009), tendo como um dos públicos-alvo as prostitutas – tendo o movimento ressurgido na Segunda Guerra Mundial. Para o conhecimento médico da época, associava-se a prostituição como uma doença hereditária e, por esse motivo, não incomum se mostrava a realização de estudos patológicos que visavam provar que as prostitutas possuíam tendências ao crime (Diniz, 2009).

Inclusive, na Segunda Guerra, mediante a proibição da prostituição, a atividade voltou-se à clandestinidade, mesmo que, para a União Soviética de Stalin, manteve-se “os bordéis privados para os membros da aristocracia” (Diniz, 2009, p. 75). Na Alemanha nazista de Hitler, as prostitutas clandestinas eram marcadas com estrelas negras e

Eram enviadas para os campos de concentração nazista, onde eram submetidas a ações arbitrárias da polícia e obrigadas a ajudar na construção de Auschwitz, sob chuva ou neve, vestido apenas roupas íntimas, o que acarretava que em pouco tempo morriam de fome e frio (Diniz, 2009, p. 75-76).

A prostituição também teve outra ênfase no nazismo: a prática foi adotada como uma espécie de cura à homossexualidade (Silva et al, 2018). As pessoas homossexuais, marcadas pelo triângulo rosa, ao invés de mortas como outros grupos perseguidos, eram sujeitadas a supostos tratamentos à sua orientação sexual. As pessoas capturadas eram então destinadas a casas de prostituição, abertas neste período com a única finalidade de forçá-los a manterem relações sexuais, ou estupros, com sujeitos do gênero oposto – abrigando, portanto, homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais, além de outras identificações que não-heterossexuais. Os gays supostamente curados nessas casas de prostituição eram enviados à uma divisão militar para combater os russos. Além disto, ao estudar a obra *Mein Kampf* de Hitler, Frigeri (2015) evidencia que o Chanceler do Reich, entre várias acusações, atribuía aos judeus ligação com a prostituição e tráfico de drogas.

Outra pontuação a se trazer acerca da prostituição na Segunda Guerra Mundial dá-se pela instituição das ditas mulheres conforto do Japão. Membro do Eixo, o país consolida uma prática militar de exploração sexual de chinesas e coreanas entre 12 a 20 anos, capturadas à força ou seduzidas por propostas de emprego (Mesquita et al, 2022). A faixa etária era privilegiada uma vez que esperavam-se encontrar mulheres virgens que, pela lógica da tropa, não lhes disseminaria doenças. As mulheres confortos eram forçadamente abusadas, além de serem obrigadas a lavar e cozinhar para as tropas japonesas. Uma particularidade das tropas japonesas reside em também utilizar-se dos serviços de mulheres que já eram prostitutas que, diferente das mulheres conforto, assumiam a prostituição militarizada, sendo remuneradas e optando pelos serviços, muito por suas condições sociais (Mesquita et al, 2022).

Em cenário pós-guerras mundiais, segundo Toscanini (2018), o sexo conquista *status* de mercadoria com a popularização da pílula anticoncepcional que desvincula a atividade sexual à

noção de reprodução. Guerreiro (2016) define, a nível histórico, a década de 1960 como uma revolução sexual, muito fortalecida pelo aparecimento da pílula contraceptiva.

Contraditoriamente a isso, Alves Filho (2005) pontua como, no século XX, o comércio sexual não resistiria sem a colaboração de autoridades corrompidas pelos rendimentos levantados pela prostituição, que se alinharam aos *gângsteres* para financiamento de campanhas políticas e para a proteção dos prostíbulos, trazendo ao território da prostituição novos agentes para além do agente do sexo. A década de 1920, para a prostituição, ficou-se marcado pelo comando do crime para com o comércio do sexo com os *gângsteres* protegendo prostíbulos sobreviventes ao período progressista (Alves Filho, 2005), assemelhando-se à figura do rufião, conhecida atualmente. A respeito disso, Marques (2017, p. 13) também pontua que

No século XIX, a prostituição se tornou um problema, posto que, esta atividade passou a ser praticada por grupos de crime organizado, ou seja, a libertinagem passou a ser explorada pela atividade criminosa. Por conta disto, durante o século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez uma denúncia na tentativa de controlar a prostituição que se alastrava pelo mundo.

Após todos esses expostos, Navarro Swain (2004) destaca-se contra o senso comum, ao afirmar que a prostituição é a mais antiga profissão do mundo, uma vez que a história tende a justificar violências de pessoas através de estereótipos nos ofícios. Nesta lógica, assumir que algo existe desde sempre a para sempre é engendrar uma historicidade em viés positivista que traz premissas que naturaliza criações sociais. É necessário, portanto, apontar que a presença de mulheres no social destoa da norma representacional, sobretudo no passado, e, por esse motivo, a prostituição pode ter sido atribuída erroneamente a algumas mulheres na sociedade. Por isso, a autora (2004, p. 24) traz como “delimitada pela noção de essência e permanência, a prostituição vai perdendo sua historicidade e a própria variação semântica da palavra desaparece sob generalizações no mínimo insustentáveis”, o que corrobora com o levantamento histórico produzido que aponta a prostituição com significâncias distantes das hoje difundidas. Ribeiro, Borges e Marques (2024, p. 13) também contrapõem a afirmativa que coloca a prostituição como a primeira profissão do mundo uma vez que não existe evidências históricas que sustentem que “a prática tenha surgido antes de outras atividades econômicas, como a caça, a agricultura ou a pesca, por exemplo”.

Entretanto, deve-se ter em mente que a prostituição, com “o avanço da urbanização e da sociedade de massas, tornou-se um fenômeno de grande visibilidade” (Silva, 2014, p. 109), levando a compreensão de que, atualmente, “a prostituição moderna é vista como um fenômeno totalmente urbano” (Santos, 2016, p. 1).

Fabiano (2018, p. 18), ao traçar a historicidade da prostituição, também demonstra que

Segundo Roberts (1998), com o advento da doutrina e da hegemonia política da instituição cristã, o sexo perdeu o sentido ritualístico e se tornou sinônimo de pecado, principalmente associado ao poder feminino. Em consequência, o cristianismo alterou significativamente a compreensão cultural sobre a mulher e a prostituição feminina no Ocidente. No caso da prostituição, passou a ser entendida como um mal necessário para a manutenção da reputação moral das mulheres que pertenciam às famílias tradicionais e, devido à posição social, eram destinadas ao casamento. Enquanto isso, provocou a exclusão social do sujeito prostituta a partir da Idade Média.

Por isso, impregna-se no imaginário popular, a suposta função social que acompanha a existência da prostituição. Sousa (1995, p. 67) se prostra contra a “tese do ‘mal necessário’ como expediente para conter a libido e garantir a ordem social”, embora Santana, Dutra e Salum (2016, p. 112) constatarem que, para os agentes do sexo, esse mal necessário lhes é “visto como um trabalho rentável, que lhes provê as necessidades e de seus entes familiares, apesar dos riscos a que estão expostos”. Silva (2023) também argumenta a visualização da prostituição como a ferramenta capaz de preservar a honestidade familiar, sobretudo de meninas virgens em aguardo de união matrimonial, uma vez que os homens poderiam encontrar nas prostitutas os descarregos de seus desejos sexuais, sem a desonra de outras mulheres ditas como puras e candidatas à futuras esposas.

Dessa forma, ao naturalizar a prostituição nessa condição de necessidade, apesar do suposto ônus produzido por estigmas, passa-se a enxergá-la de forma natural, trazendo sua coisificação. Andrade e Teixeira (2004) sintetizam que a devida naturalidade estaria interligada ao organismo humano, sobretudo ao pecado original, e o social vem a enxergar a prostituição como fruto de uma aglomeração humana que auxilia o funcionamento da sociedade. Ainda nesse sentido, Silva, C. (2016, p. 80) discute a teorização de Hughes, mostrando que sua categoria se converte em um máster status, uma vez que, ao ser um agente do sexo, a pessoa reduz-se a essa única característica, como se a amplitude de uma personalidade fosse reduzida ao exercício do ofício, o descategorizando enquanto um sujeito munido de multiplicidades.

3.2 A historicidade da prostituição no Brasil

No Brasil, pode-se adentrar na discussão que evidencia que os primeiros registros da prostituição despontam os primeiros processos de colonização portuguesa sobre o país. Nesse contexto, passa-se a instaurar as primeiras características de uma sociedade de classes com reprodução de comportamentos avistados em Portugal, sua colônia vigente.

Segundo Machado (2017), os primeiros homens portugueses no Brasil passaram a manter relações sexuais com as mulheres indígenas brasileiras. Ao engravidá-las, passa-se a criar maior proximidade com suas comunidades e, por consequência, com seu território, favorecendo facilidades nas práticas de extração do pau-brasil – demonstrando-nos como o sexo serve como uma ferramenta de controle e de passabilidade por territórios e entre seus agentes. Todavia, a Igreja Católica manifestou reprovação aos primeiros indícios de miscigenação entre colonizadores e colonizadas quando se dá o nascimento de crianças mestiças.

Por esse motivo, o então responsável pelas missões jesuítas, Padre Manoel Nóbrega, solicita à Coroa Portuguesa o envio de mulheres portuguesas como estratégia de reafirmar a raça branca sobre o território brasileiro. Para o auxílio desse processo, são enviadas, então, mulheres órfãs, criminosas, viciadas e prostitutas para o país. Com isso, reforça-se como “tráfico, escravidão e patologia têm definido a prostituição desde a metade do século XIX (Kempadoo e Doezeza, 1998 apud Mayorga, 2011, p. 327), o que parece catalisar as questões estigmatizantes carregadas pela prostituição. Ademais, ressalta-se que as prostitutas trazidas como elemento para êxito dos movimentos colonialistas eram submetidas a um projeto de caráter salvacionista da Igreja Católica que visava “recuperá-las” para o casamento (Rosa; Bispo, 2017).

Vale-se citar que, também nesse recorte de tempo, a Inquisição era um movimento adotado e, segundo Nascimento (2014), as prostitutas sofriam com sua perseguição na Europa – fato histórico apontado também por Cabral, Apolinário e Araújo (2019) que reafirmam como, nessa época, prostituição correlacionava-se a conceito de magia, pela fonte de sustento às mulheres. Além de que, devido à imoralidade destinada às prostitutas, sobretudo fomentada pelos esforços da Igreja Católica da época, assume-se que, ao enviá-las às colônias, se preservaria a população portuguesa, sobretudo do estigma da propagação de DSTs.

Também se acreditou que, ao auxiliar no fortalecimento branco nas colônias, com a designação da procriação às prostitutas trazidas, enfim lhes seriam atribuídas utilidade perante a sociedade ao “mitigar a incontrolável miscigenação e simultaneamente povoar as terras, como também acalmar os ânimos dos homens que para cá vinham sozinhos” (Amparo, G., 2020, p. 66), já que a sociedade via nelas a naturalização do sexo e da satisfação do desejo.

Todavia, ainda referente à questão das mulheres indígenas brasileiras, salienta-se que os registros históricos apontam que, com a chegada dos portugueses no Brasil, passou-se a surgir sinais de malícia desencadeados por sua nudez e beleza. Religiosos portugueses passam então a declarar que as indígenas representavam sinais de tentação contra os votos de castidade e, dessa forma, passa-se a registrar os primeiros indícios de perversões sexuais que sucumbiu a montagem de tendas públicas para que essas servissem de prostitutas, como mostra os estudos de Raminelli (1997). Nunes (2017, p. 3) reafirma que as mulheres indígenas brasileiras "além de passar por abusos e estupros se viram submetidas à prostituição pelos seus capturadores", onde a prostituição ocorre a partir da troca de presentes por favores sexuais (Cunha, 2014).

Ademais, oriundos de uma colônia de exploração, a prática do trabalho escravo também se instaurou no Brasil. Como medida de aumento de recursos humano, muito comumente mulheres escravizadas eram submetidas à prostituição para fins reprodutivos. Com isso, se traz a concepção de que, apesar de distintos atualmente, prostituição e exploração sexual muito atrelou-se no passado, dando-se, assim, os primeiros históricos da prostituição negra brasileira, onde as escravizadas, além de serem obrigadas a servirem sexualmente aos senhores, rendiam-se à prostituição por sua própria sobrevivência (Fedocci, 2019).

Não incomum eram também as situações onde os donos de escravos deitavam-se com meninas negras escravizadas de cerca de doze anos, tomando-as como prostitutas para seu atendimento particular, contaminando-as com sífilis (Lima, 2008). Devido a isso, desponta-se que as origens da prostituição negra brasileira podem ser atribuídas ao regime escravocrata, uma vez que “a prostituição misturava-se a uma variedade de serviços domésticos” (Afonso; Scopinho, 2013, p. 6), além de estender-se, também, às escravas mulatas (Pinheiro, 2006 apud Diniz, 2016). A autora Neves (2020) reforça que, naquela época, os proprietários de escravos permitiam a prostituição a partir de uma carta de autorização. A respeito, Marques (2017, p. 14) destaca que

As escravas ainda trabalhavam em prostíbulos, pois tinham o alvará de seus senhores a ficarem a noite na rua para vender seu corpo, e ao final, deveriam voltar para a casa de seus soberanos com uma quantidade mínima que havia sido estipulada por eles, podendo receber uma certa quantidade desses valores, como também poderiam não receber nada, todavia, caso não voltassem com esse valor ínfimo estabelecido, eram castigadas severamente. Mais adiante, existiam também a exposição das prostitutas através de anúncios de jornais.

Silva e Castilho (2014, p. 268) apresentam que “eram as escravas que iniciavam o jovem, filho do senhor, na vida sexual”, além de que as senhoras de elite lhes enfeitavam com correntes de ouro, anéis e rendas finas para atrair potenciais clientes. Diniz (2016) também complementa que as senhoras da Casa Grande muitas vezes mutilavam-nas se descobrissem que essas meninas se deitaram com seus maridos, mesmo que forçadamente – uma vez que uma escravizada prostituta era valiosa aos senhores de fazenda e engenhos, impedindo-as de desfazer delas com a sentença de sua morte.

Entretanto, a dominação sobre as prostitutas escravizadas era tamanha que, segundo Nappi (2021), o próprio rei João V estabelece a proibição que vestissem trajes luxuosos, mesmo para a finalidade de sua exploração sexual. Isto deu-se por volta de 1709, uma vez que as escravas sexuais, a partir de suas vestimentas, deixavam o corpo a mostra, inclusive enquanto frequentavam as igrejas. Os adornos foram considerados peças que despertavam o pecado (Campos, 2023).

Em Minas Gerais, consagra-se as casas de alcouce, onde abriga-se, inclusive, encontros sexuais, sendo esses estabelecimentos gerenciados por escravizados (Nappi, 2021). Entretanto, o estado, por volta do século XVIII, atribuiu uma das maiores cobranças de cargas de tributo, trazendo um contingente de mulheres para a prostituição para medida para pagamento desses impostos. Todavia, o marco histórico também trouxe o aumento de crianças enjeitadas, isto é, filhos dessas prostitutas. Nesse contexto a prostituição é vista como um problema uma vez que com “o aumento do número de negros circulando nas cidades produzia o que se via como um ‘desequilíbrio social’ que ameaçava desequilibrar a ordem social de então” (Nappi, 2021, p. 50).

É possível também debater como o conceito de exposição à vitrine passa-se a estabelecer no Brasil, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII, com a concentração de garimpeiros também no estado mineiro. Para adequar-se aos desejos de possíveis clientes, as prostitutas brasileiras da época eram apresentadas como uma mercadoria nas janelas de seus antigos senhores de engenho,

“onde vestiam-se de joias e roupas expondo o que havia de mais obsceno para a época, por exemplo os ombros, o busto e afins” (Reis, 2023, p. 14). O fato histórico permite constatar como a presença masculina, principalmente de homens afastados de suas famílias, propicia a eficiência do estabelecimento da atividade da prostituição. Além de que, mostra-nos como as territorialidades manuseadas atualmente assemelham-se nas observações ao longo do século, garantindo estabilidade da afirmação de criação de códigos que se propagam e agenciam territórios em sua função.

Além disso, Borba (2021) evidencia que, com a chegada do monarca Dom João VI no Brasil, houve a redução das oportunidades de emprego no país, sobretudo para as mulheres. Dessa forma, a prostituição passou a ser vista como a maior profissão com ganhos financeiros para o público feminino. A autora destaca ainda que essas profissionais possuíam um bairro onde poderiam morar e “o confinamento das prostitutas num lugar determinado da cidade, também significou que pela primeira o Estado regulamentou um espaço de controle, vigilância sanitária e policial sobre a vida e o corpo dessas mulheres (Borba, 2021, p. 43)”.

Ao estudar o histórico da prostituição brasileira, Souto (2022) traz a informação, sobre a ótica da instauração da Lei do Ventre Livre (1871) que, além de determinar a liberdade de bebês nascidos pelas mulheres escravizadas, também trouxe a possibilidade desses escravizados possuírem o direito à poupança, onde o dinheiro muitas vezes custeava suas liberdades. Nesta época, intensificou-se a prostituição dessas escravizadas sobre esse objetivo.

Zickwolff, Guimarães e Cheibub (2017) pontuam que, mesmo em período após o fim da escravidão, não se mostrava incomum o reconhecimento de baianas e afrodescendentes exercendo a prostituição, tanto por falta de oportunidade de trabalho quanto pela falta de políticas de inclusão aos ex-escravizados no país. Carvalho e Passos (2019) reforçam como negras alforriadas procuravam na prostituição a possibilidade de subsistência, embora, de certa forma, com a expansão da população miscigenada recorrente esse contato, acentuou-se a necessidade de controle das autoridades para prisão dessas mulheres, fortalecendo a marginalização da prostituição.

Porém, é preciso reforçar que, como mostra Oliveira, Guimarães e Ferreira (2017), a prostituição apenas tornou-se questão de domínio público a partir do momento que a preocupação médica detectou que mulheres europeias ao chegarem no Brasil, sem o conhecimento do idioma e com dificuldades financeiras, passaram-se a se encontrarem obrigadas a desempenhar suas práticas.

Pereira (2005) aponta que essas mulheres europeias trazidas à América do Sul, obrigadas ao exercício de prostituição, eram conhecidas como escravas brancas. Neste sentido, Pequeno (2023) traz a legitimidade do Estado sobre tais práticas onde, sobre uma aristocracia do café, a Coroa financia a imigração de prostitutas de luxo europeias.

Campos (2023, p. 28) salienta que, entre os séculos XIX e XX, a prostituição brasileira consolida-se a partir da criação de grandes bordéis, zonas de meretrício, cabarés, cafés-encontros, “pensões chiques”, teatros e restaurantes. Além de que, com a mudança do sistema de governo, viabilizou-se a prostituição mesmo em meio a teorias higienistas. Entretanto, segundo Gomes Junior (2017), esses espaços adotavam códigos, leis e práticas particulares, sinalizando a existência de territorialidades e, aqui, também se avistava homens homossexuais no exercício da prostituição, conhecidos como bagaxas. Em contrapartida, a passagem entre os dois séculos também ficou marcada pela criminalização da vadiagem, previsto no Código de Processo Criminal de 1832, e, por suas ações policiais para combate, foram ocorridas ações como punições ou detenções correcionais – onde um dos grupos considerados ociosos foi o considerado o da prostituição (Teixeira; Salla e Marinho, 2016).

Ademais, a prostituição no Brasil muito atrelou-se a expansão urbana da década de 1850, como mostra Gruman (2006). As movimentações no porto do Rio de Janeiro trouxeram contingente humano, vinculando a necessidade de expansão de lazeres noturnos para suprimento das necessidades dessa população. Já 1920 (Gruman, 2006) ficou marcado pelo refinamento de cafés-concertos transformados em cabarés e o consumo por esses espaços foi reconhecido pela modernidade. Nesse momento da história observou-se como muito atrela-se a prostituição ao espaço urbano, sobretudo em áreas de concentração de volumes de objetos geográficos e das dinâmicas urbanas estabelecidas por suas funções. A estética atrelada a esses lugares propiciava os tipos de agenciamentos visualizados, uma vez que

Segundo Andrade e Teixeira (2004), em Belo Horizonte, no início do século XX, havia uma distinção dos programas realizados em cabarés luxuosos, principalmente por prostitutas estrangeiras ou ditas estrangeiras, e os mais baratos, realizados por prostitutas brasileiras em cortiços com quartos precários, com menos preâmbulos ao ato sexual. Margareth Rago (1991) também aponta distinções de locais na prostituição do início do século XX, em São Paulo, mesmo se existia circulação de prostitutas e de clientes entre os dois mundos (França, 2017, p. 331).

Sabendo-se que a Era Vargas perdurou entre os anos de 1930 a 1945, este período da história brasileira também deve ser destacado nos estudos da prostituição. Com isto, Santos e Leão (2011) mostram que a década de 1930 ficou marcada pelo combate às DSTs e, por este motivo, a prostituição foi considerada como uma fonte transmissora, sendo difundido o pensamento em propagandas do governo e notas para o alerta, supostamente trazendo a necessidade de marcação de zonas no Código de Posturas. Já na década de 1940, segundo Campos (2023, p. 29), nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, avistava-se “políticas de confinamento e segregamento das prostitutas, o que facilitou ainda mais a exposição dessas mulheres à violência policial e ao seu ‘desaparecimento’ dos bordéis e zonas de meretrício”. Em período de ditadura militar, segundo Feijó e Pereira (2014), prostitutas sofreram com grandes represálias.

Araújo (2021) destaca que, com o lançamento do Ato Institucional nº 1 (AI-1), de abril de 1964, que marcou o início do movimento militar brasileiro, instaurou-se as ideologias vigentes no discurso de Doutrina de Segurança Nacional (DSN) contra os ditos inimigos internos – sendo um desses grupos o das prostitutas. Assim, salienta-se a instauração de dispositivos legais e contravencionais, como a violação dos bons costumes, para a justificativa dessa perseguição. Araújo (2021) torna evidente sua argumentação a partir da documentação de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ).

Em 1971, as prostitutas sofreram com amplas perseguições, tendo seus estabelecimentos invadidos e fechados. Feijó e Pereira (2014, p. 50) salienta que elas “eram presas e torturadas pelo simples fato de andar na rua, simulavam cortes com navalhas para serem soltas após ir ao Hospital”. Teles (2015), sobre o período brasileiro, complementa que as prostitutas sofreram com sequestros, prisões, torturas e assassinatos com condescendência do Estado.

Em oposição à perseguição da prostituição fomentada na Ditadura Militar, Favelessa e Marin (2020) trazem a informação que o sexo, aliado a outros fatores oprimidos, foi utilizado como forma de protesto, inspirado no movimento hippie estadunidense. Esse movimento foi denominado como pornochanchada e davam-se pela produção de filmes eróticos. Ainda assim, neste período, ocorria-se a agressão policial para com as prostitutas e a promoção de sua retirada nos centros das cidades, tal como ocorreu na operação “Limpeza” em São Paulo (Favelessa; Marin, 2020). Na

Ditadura, instaurou-se, inclusive, a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) para o combate da prostituição (Favalessa; Marin, 2020).

Farias (2010) também aponta como o governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961) foi um período de impacto para a prostituição. Com um forte objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da consolidação de projetos nacionais, JK elaborou o Plano de Metas do Governo Federal onde insurgiu-se uma preocupação de ordem administrativa municipal levando à aplicação de higienização dos espaços urbanos, onde “as meretrizes foram removidas do centro da cidade para uma área periférica de difícil acesso” (Farias, 2010, p. 1).

Contra os expostos, surge durante a década de 1970, a organização social das prostitutas no Brasil. Entre uma série de movimentos sociais contra o regime militar, vale-se citar a mobilização social organizada pelo movimento de prostitutas em contexto urbano, expondo as violações dos direitos civis sofridas pelos profissionais do sexo em consonância à uma série de reivindicações, sobretudo naquilo que tange o direito à cidade (Helene, 2017).

Reis (2023, p. 13) discute que “a prostituição, tanto forçada quanto voluntária, foi se estabelecendo em diferentes regiões do país, com destaque para os portos e áreas urbanas de maior desenvolvimento econômico”. A constatação permite compreender como um cenário urbano distinto e plural em questões de classes permite abrigar a prostituição, sobretudo quanto analisado em proximidade a determinados objetos geográficos, isto é, aqueles objetos usuais que caracterizam perfil urbano de um espaço geográfico e que influenciam dinâmicas.

Sposito (2017) define o objeto geográfico como um objeto espacial que influencia numa concentração de elementos que potencializam as interações. Reforçado por Santos (2014, p. 63) se estabelece que “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações”, além de exercer influência nas relações pessoas diretas, uma vez que o autor trata que se há a existência de objetos destinados a favorecer a fluidez (Santos, 2014).

Assim, as afirmações mostram-se em consonância com as observações produzidas, uma vez que a disposição desses objetos no espaço urbano dinamiza as relações e se mostram estratégicos em sentido de fixação desses agentes do sexo para contato direto com os clientes, sobretudo em proximidade de objetos geográficos públicos que impulsionam modos de normalização – sendo, portanto, para Milton Santos (2014) o objeto um vestígio da ação.

Compreendendo como o conceito de prostituição foi amplamente confundido com a exploração sexual no Brasil, esse fenômeno, segundo Mello e Francischini (2010), passou a ganhar visibilidade a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ocorrida na década de 1990, influenciada por denúncias de casos de prostituição infanto-juvenil. Com isso, reconhece-se importância de esforços para que se possa distinguir ambos os conceitos e estipular medidas jurídicas que combatam a exploração.

3.3 A prostituição no Mato Grosso do Sul

Focalizando a questão no contexto regional e dentro da contemporaneidade, ressalta-se que, ao desmembrar-se de Mato Grosso, em 1977, Mato Grosso do Sul surge no território nacional como uma Unidade Federativa. Nesse novo cenário de despontamento, o novo estado acaba por abrigar um contingente de migrantes, além das que já estavam fixados no recorte em questão. Devido a suas riquezas naturais, percebe-se, então, um crescimento do turismo que possibilita altas margens de lucro. Sanches (2007, p. 43-44) traz que,

Dentre as atividades ilegalmente exercidas ligadas diretamente a este tipo de turismo está a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de mulheres, bem como a implantação de grandes obras, como foi o caso do gasoduto Brasil-Bolívia, que aumentou significativamente o número de adolescentes grávidas e a incidência de infecções sexualmente transmissíveis [IST], principalmente nas cidades de Água Clara, Três Lagoas e Corumbá (FARIAS, 2002), sem barrar o processo migratório de meninas que foram trazidas para servirem em bares e boates criados para atender os trabalhadores dos canteiros de obras instalados nesses municípios. O tráfico de mulheres para fins sexuais, como está no Protocolo de Palermo, difere da prestação de serviços sexuais realizada livre e espontaneamente, porque pressupõe que a pessoa foi coagida e impedida de deixar a atividade, muitas vezes tendo os documentos retidos e recebendo ameaças.

Conforme evidenciado por Silva e Peres (2016), atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul configura que o mercado do sexo possui maior expressividade em áreas de fronteiras e em rotas de narcotráfico. Além dessas localidades, se nota considerável movimentação em áreas com atrativos turísticos e municípios pertencentes à região Pantaneira, caso específico de ambas cidades analisadas. Sanches (2007), também diagnosticou que, em Mato Grosso do Sul, a identidade

profissional da prostituição de rua assume dimensão do público com clientela composta, sobretudo, por homens.

Lopes e Passamani (2021), ao investigar os anúncios de prostituição masculina em Campo Grande, evidenciaram como o jornal *Correio do Estado* se sobressai ao ser o único periódico da cidade que possui seção específica à anúncios desta categoria, a seção *Relax & CIA*. A partir deste objetivo, os autores puderam constatar que o desejo pode ser pontuado sobre alguns marcadores sociais, sendo eles a cor/raça, a performance sexual (isto é, ativa e passiva) e a geração, mostrando que os agentes do sexo masculinos mais procurados são jovens não brancos, ditos como discretos, “bem dotados” e com performance flexível.

Entretanto, a contemporaneidade mostra uma renovação das práticas territoriais da oferta do corpo, digitalizando esses contatos e atingindo, por fim, a internet. Também estudando os anúncios de prostituição em Campo Grande, Lima e Silva (2018, [s.p.]) observam que o comércio do sexo por vias virtuais parece dar-se nos sítios eletrônicos “Photo Acompanhantes, Hot-MS, Fatal Models e dos aplicativos: Tinder, Grindr e Gp acompanhantes”, onde estes vêm

Funcionando como um catálogo online, [onde] os profissionais se expõem oferecendo dados referentes a atributos físicos e preferências, somando-se a uma imagem para corroborar a descrição, sendo esta normalmente explícita. Quanto à praticidade, é notório que essa forma de comércio sexual favoreça a flexibilidade tanto do cliente quanto do profissional, sendo todos os trâmites referentes a este negócio definidos, anteriormente, à transação (Lima; Silva, 2018, [s.p.]”.

Souza e Duque (2022) também estudam o uso desses sítios eletrônicos em Campo Grande. Empiricamente, pôde-se constatar como os agentes do sexo podem adotar alguns marcadores sociais que facilitam sua localização conforme interesses pessoais dos clientes. Neste sentido, notou-se como a capital parece possuir apreço ao consumir prostitutas que se nominem universitárias – mesmo que não as sejam de fato, conforme relatou uma entrevistada que se classifica assim pois o título lhe confere atendimento à clientes de melhor capacidade aquisitiva. Com isto, percebeu-se que a territorialização digital das agentes do sexo em Campo Grande devem aliar-se a um imaginário fetichista que as colocam num ideário dito como sexo limpo e de padrão somente por denominarem-se universitárias.

Ao estudar a prostituição pantaneira, mais especificamente na cidade de Corumbá (conhecida como a Capital do Pantanal, bioma das cidades estudadas), Oliveira e Kukieli (2019)

ressaltam que os turistas, mesmo que inicialmente estimulados por razões socioambientais e culturais, auxiliam na fomentação de práticas de turismo sexual, sobretudo praticadas com mulheres em dificuldades empregatícias. Seus estudos evidenciam a aquisição de pacote turístico para turismo de pesca, além de sua função inicial, permite a facilidade de “convívio com mulheres e a prática diversificada da atividade sexual” (Oliveira; Kukiél, 2019, p. 266), onde os pares são estabelecidos nas “configurações iniciais da estadia no barco” (Oliveira; Kukiél, 2019, p. 266). Alho (2019) também evidencia que, para além dos barcos, o turismo sexual no Pantanal manifesta-se em hotéis flutuantes em consonância com a pesca esportiva, especialmente sobre o rio Paraguai (Alho et al, 2019). Mostrando como a prostituição, sobretudo em contexto de Pantanal, assume uma cadeia de agenciamentos e territorialidades complexas, destaca-se como

Ocorre então, não somente a venda da natureza para o turismo, como o envolvimento da mercantilização sexual em cadeia produtiva, pois envolve profissionais dos setores secundário e terciário como os agenciadores, wiskerias, boates, bares, restaurantes, hotéis, agentes turísticos, piloteiros [gíria que designa os pilotos de barcos], cozinheiros, faxineiros, pescadores profissionais, isqueiros, empresários de produtos e aparatos de pesca, supermercados, postos de combustíveis e prestadores de serviços diversos... Esse envolvimento mercantilizado forma uma rede de relações socioeconômicas de grande proporção e importância para o desenvolvimento local e a prostituição voltada a esse setor (Oliveira; Kukiél, 2019, p. 266-267).

Ainda ligada à questão, Moretti ([s.d.]) afirma que o turismo e a prostituição, inclusive a prostituição infanto-juvenil, mostram-se interligados como uma espécie de competição com outros pontos turísticos para a atração de turistas pela oferta dos serviços, inclusive no acompanhamento entre as pescarias. Por esse motivo, não incomum o turismo sexual pantaneiro se renova de modo a atrair seu público, podendo ocorrer estratégias de atração do turista com prostitutas sendo enviadas para as embarcações pesqueiras através de voadeiras, um barco com motor de popa (Banducci Júnior, 2003).

Inclusive, ressalta-se a existência de uma rede de prostituição nos órgãos públicos de Mato Grosso do Sul (Redação, 2022), onde destaca-se a incidência da prostituição de alto luxo, que conta com a especificidade de se zelar pelo agente do sexo e pelo cliente. Geralmente a pessoa que gerencia esse agente do sexo deve-se atentar a impelir vínculos contínuos, expressos por realização de no máximo três programas, para que não haja a concretização do afeto e, assim, se permita a

continuidade da atividade na esfera em questão, sem a interferência do surgimento de ligações emocionais entre os envolvidos.

Com isto, política e prostituição não parecem como caminhos dicotômicos quando se investiga a indústria sexual em Mato Grosso do Sul. Nas últimas eleições ocorridas, isto é, em 2024, notou-se como sujeitos inclinados para a prostituição também são eleitos pela direita, a depender do uso dos discursos, podendo-se apontar como exemplo o futuro prefeito investigado por favorecer a prostituição e a vereadora mais votada sendo dona de um bordel (Zurutuza, 2024)

A cidade de Dourados, segundo maior município do estado, escolheu Isa Jane Marcondes, pelo partido Republicanos, para adentrar a Câmara Municipal, famosa com o trocadilho “Dourados está uma zona e de zona eu entendo”, em referência à sua profissão de dona de bordel, e por um vídeo que circula a internet onde expõe os seios de uma mulher para aludir ao ditado que refere aos sujeitos que “mamam na teta do governo”, discurso amplamente reproduzido por sujeitos da direita. Zurutuza (2024), expõe que, além dos 2.992 votos em Isa, a proprietária do estabelecimento conta também com prostíbulo que já foi visitado por oficiais da justiça – embora não existam processos criminais relacionados à prática de exploração.

Além de Isa, Zurutuza (2024), também traz o prefeito Munir Sadeq Ramunieh, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em Ladário, como um nome político ligado a prostituição votado com 58,52% de preferência pública. Ainda na reportagem, afirma-se que o político já foi dono de bordel em Corumbá que, por sua vez, já foi investigado pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Ademais, Munir, em 2012, já foi investigado sobre tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição e, em 2014, pelo favorecimento da prostituição. Segundo consulta pública, o político é réu no processo criminal 0803705-17.2015.8.12.0008 pela ação civil de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito (Mato Grosso do Sul, 2015).

Neste sentido, avista-se os envolvimento de outros políticos e empresários de Mato Grosso do Sul com os territórios da prostituição, onde foi descoberta a preferência da realização de programas por parte de meninas mais novas (Chagas, 2015). Esses encontros também traduzem agenciamentos de outros agentes envolvidos nesse território, como o do cliente em grande detenção de poder. Narra-se que os programas eram registrados por câmeras escondidas com a intenção de extorsão esquematizadas, mostrando que nem sempre o poder da construção da territorialidade é detido pelos agentes do sexo. Botelho e Ferriani (2004) apontam como adolescentes inseridos em

condição de prostituição acabam por naturalizar os eventos e fenômenos presenciados, demonstrando resignação com a condição a qual lhe insere. Na capital sul-mato-grossense, em Campo Grande, também se destaca a expressividade da prostituição masculina na região central e na região universitária (Passamani; Rosa; Lopes, 2020).

Essa inserção de agentes poderosos na prostituição também pode ser detectada na cidade de Bataguassu – onde esses agentes envolvidos podem ser categorizados como empresários, políticos e servidores públicos. A notícia vinculada por Ricalde et al (2024) veicula como a Polícia Civil, mais especificamente a Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM), conduziu uma investigação de adolescentes vitimadas pela prostituição infantil, que também diz respeito à especificidade de exploração sexual. As vítimas relataram subornos para o silêncio contra as denúncias pelos crimes sofridos.

Além disto, visto a possibilidade de grande obtenção financeira, não incomum acaba-se por encontrar casos de agentes do sexo sul-mato-grossenses com hábitos de migração, narrando-se residências, temporárias ou não, em outros estados para que a família não descubra o ofício exercido, demonstrando territorialidades de proteção de identidade ao assumir territórios para além de seus estados de origem. A rentabilidade da prostituição também pode apontar um faturamento de cerca de R\$ 1 mil em uma tarde trabalhada (Valentim, 2016).

O oposto também ocorre para a manutenção dos territórios de prostituição em contexto estadual, que procura anexar novos agentes do sexo aos territórios locais. Conforme noticiado (Redação, 2023), em um prostíbulo no município sul-mato-grossense de Bataguassu, também se avistou uma mulher advinda de outro estado, obrigada a ceder às práticas de prostituição, isto é, de exploração sexual, descobrindo-se outras agentes do sexo na mesma situação. Alegou-se que a atração dessas mulheres ocorreu a partir de promessas de trabalho, atraindo também vítimas paraguaias, onde a exploração sexual, dentro do território de prostituição, mesclou-se com questões de tráfico humano no estado enquanto condição de fronteira.

Ainda em condição fronteiriça, Ponta Porã também já registrou produção, compartilhamento e posse de conteúdo relacionado à exploração sexual infanto-juvenil (Freitas, 2023). Para autores como Pedroso (2015) o exercício e a exploração podem ser entendidos como sinônimos de coisificação, uma vez que se pode atribuir certa confusão nas tentativas de distinguir os conceitos de prostituição e exploração sexual. A espacialidade fronteiriça também parece

potencializar essa confusão conceitual à medida que se nota a expressividade de suas ocorrências. Ao estudar as condições de segurança pública nas fronteiras do estado, Lamoso (2015, p. 227) apontou que

Em uma das cidades pesquisadas, foi enfatizado a questão da prostituição infantil como uma ocorrência possibilitada pelas condições do meio. A mesma faz parte de uma rota em direção ao país vizinho (Paraguai), de muito movimento. [...]. Esse movimento masculino, em trânsito, foi relatado como um potencial fator de exploração sexual infantil e também de prostituição adulta. Ainda mais grave, muitas vezes, com o conhecimento e consentimento familiar.

Além disso, a fonte do G1 (2009) evidenciou a existência de redes de prostituição no estado alimentadas pelo aliciamento de garotas menores de idade por meio de anúncio em jornais e de convocação em porta de escolas. Vale citar que a prática de prostituição, em meios jurídicos, se torna ilícito se praticados por e contra indivíduos menores de 18 anos – todavia, a rentabilidade da prostituição muitas vezes acaba por impulsionar ampliação de exploração sexual pelo anexo de novos agentes. Entretanto, a prática parecer perpetuar, inclusive no estado (Morandi, 2023), para além da capital com casos recentes de aliciamento de adolescentes para a atividade. Ainda no ano de 2023, em Dourados, pôde-se compactuar como aliados para combate a Justiça do Trabalho, que avalia a ilicitude nessa relação pela idade não configurar um profissional do sexo, onde os investigados precisam assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), como modo de visar interromper a continuidade da situação da ilegalidade da exploração sexual camuflada nas nuances da prostituição para com menores de idade.

No município de Eldorado também pôde-se constatar a exploração sexual de menores em casas de prostituição (G1 MS, 2017)⁷. A organização das territorialidades da prostituição para a manutenção de suas atividades em um território, conforme o mesmo caso, levou ao planejamento de planilhas com dados de serviços prestados pelos seus agentes do sexo. O fato mostra como os agenciamentos adotados pelos diferentes indivíduos envolvidos são minuciosamente orquestrados para a minimização de pontos fracos que derrubem o território, ampliando a solidificação de um território nutrido por vários agentes com diferentes funcionalidades – consolidando uma teia relacional por relações de poder bem definidas.

⁷ A notícia pode ser verificada em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/doi-sao-presos-apos-adolescente-de-17-anos-ser-flagrada-em-casa-de-prostituicao-em-ms.ghtml>.

Silva e Peres (2013, p. 4) sublimam a importância de caracterização da prostituição em contexto interiorano, cartografando como os sujeitos contemplados com a prática de prostituição em contexto estadual são, em maioria, “mulheres pobres, negras e/ou pardas, com escolaridade incompleta e com dificuldades em obter trabalhos tidos como formais em muitos setores laborais”.

Em Aquidauana, pode-se também destacar a reportagem divulgada pelo jornal local de amplo acesso da população, O Pantaneiro (Redação, 2020). Em 2020, após denúncia de tráfico de drogas, uma mulher de 40 anos foi presa em flagrante forçando adolescentes a prostituírem-se. O local utilizado também contava com a presença de “drogas (pasta base de cocaína e cocaína), uma grande quantidade de dinheiro trocado, aparelhos celulares, caixas de camisinhas e quatro munições calibre .32” (Redação, 2020), além de quartos com camas de casal. A mulher gerenciava o local e admitiu que os adolescentes recebiam apenas se fizessem o programa.

Todavia, a prostituição em Aquidauana e Anastácio, ao menos atualmente, não se prende unicamente a espaços físicos. Uma breve pesquisa no Google unindo a palavra prostituição às cidades supracitadas abre um grande leque digital de opções de prostitutas (os), geralmente referidos como acompanhantes. Pode-se citar como portais locais de busca os sites Fatal Model, Prazer Libre, Garota Com Local, Fikante, Vivalocal, HotMS e Classiaqui. Alguns dos sites, ao trazer esses ditos acompanhantes, podem descrever especialidades de posição sexual além de características físicas e de genitálias.

Assim, o trabalho uniu esforços em detectar atividades de prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio, com a intencionalidade de compreender sua espacialidade no recorte urbano bem como as territorialidades adotadas para a concretização e manutenção do ponto. Respeitando os respaldos éticos desse estudo, os sujeitos da pesquisa não foram identificados, apesar de levantar-se discussões espaciais da prática bem como dos objetos geográficos dispostos que se tornam atrativos para a fixação da atividade em determinada área e sua influência nos agenciamentos que denominam a espacialidade e territorialidade, conforme a localização.

Milton Santos (2014, p. 72-73) traz que “os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”. Assim, objetos geográficos devem ser entendidos como aquilo que “possui e pode estar associado a várias representações gráficas” (Câmara, 1995, p. 14). Em contexto de espaço urbano, os objetos geográficos são aqueles pertencentes ou anexados no recorte espacial que podem ser apropriados

conforme o planejamento e necessidade urbana, a partir do uso de sua materialização. Assim, nesse trabalho, esses objetos geográficos são, sobretudo, tangíveis, podendo ser visualizados por avenidas, terminais rodoviários, áreas comerciais e de entretenimento e outras construções, para citar apenas alguns exemplos.

Neste sentido, esses objetos geográficos se mostram estratégicos ao atrair pequenas aglomerações e, conseqüentemente, mostrando-se como materialização de estratégias espaciais e de negócio da oferta do sexo nessas proximidades. Com característica de cidade pequena e, popularmente com lazers reduzidos, esses objetos são definitivos para detectar esses fluxos e concentrações e possibilitar o estabelecimento da conquista de clientes, traduzindo como o espaço urbano pode ser estratégico para a concretização de territórios ao compreender como os agentes do sexo são atraídos por espaços que contam com suas presenças.

4 QUESTÕES JURÍDICAS VISUALIZÁVEIS NA TEMÁTICA DE PROSTITUIÇÃO E DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Salienta-se que o ato da prostituição possui sua regularidade asseverada no Brasil, uma vez que, desde 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) oficializou a profissão de acordo com sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no item 5198 (Brasília, 2002). Por outro lado, a lei considera crime a exploração da prostituição, tais como em ambientes destinados para essa finalidade, administrado por um rufião como já supracitado – aliás, a prática é condenável, uma vez que se encontra previsto o art. 229 do Código Penal (CP) (Brasil, 1940) que estabelece pena de reclusão para a prática de exploração sexual. Para além, ressalta-se que a prática de prostituição infantil é dita como exploração sexual e, conseqüentemente, é considerada crime apontado, inclusive, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na lei nº 8.069 de 1990 (Brasil, 1990), no art. 244-A.

A consolidação da Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro) dá-se a partir da visualização dos crimes de lenocínio. Pode-se compreender o lenocínio como um crime que visa o ato de proporcionar, estimular ou facilitar a corrupção de alguém, ou seja, configura-se como a prática comportamental que procura extrair satisfação da lascívia (Brasil, 1940, art. 227). Por isso, a prática pode vir a ser punida como uma atividade parasitária ou acessória. Entretanto, também se pauta que

No inciso III [na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)] é especificado o direito que todo trabalhador possui em perceber uma remuneração justa e satisfatória, não sendo este um direito usufruído pelas profissionais do sexo, uma vez que [...] a prostituição é uma prática adquirida por diversas mulheres que buscam a sobrevivência, sendo certo que, o mínimo existencial não é uma contraprestação justa à venda do corpo, e, bem como não é uma contraprestação adequada a nenhum ser humano que disponha de sua força de trabalho. Assim, a prostituta exerce uma profissão que nitidamente afronta o artigo 23 da DUDH, bem como aos princípios emanados por artigos de nossa legislação pátria, quais sejam, artigos 7º, 170 e 193 da Constituição Federal, fundados no bem estar do trabalhador e a na valorização de sua mão de obra (Fraga, 2021, p. 32).

Cita-se, também, os art. 227, 228, 230, 231 e 233 (Brasil, 1940) do CP como ferramentas correlatas à prostituição que trazem as ilegalidades no desempenho da atividade. Pazzini (2015, p. 39) argumenta que “mesmo essas leis não sendo diretamente relacionadas à prostituta, acabam

interferindo diretamente nas suas vidas, por exemplo, condenando aquele que se deixa ser sustentado por ela”, além de que a infração dessas leis muitas das vezes acaba por recair em figuras que rodeiam aos agentes do sexo, tais como rufiões, contribuindo para a visão desse agente como vitimado, não considerando-os como seres individuais com poderes de escolha, direcionando o sujeito, para além do estigma de imorais, ao estigma de vítima, coisificando sua existência a partir do uso dessas ferramentas judiciais.

Ao ver-se a prostituição correlacionada a outros agentes, também se cita o Projeto do Lei (PL) nº 4.524, de 2023, sancionada pela senhora Priscila Costa (Brasil, 2023), para combater a veiculação de serviços sexuais e de prostituição em vias de equipamentos públicos e em eventos que receberam verba pública para sua realização.

Dessa forma, ressalta-se também a ilegalidade da prática de proxenetismos, entendendo proxeneta como os vulgarmente conhecidos como rufiões ou “cafetões/cafetinas”. Ao adotar práticas que possam institucionalizar a prostituição, diz-se que os proxenetes, então, seriam vistos como empresários, maximizando as possibilidades de ocorrência de tráfico e, posto isso, a lei prostra-se contra essa prática. Rodrigues (2004, p. 155) traz, inclusive, o estabelecimento de jurisprudência para além de casas de prostituição, abrangendo “também hotéis e hotéis de alta rotatividade”, onde, geralmente, encontra-se a figura do rufião como intermediário da prática.

Assim, a ocupação de “profissional do sexo”, exposta na CBO com o número 5198-05, consta como “prestador de serviço”. Todavia Souza et al (2021) averiguam que não há a existência de algum dispositivo legal que trate especificamente dos direitos individuais ou coletivos desses profissionais, provando, assim, que a classificação existe apenas para fins estatísticos do Governo Federal. Lima Filho (2017, p. 126) inclusive reflete como “embora a atividade da prostituição não corresponda a um tipo penal, tudo em volta da prostituição (ou exploração sexual?) se torna passível de criminalização”, inclusive pelos artigos já mencionados.

Assim, cita-se Dias (2017) que, em seu bojo de discussão, alega que os três poderes não parecem estabelecer um consenso de como tratar a temática da prostituição. Ao autor, o Poder Executivo, que culminou no reconhecimento do ofício, apesar de consolidar parcerias com o movimento social, parece regredir em seus posicionamentos institucionais, muito devido a questões de governabilidade, mostrando-se refém do Congresso Nacional (CN). Por sua vez, para ele, o Poder Legislativo, pressionado por uma Bancada Evangélica e devido à uma tentativa de

estabelecimento de boa moral em cenário internacional, parece prostrar-se com inércia e omissão – salvo em casos com evidência social de tráfico de pessoas, exploração sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. Enfim, segundo suas perspectivas, o Poder Judiciário simplesmente não parece apresentar um firmamento de doutrina acerca de seu posicionamento sobre a prostituição.

Devido as dificuldades de acesso aos direitos asseverados aos profissionais do sexo, tem-se movimentos humanos que visam combater as injustiças sofridas pelo grupo, sobre a denominação de Movimento Brasileiro de Prostitutas. O movimento ramifica-se, primordialmente, sobre três grupos: a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS). Neste contexto, vale-se citar a ANPROSEX, fundada em 2016, que objetiva, a nível nacional, fortalecer lideranças voltadas ao público, tais como o Movimento de Trabalhadoras Sexuais, para garantia na promoção dos direitos humanos e pela manifestação de atividades e/ou ações socioeducativas e preventivas sobre temáticas pertinentes ao universo da prostituição (Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2023).

Uma contradição observada acerca da legalidade da prostituição é apontada por Guimarães e Merchán-Hamann (2005) ao trazer a compreensão de que há a existência de subterfúgios legais como alegação de atentado ao pudor e escândalo público que criam mecanismos que possibilitem o enquadramento legal da prática de prostituição e de seus praticantes. Salienta-se que, em alguns casos, esse comportamento se mostra como um agenciamento que permite sua identificação dentro do espaço para a atração de clientes sendo, portanto, a manifestação de uma territorialidade.

Ainda dentro da discussão, acerca da nomenclatura adotada na CBO, Clarindo (2020, p. 89) questiona as terminologias adotadas que se referem aos agentes do sexo, sujeitos dessa pesquisa. Termos tais como profissionais do sexo, puta ou prostituta, por remeterem diretamente à atividade exercida, normalmente carregam visões de vulgaridade. A autora também aponta os termos garota de programa e acompanhantes como eufemismos para com esses mesmos indivíduos, além de que “diferentes nomes utilizados para referenciar a prostituta estão ligados a políticas específicas que em certos momentos almejam coibir a prestação de serviços sexuais” (Sousa, 2012, p. 29).

Outra terminologia que possui histórico complexo é o uso do termo meretriz. Alcântara (2009, p. 23) evidencia que, na Roma, a prostituição empregou-se como uma punição às mulheres adúlteras quando o marido não optava pela sua morte pela restauração de sua honra. Assim, seu regulamento instituía que seu horário de trabalho deveria ocorrer ao fim da tarde, na dita hora da merenda, “de onde deriva o termo meretriz”. Embora também não possa excluir a possibilidade de que haja o desconhecimento, ao menos em nível popular, da historicidade dos termos.

Retornando às questões trabalhistas, aponta-se como

O pacto moral que autoriza que as mulheres se prostituam, se há um, passa pelo entendimento de que a prostituição deve ser reconhecida como um trabalho, assim como demandam diversos grupos de prostitutas organizadas em movimentos que se constituíram, historicamente, como movimentos de trabalhadoras, buscando a regulamentação da atividade da prostituição (Lopes, 2021, p. 4).

A busca pelos direitos da prostituição remonta um longo período histórico de repressões sofridas por essas figuras que tiveram sua existência reduzida em seus termos sociais. Também, por esses motivos, celebra-se, no dia 2 de junho, o Dia Internacional da Prostituta com o objetivo de denunciar suas explorações sofridas e as condições de vida e trabalho. A data foi escolhida em referência ao episódio de 2 de junho de 1975, onde cerca de 150 prostitutas ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França. A data ficou marcada pelos protestos de perseguição e abusos policiais, tais como a morte de colegas de trabalho, além do rufianismo sofrido, e pela violenta resposta ao protesto (César, 2011; Helene, 2017; Silva, 2022).

Além disso, as discussões possibilitam apontar também o PL 4211/2012, ou Lei Gabriela Leite, protocolada pelo Deputado Federal Jean Wyllys. Dessa forma “considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração” (Brasil, 2012), e, assim, condições que indiquem a exploração sexual permanecem catalogáveis como crime passível de punição. Salienta-se, todavia, que a PL propõe uma relação de trabalho, isto é, divergente a uma relação de emprego. Por esse motivo, esses profissionais não necessitam obedecer a ordens de um superior e não possuem acesso à carteira assinada ou aos benefícios trabalhistas, categorizando-se como um trabalho autônomo – embora, aos seus praticantes, a prostituição é vista como um trabalho, conforme reitera Banuth e Barbosa-Ferreira (2015). Todavia, atualmente, a PL encontra-se arquivada.

Ressalta-se também que, apesar da PL considerar o uso do termo profissional do sexo, agente do sexo torna-se mais pertinente pelo ponto de vista geográfico de análise de suas territorialidades e estratégias espaciais, neste trabalho. Porém, cabe salientar que, apesar do arquivamento, Silva e Pires (2019, p. 34-35) mostram como o acontecimento da PL “favoreceu certa enunciabilidade de discursos que tratam da regulamentação da prostituição”.

Apoiada em Howard Becker, Simões (2010, p. 24) sinaliza que a “profissão é ainda um *folk concept* que nada diz sobre as especificidades do trabalho levado a termo por certos profissionais, mas sim sobre seu *status*”. Assim, nota-se que, apesar dos esforços profissionalizantes direcionados à prostituição, nem sempre é possível alterar o *status* desse indivíduo estigmatizado, onde Lopes (2022, p. 5) também reforça que “o estigma não contamina apenas as pessoas próximas, mas dimensões outras da vida de alguém que exerça a atividade estigmatizada”. O fato pode ser visto como fenômeno que dificulte a retirada do sujeito da atividade caso, em algum momento, surja essa intencionalidade. Por outro lado, Alvarez e Teixeira Rodrigues (2001 apud Rodrigues, 2009, p. 69) mostram que “no caso do Brasil, as políticas públicas voltadas à prostituição começaram a mudar a partir da década de 1990”.

Acerca da produção dessas reflexões surge, como produto, a mudança de enfoque nas ciências jurídicas e de saúde pública. Produzindo anteriormente preocupações morais e sanitárias, a prostituição passa então a levantar perspectivas de cidadania e de direitos sociais e humanos.

Caminhas (2019) mostra que, na região Centro-Oeste, predomina-se a associação Tulipas do Cerrado com as reivindicações das demandas de: a) regulamentação da profissão; b) acesso a acompanhamento jurídico; c) assistência social; e d) oferta de cursos profissionalizantes. Vale ressaltar que as demandas são sinalizadas conforme os eixos de regulamentação, saúde, violência e representação social.

Nesse contexto, destaca-se a postura do Estado conforme a corrente de *laissez-faire* (deixar-fazer). O modelo político e econômico de não-intervenção estatal afirma que o mercado não possui a necessidade de subsídios ou regulamentações do próprio Estado sobre as demandas dos indivíduos imersos na prostituição. Nesse cenário os sujeitos passam a ser vistos sobre “situação de extrema desproteção, dado que não podem exigir condições de trabalho higiênicas e seguras” (Villela; Monteiro, 2015, p. 533).

A ocorrência do fato dá-se apenas quando se analisa, socialmente, o mecanismo do mercado da lei da oferta e da procura. Ao analisar a microeconomia, Pires (1990) destaca como essa lei relaciona diretamente a procura de um cliente sobre determinado produto e a capacidade de uma empresa em ofertá-la, sobre seu preço estabelecido influenciado nesta lógica. Ao trazer o conceito para as pessoas, especificamente para a prostituição, entende-se a longevidade da prática ao longo da história, uma vez que a atividade só teria sua extinção caso, cultural e mundialmente, os valores fossem trabalhados para sua não procura – e não para a produção do estigma que já condena essas figuras. Assim, a demanda seguirá em oferta caso haja a existência da procura, alimentando a possibilidade de correntes como a de *laissez-faire* e de elaboração de mecanismos parasitários para a condenação da prática, inclusive sobre justificativas legais.

5 ESTRATÉGIAS LOCACIONAIS, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO

Após um levantamento inicial, realizado nas cidades estudadas, foram identificados tipos de prostituição, como aquela exercida por mulheres, por homens e por travestis. Tendo como escopo aglutinar todos esses sujeitos nesta pesquisa, optou-se pela criação de uma tipologia que os abarcassem e, assim, construiu-se, teoricamente, a tipologia dos agentes do sexo. “Agentes” por serem os responsáveis pela apropriação territorial e “do sexo” como forma de marcar a atividade que exercem.

Aos agentes do sexo nas cidades estudadas, a presença de fixos dentro de um espaço, como um objeto geográfico, parece maximizar o volume de possíveis clientes, trazendo, portanto, algumas estratégias de fixação de como identificar territórios com concentrações de dinheiro para a destinação ao programa. Santos (2007) concebe como a categoria de análise se reproduz quanto a zonas de condensação e zonas de rarefação, demonstrando como a concentração do dinheiro possui relações territoriais. Neste sentido, pode-se dizer que a pesquisa corrobora com Nascimento (2015) ao mostrar que o poder sobre um espaço pode materializar-se sobre um objeto geográfico, avançando em suas discussões ao trazer que a apropriação vem designando controle sobre este e, consequentemente, definindo territorialidades sobre seus arredores espaciais.

Assim, a pesquisa aproxima-se da compreensão de que o tipo de territorialidade é uma consequência do tipo de espacialização. Embora, também se salienta que a dinâmica urbana condiciona estratégias locacionais de onde os agentes do sexo irão fixar-se nas cidades, permitindo a compreensão de como se torna favorável para esses agentes estarem em aproximação às concentrações e fluxos populacionais em contexto de cidade pequena, vale-se citar a influência desses objetos geográficos dentro do espaço urbano para essa atração. Em contrapartida, a fixação nos limites urbanos também interessa à prostituição pelo afastamento das dinâmicas urbanas que evidenciaríamos o cliente na busca da atividade.

Com isto, nota-se como a corologia da prostituição em Aquidauana e Anastácio faz sentido quanto ao que tange um estudo proxêmico. Assim, a proxêmica deve ser entendida como uma corrente de estudo que gera reflexões sobre como as pessoas parecem estruturar-se sobre o espaço de maneira consciente e inconsciente e como a distância/proximidade com os objetos contidos sobre um espaço geram suas relações. Entendendo-se que o cliente é um agente de

importância na configuração territorial da prostituição e que a moral social norteia as áreas de possibilidade de manifestação de diálogos com os agentes do sexo sobre áreas pré-determinadas, percebe-se que suas condições mobilizam comportamentos de fixação da prática.

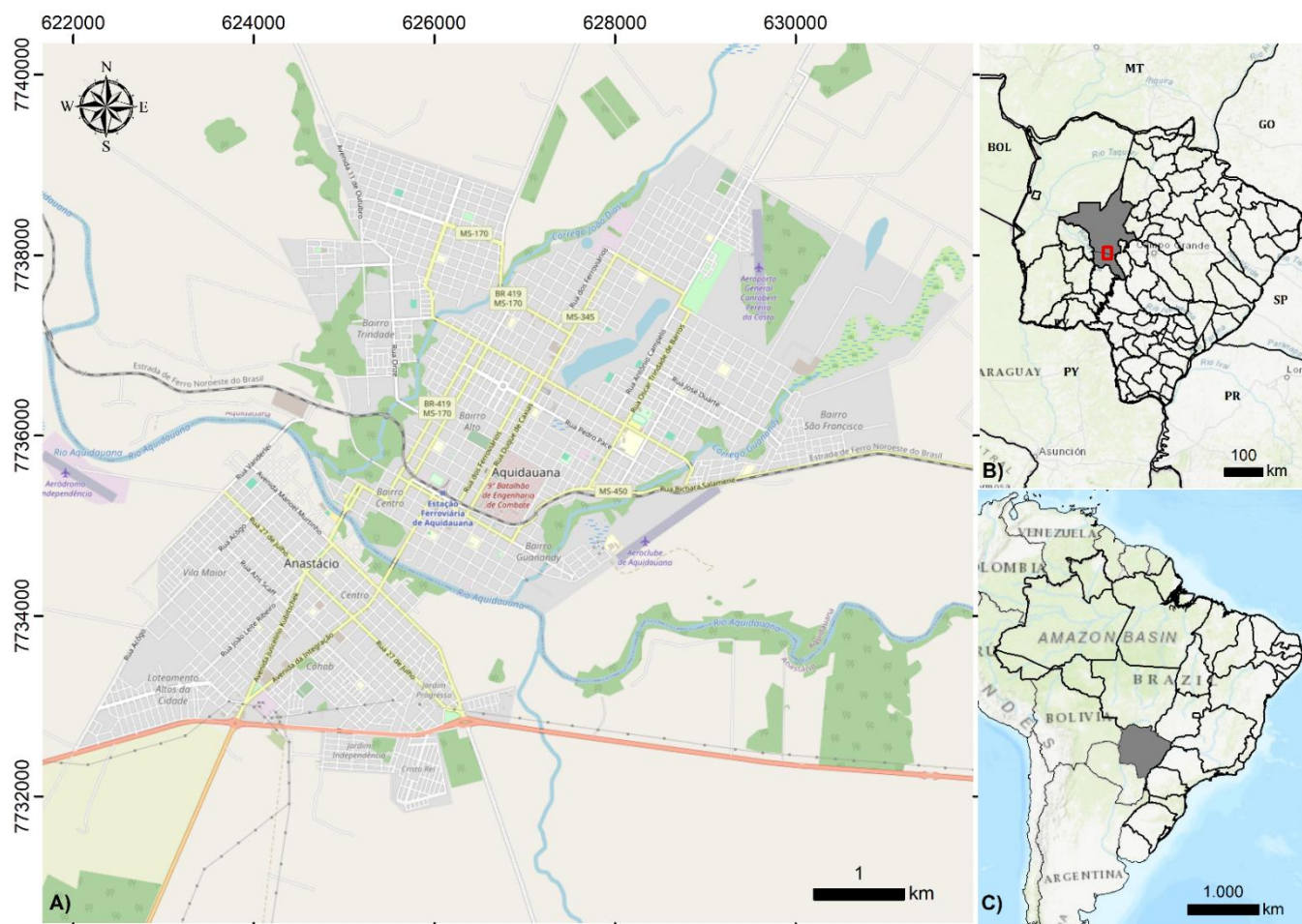
Bestetti (2014, p. 604) define que “o sentido proxêmico é definido como sendo relacionado às distâncias físicas que as pessoas estabelecem espontaneamente entre si no convívio social”, complementando-se às informações de Farsani e Rodrigues (2021) que dialogam que o campo de atuação proxêmico também trata como a linguagem corporal sobre um meio podem interferir significativamente no tipo de interação dos sujeitos, tais como expressa as territorialidades. No estudo em questão, por tratar-se de estudos geográficos, a linguagem corporal será mais um componente das territorialidades ocorridas sobre determinado espaço. Com isto, a performance dessa corporeidade é condicionada sobre a necessidade do cliente em não ser exposto sobre o uso da prestação de serviço sexual – trazendo uma sofisticação dos códigos semânticos em determinadas localidades que tragam contextos de evidencialização.

Sacramento (2005) ao estudar especificamente a proxemia da prostituição, considera, para além dos objetos, o cliente como um fator a ser ponderado acerca da mobilidade geográfica do processo de territorialização da prostituição em uma cidade. Em Aquidauana e Anastácio, a afirmação se mostrou coerente uma vez que os agentes do sexo devem compreender a dinâmica urbana, sobretudo para estabelecer zonas de atração da atividade, e ter a frequência do cliente, sobre seus motivos pessoais – como, por exemplo, um cliente que aceita ser visto nas centralidades, porém na condição em que o agente do sexo sofistique seus códigos e camufle-se esteticamente (para passar-se como um flerte comum) ou pelo cliente que não exige esse nível de aprimoramento da territorialidade mas que permeie as periferias espaciais para evitar uma concentração populacional que supostamente presencie o contato entre ambos.

Entretanto, a contemporaneidade pareceu modernizar essas relações com a utilização de recursos de comunicação virtual e pagamentos via pix (transações financeiras instantâneas realizadas por aplicativos de banco digital) e, desta forma, o estudo mostrou como a prostituição, em partes das cidades, adotou essas ferramentas na própria prostituição – destaca-se que o comportamento de modernizar a atividade não é um fenômeno isolado uma vez que não é incomum a prática de incorporar novas estratégias, podendo-se citar a consolidação de anúncios em classificados, call girls (prostituição realizada por ligação por telefone) ou panfletagens, por

exemplo. Entretanto, percebeu-se que os agentes do sexo que modernizaram suas ferramentas agenciais com esses recursos necessitam, primeiramente, de clientes fixos ou esporádicos que nutram esse meio virtual, fazendo-se ser necessário o conhecimento do agente do sexo, tendo a rua como um meio para essa divulgação. Neste sentido, por fim, faz-se necessário trazer a localização geográfica do recorte do estudo Figura 1.

Figura 1. Mapa de localização de Aquidauana e Anastácio/MS⁸.



Fonte: Autora (2024). **Elaborado por:** Elias Rodrigues da Cunha.

⁸ Figura A) Perímetro urbano de Aquidauana e Anastácio. Figura B) Localização dos municípios de Aquidauana e Anastácio, com ênfase na área urbana. Figura C) Localização de Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil e à América do Sul.

Para tal, é preciso que anteriormente o agente do sexo adote um comportamento territorial que se assemelha à uma exposição de vitrine, onde o corpo é o produto ofertado. Além das territorialidades que representem sua atividade, é preciso que o agente do sexo, munido de conhecimentos das dinâmicas urbanas, fixe-se em pontos estratégicos no espaço urbano, visando as ditas zonas de condensação ou rarefação, conforme suas estratégias agenciais. Percebeu-se uma espacialização espalhada da prostituição nas cidades estudadas onde os objetos geográficos em proximidade representam suas estratégias de fixação: como uma via pública ou estrada que permitem a circulação de veículos e transeuntes ou áreas comerciais que contam com transeuntes com questão de pagamento. Percebemos que a divisa entre as cidades foi uma das áreas privilegiada para o exercício da prostituição, muito embora servindo-se como estratégia para atender ambos os públicos. Além disso, viu-se em Anastácio dinâmicas mais insidiosas como as estratégias das travestis que ocupam áreas mais afastadas de modo a preservar a identidade de seus clientes.

A prostituição de rua, inclusive, apresentou uma configuração territorial diversa, onde notou-se territórios cíclicos e móveis, notando o compartilhamento de espaços com múltiplas territorialidades, tais como a territorialidade comercial ou de lazer em concomitância às territorialidades da prostituição, como dois territórios que coabitam um único espaço. Um outro território, o fixo, foi detectado como um tipo de prostituição de casa noturna (embora tenha-se encontrado, em Anastácio, um bar com negociação da prostituição ocorrendo esporadicamente em seu interior e não apenas em seus arredores, que também representa um ponto fixo dentro da malha urbana). Viu-se que, sem temporalidade definida, a prostituição de casa noturna também pode gerar territórios móveis com a adoção de diferentes signos de comunicação, onde também pode-se presenciar agentes do sexo da casa noturna de Aquidauana estando aos seus arredores divulgando o local.

Ademais, em Anastácio, também pôde-se notar como é possível avistar territórios fixos (uma casa noturna e um bar) e móveis em proximidade considerável, tal como pode-se visualizar na Figura 2. Ressalta-se que os territórios móveis não apenas definem que os agentes do sexo se encontram nas ruas, adotando um objeto geográfico como ponto de referência, mas também que nem sempre a prática irá ocorrer diariamente sobre seus espaços, não tendo, todavia, uma esporadicidade detectável. Todavia, do ponto de vista espacial, parece ser estratégico a fixação

nestas áreas uma vez que os pontos fixos atraíam clientes, propiciando negociação de valores que contraponham a dos locais.

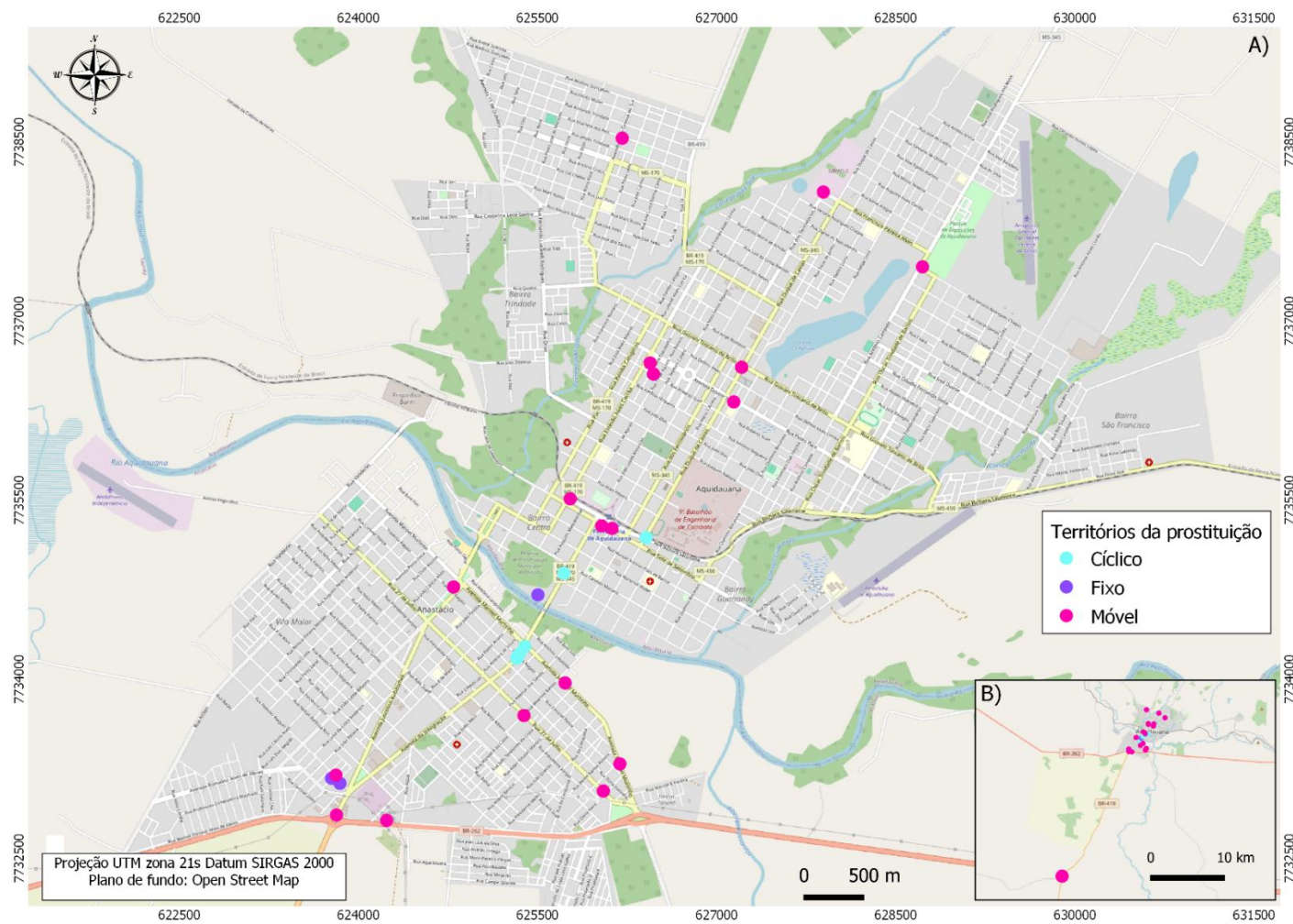
A distribuição espacial da prostituição de casa noturna, uma em cada cidade, também respeita uma lógica espacial. Salienta-se a existência de uma casa noturna em Aquidauana, próximo à divisa municipal, às margens do rio Aquidauana. Sua localização propicia o atendimento de clientes de ambas as cidades. Já Anastácio possui sua casa noturna fixada em proximidade aos limites urbanos, sobretudo pelo favorecimento de circulação impulsionado pela BR-262, para atendimento de público externo.

Assim, mostra-se como a prostituição, também em Aquidauana e Anastácio, requer um olhar geográfico e entendimento do espaço que possibilite compreender a partir de sua apropriação convertendo-se em território e, para isso, parece-se que os agentes do sexo, ao estabelecer uma localidade, consideram entender os princípios de aglomeração urbana, tanto de objetos quanto de população, para estabelecer se seus territórios se darão em áreas mais centrais ou periféricas, permitindo a análise de como a concentração populacional possibilita a evidenciação desse agente do sexo e os vazios populacionais uma privacidade dos clientes solicitantes. Abaixo é possível visualizar a produção de um mapa acerca dos territórios da prostituição nas cidades estudadas (Figura 2).

O mapa distingue também as características dos territórios entre cíclicos, fixos e móveis. Foram nomeados territórios cíclicos aqueles que apresentavam existência em períodos específicos, com coerência argumentativa dos agentes do sexo sobre sua fixação esporádica, como a presença da prostituição em determinados pontos em épocas de pagamento da população, por exemplo. Os territórios fixos são aquelas localidades remetidas a casas noturna ou um bar reconhecidamente alternante⁹ com a prostituição. Por fim, territórios móveis são aqueles com presenças nem sempre contínuas, porém sem periodicidade delineada como nos territórios cíclicos, e ditos como móveis por não terem sua atividade definida sobre um local como os territórios fixos – aqui, os agentes do sexo encontram-se em proximidade com pontos estratégicos, mas são móveis pois transitam sobre as ruas ou até mesmo sobre seus quarteirões.

⁹ Para a prostituição, o termo alternante é empregado quando há o incentivo à consumação de bebidas alcóolicas em ambientes em que haja prestação de serviços sexuais.

Figura 2. Mapa dos territórios da prostituição em Aquidauana e Anastácio/MS¹⁰.



Fonte: Autora (2024). **Elaborado por:** Elias Rodrigues da Cunha.

¹⁰ Figura A) Mapa dos territórios da prostituição nas cidades. Figura B) Distância entre um dos pontos de prostituição travesti sobre os demais pontos.

Visto desta forma, as duas cidades parecem oferecer substituição de rua com ambas as características, com proximidade e distanciamento das dinâmicas urbanas. Ao compreender que territorialmente Aquidauana e Anastácio separam-se pelo rio Aquidauana, tem-se, por conseguinte, suas pontes como um objeto geográfico que interligam suas respectivas malhas urbanas, podendo pressupor que este possui considerável significância para as atividades comuns das cidades. A ponte Roldão de Oliveira, chamada pela população local de Ponte Nova, produz grandes mobilidades ao conectar a rua Teodoro Rondon, de Aquidauana, à avenida Integração, de Anastácio, muito utilizadas por ambas as cidades Figura 3.

Figura 3. Ponte Roldão de Oliveira, em Aquidauana/MS.



Fonte: Imagem retirada do site Campo Grande News (2023).

Além disso, em Anastácio, a avenida Integração também possui proximidade geográfica com a avenida Manoel Murtinho. Ambas, como um conjunto, apresentam considerável concentração de prostituição em Anastácio, sobretudo em horário noturno, devido a expressividade de seus objetos geográficos com função social destinado ao comércio. Além disso, ressalta que a avenida Manoel Murtinho possui acesso à BR-262, outro objeto geográfico interessante para a prostituição de rua devido sua produção de mobilidade. Todavia seus territórios traduzem comportamentos cíclicos, uma vez que sua fixação não é contínua, mas possui coerência de fixação em momentos específicos, tais como posteriormente será detalhado sobre o ponto de vista de uso da ponte como um nó territorial.

Assim, mesmo que não se estabeleça necessariamente nessas vias, a mínima proximidade da prostituição dessas áreas traz grande visibilidade do agente do sexo para divulgação da prática prestada. Com isso, se mostra necessário que, primeiramente, aponte-se os objetos geográficos disponíveis no local – além de, claro, a já mencionada ponte. Pela dinâmica urbana exercida, o ponto mostra-se com considerável importância municipal, podendo-se haver, em ambas as cidades, a existência de objetos geográficos cujo seus usos propaguem questões imobiliárias e comerciais, além das territorialidades que influenciem suas funcionalidades podendo, ou não, coexistir com os territórios da prostituição.

Desta forma, além de residências, pode-se encontrar estabelecimentos para atendimento automobilísticos, pet shop e casa de produtos agropecuários, conveniências e bares, mercado e pequenas mercearias, restaurantes, floricultura e postos de gasolina, além de outros. Esses objetos, além da mobilidade exercida pela ponte, fomentam a utilização da população, o que pode ser entendido enquanto uma zona de condensação onde, pela aglomeração urbana, circula-se também o dinheiro detido pelos transeuntes que frequentam as áreas Figura 4.

Figura 4. Cruzamento entre Av. Integração e Manoel Murtinho em Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Consequentemente, uma vez que a prostituição se caracteriza pela troca financeira a partir da realização do sexo, a presença do agente do sexo sobre essas áreas torna-se interessante em termos de execução, influenciando nas estratégias de fixação. As dinâmicas urbanas trazem consigo uma produção de centralidade das ações da cidade, tendo-se detectado territórios de prostituição em proximidade a esses objetos, nas duas cidades.

Com isto, para o desenvolvimento do trabalho, também se mostra importante situar geograficamente que Anastácio, ao possuir acesso direto às rodovias BR-262 e BR- 419 e a rotatória do trevo Taquarussu, se torna importante via de acesso para motoristas advindos de outras localidades. Assim, mesmo que não esteja próximo da ponte, as rodovias e a rotatória também se classificam como objetos de importância municipal, uma vez que também impulsiona mobilidades, agora em uma maior escala ao poder abarcar cidadãos de outros municípios. Paixão e Joia (2019)

discutem a importância das rodovias federais, onde, juntas, promovem a integração regional da cidade, ao possibilitar acesso para Campo Grande, à região pantaneira, à Bolívia e Paraguai e aos municípios da região sudoeste do estado. Partindo da mesma lógica de entendimento da proximidade da ponte com os clientes de ambas as cidades, a localização das rodovias, nos limites urbanos, também se mostra interessante, mesmo que por razões mercantis distintas Figura 5.

Figura 5. Parque dos Ipês, em proximidade com a rotatória Taquarussu, Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Joia e Caravassilakis (2015) também debatem que o acesso à Aquidauana se dá pela BR-262. Assim, mesmo que não seja o destino do motorista de outra localidade, Anastácio torna-se um ponto de um acesso em alguns casos, sobretudo em vindas de Nioaque e Jardim que passam pela BR-419. Destaca-se, também, que Aquidauana enquanto portal do pantanal sul-mato-grossense, produz considerável mobilidade sobre seu espaço urbano¹¹.

Ao estudar as possibilidades de industrialização no município aquidauanense, Joia (2021) argumenta que, do ponto de vista de localização, Aquidauana detém uma logística atraente de acesso para outros municípios. Nesta pesquisa de substituição, também se ressalta a proximidade de Aquidauana em relação à Anastácio, destacando também o fato de que as rodovias federais, mencionadas no estudo de Joia (2021), se configuram como uma ferramenta de articulação com

¹¹ Segundo disponibilização de dados, em 2018, de 761.072 passageiros desembarcados no Aeroporto Internacional de Campo Grande, cerca de 53.000 turistas destinaram-se ao Pantanal (Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2019), bioma compreendido pelos municípios de Aquidauana, Anastácio, Miranda, Corumbá e Ladário.

outros municípios que circundam ambas as cidades. Assim, indiretamente corrobora-se com a visualização da chegada de transeuntes – que podem, ou não, consumir da prostituição prestada em ambas as cidades.

Outro objeto geográfico que parece exercer influência no estabelecimento da prostituição de rua nas cidades estudadas são os hotéis/motéis, devido a privacidade dada para a realização do programa. Assim, é interessante uma fixação com certa proximidade onde o cliente pode contactar esse agente do sexo e posteriormente levá-lo ao local, sendo uma posição atraente pela diminuição do deslocamento. Ao estudar os meios de hospedagem de Aquidauana e Anastácio, Joia e Caravassilakis (2015) detectaram a existência de doze hotéis nas áreas centrais das cidades – isto é, com certa proximidade com a ponte já citada – e um nos subúrbios de Anastácio – ou seja, não muito distante dos limites urbanos da cidade em questão que pode relacionar com as observações de territórios encontrados em proximidade às rodovias (Figura 6).

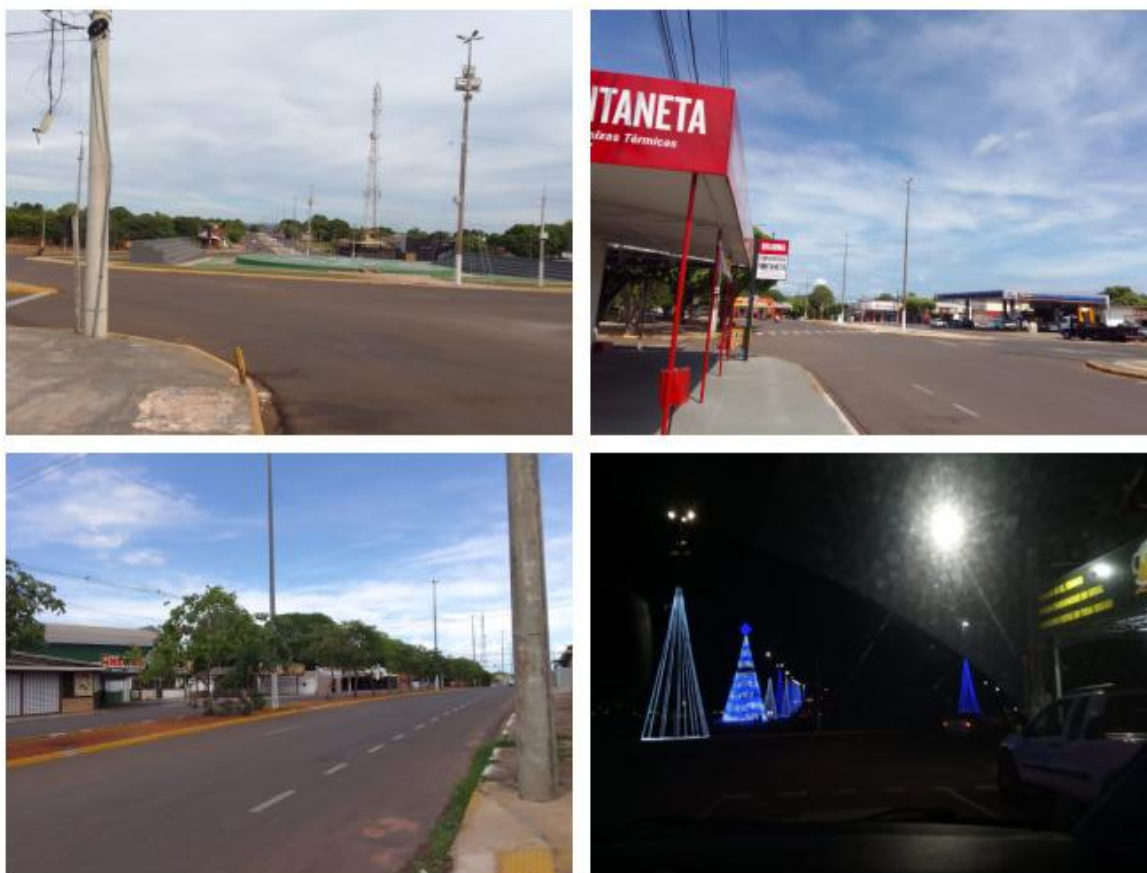
Figura 6. Exemplo do hotel, Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Para a compreensão da dinâmica urbana das cidades estudadas, apoiamo-nos em Joia (2005) ao conceber que, dada a proximidade das cidades, o centro comercial de Aquidauana pode ser considerado o centro geográfico dos espaços urbanos ocupados por Aquidauana e Anastácio. Reforçando o pensamento, pode-se citar Carvalho (2024) que expressa que Aquidauana cabeceia uma rede urbana que inclui as cidades de Anastácio, Miranda e Dois Irmãos do Buriti. Estruturalmente, Gazozo e Joia (2023) discutem como ambas as cidades apresentam edificações antigas, o que corrobora com os estudos de Paixão, Rodrigues e Joia (2020) que mostram áreas vazias no espaço urbano de Aquidauana. Entretanto, nota-se um adensamento das atividades urbanas e de objetos geográficos de Aquidauana, sobretudo na avenida Doutor Sabino do Patrocínio. Tanto as aglomerações quanto os vazios urbanos destacam-se para a prostituição, nesta lógica produzida pelo entendimento das zonas de condensação e rarefação (Figura 7).

Figura 7. Avenida Doutor Sabino do Patrocínio, ou avenida Pantaneta, em Aquidauana/MS.



Fonte: Autora (2024).

A discussão permite pontuar que “a inserção da prostituição de rua em um espaço dotado de fixos e fluxos voltados para outros fins, proporciona uma redefinição das formas e das funções atribuídas, anteriormente, a esse espaço” (Coutinho, 2005, p. 27). Assim, a prostituição dentro do espaço urbano acaba por influenciar na dinâmica desse espaço, onde a presença da atividade contribui para a dinâmica urbana em função da existência dos agentes do sexo no espaço geográfico ao mesmo tempo que essas dinâmicas já existentes influenciam nas estratégias de fixação.

Assim, é preciso considerar que os agentes do sexo, ao estabelecer suas estratégias de fixação, observam de que forma os espaços irão impactar nos interesses de seus potenciais clientes além de seus próprios. Ao visar uma centralidade urbana, seus comportamentos espaciais terão que trazer discrição, sofisticando os códigos semânticos que agenciam os territórios que, mutuamente, coexistem com outras territorialidades num mesmo local, camuflando esse agente socialmente. Ou

seja, o desenvolvimento de outra territorialidade juntamente à da prostituição, como a comercial em funcionamento no mesmo horário da prática, traz uma evidenciação do agente do sexo, expondo-o aos olhos da população, requerendo a contemplação do agente do sexo enquanto um cidadão comum para que as conversas com os clientes sejam continuadas em caráter privativo, apesar do interesse do flerte iniciar-se na área.

Por outro lado, os vazios urbanos também espraia a prostituição, uma vez que produz a privacidade devido à pouca mobilidade populacional, fornecendo uma espécie de esconderijo entre cliente e agente do sexo. Assim, a fixação espacial nos limites urbanos de Anastácio também se mostra interessante por não centrar nas atividades urbanas comuns, tais como o comércio, apesar de fomentar mobilidade contínua, mas de pouca fixação de clientes, pela vinda de motoristas nas rodovias em questão que geralmente encontram-se em movimento contínuo (Figura 8).

Figura 8. Exemplos de objetos geográficos em proximidade da saída da cidade, Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Para a formulação do estudo, recorreu-se às categorias de análise do espaço e do território para nortear o andamento da produção teórica. Ao assumir a prostituição como uma prática sexual em que a atividade se dá através da criação de redes de comunicação e da fixação em pontos (em casas noturnas ou ruas), é necessário que se consolide o indivíduo em questão como sujeito reprodutor de poder ao possibilitar a realização dos serviços nas áreas estabelecidas.

A definição das estruturas territoriais no ambiente é consequência da observação da reprodução de relações sociais – neste caso, sobretudo, exercendo influência na adoção dos simbolismos, das teias de significado e das identidades empregadas. Todavia, ressalta-se que esses territórios “flutuam e se nomadizam, pois o espaço nômade é localizado mas não delimitado com rigorosidade, acompanhando as tramas sociais que se reproduzem nas redes de sociabilidade” (Oliveira, 2010, p. 135).

Com o avanço desse estudo, percebeu-se como a territorialidade, para além do território, também se atrela à categoria de análise do espaço. Ao detectar que a criação de um território da prostituição nas cidades analisadas se mostrou condicionada pelos potenciais financeiros extraídos de uma localização, entende-se que o espaço é consultado anteriormente ao emprego das territorialidades. Além disso, os tipos de territorialidades exercidas também são condicionados pela localização desse agente do sexo, mostrando como o espaço exerce influência nos tipos de territórios.

Ao constatar a apropriação de diferentes códigos semânticos nos agenciamentos desenvolvidos, tais como uma territorialidade distinta do agente do sexo fixado em proximidade à comércio alimentício em relação ao agente do sexo localizado aos arredores de um terminal rodoviário, não se pode excluir como território e espaço, nesse trabalho, encontram-se interligados para estudos de territorialidade. É possível, inclusive, avançar a discussão ao abarcar como os objetos geográficos impactam na sofisticação dos códigos semânticos adotados pelos agentes do sexo para realização da atividade, conforme o perfil do local.

Ressalta-se que, ao optar por uma localidade, é analisado primeiramente sua realidade geográfica e suas dinâmicas urbanas, devendo-se compreender o espaço pelo conjunto de fluxos e fixos que possam, nas cidades estudadas, proporcionar uma certa concentração da população para o início desses agenciamentos de negociação do sexo. A respeito disso, pontua-se que

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p. 53; Santos, 1988, p. 75-85 apud Santos, 2014, p. 61-52).

Ao considerar os fluxos e fixos, Silva (2009) guia ao entendimento de que o resultado de uma configuração territorial parece ser um produto da materialização da existência social desempenhada dentro de um espaço. Nas áreas estudadas foi evidenciado que as espacializações de determinados objetos geográficos auxiliam a definir nos modelos de territórios fabricados dentro do espaço urbano, onde suas centralidades, pela concentração de objetos – desde construções à elementos urbanos –, pareceu uma área atrativa para esse tipo de atividade.

Por outro lado, o distanciamento das dinâmicas urbanas comuns também se mostrou interessante – tudo parece relacionar-se com as necessidades oferecidas pelos clientes. Uma vez que o afastamento das centralidades rarefaz as aglomerações, a fixação nestes pontos também é procurada pela produção de privacidade na procura de atendimentos. Anastácio parece predominar essa característica em questão – uma vez que sua população também parece realizar atividades comuns na cidade vizinha, gerando, em alguns horários, uma concentração em Aquidauana.

Ao trazer a especificidade das centralidades neste trabalho, é importante corroborar com os estudos de Ribeiro e Mattos (2002) que, ao destacar o dinamismo produzido pelas áreas centrais, mostram como o espaço é tomado por diferentes atividades, geralmente delimitadas por horários, como uma coexistência de múltiplos usos. Posto isto, salienta-se outra vez como Aquidauana e Anastácio separam-se pelo rio Aquidauana e, conseqüentemente, pelas pontes que as conectam, marcando este como um objeto geográfico que desempenha a função social que interliga ambos os municípios. Ao assumir que a prostituição de ambas as cidades se interliga intimamente, pode-se ter ambas como um único território da prostituição onde a ponte pode representar uma centralidade da atividade entre as duas cidades. Entender os territórios separadamente enquanto cidades distintas pode então configurar em microterritórios da prostituição (Figura 9).

Figura 9. Casa noturna em proximidade com a Ponte Nova, Aquidauana/MS.



Fonte: Autora (2024).

Assim, a ponte Roldão de Oliveira, acaba sendo um importante objeto geográfico enquanto estudam-se as questões de estratégias de fixação urbana da atividade, onde a proximidade espacial com o ponto em questão pode representar uma inteligente localização da atividade por um possível atendimento de ambas as cidades. Desta forma, na direção anastaciana, sobretudo na avenida Integração e na avenida Manoel Murtinho, não incomum torna-se a observação de territórios cíclicos (temporários) de prostituição Figura 10.

Figura 10. Lado anastaciano em relação a Ponte Nova.



Fonte: Autora (2024).

O ponto se torna espacialmente estratégico ao partir do pressuposto que, ao manter relações urbanas entrelaçadas com Aquidauana, não incomum se mostra o movimento de mobilidade produzida por parcela da população anastaciana que desempenha atividades trabalhistas e universitárias na cidade aquidauanense. Assim, ao finalizar as atividades diárias, a ponte é utilizada como objeto de retorno ao município de origem cujo acesso aos bairros de Anastácio se dá por meio do trânsito pelas duas avenidas (Manoel Murinho e Integração) tornando-as atrativas à atividade da prostituição. Entretanto, pode-se observar a efemeridade do território da prostituição nesta área, sobretudo em períodos de pagamento e encerramento de atividades acadêmicas letivas, onde questão aquisitiva e emocional dos clientes parece ser um fator ponderado no território.

Para além de compreender a formação territorial, nos interessa nesta pesquisa a compreensão das territorialidades expressas pelos agentes do sexo em Aquidauana e Anastácio, sendo, portanto, necessário uma abordagem mais centrada acerca deste conceito.

5.1 A territorialidade da prostituição em Aquidauana e Anastácio

Saquet e Sposito (2009) afirmam que a manifestação do território como categoria de análise não deve, portanto, ser reduzida a um substrato espacial material, isto é, devendo-se ser analisada também através da manifestação do poder por meio da exteriorização de objetos geográficos. A característica do território, no caso da prostituição, apropriado pelos agentes do sexo como sujeitos sintagmáticos, reflete e exemplifica a manifestação de territorialidades que possibilitam a reprodução da atividade, mesmo que abrigue conflitualidades. Portanto, vale-se conceituar que territorialidade

Refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (Albagli, 2004, p. 28).

Como espera-se, os conceitos de território e territorialidade são indissociáveis – onde o primeiro é delimitado pelas ações de poder, havendo-se concepções explícitas, como a dominação, e implícitas, como a apropriação (Behr, 2014). Dito isto, correlacionar os conceitos geográficos

com o fenômeno da prostituição implica no processo de impressão de territórios no espaço urbano voltado para as práticas para que haja relações entre agentes do sexo, dentro de suas pluralidades de perfis e de clientes.

Ao tratar os comportamentos espaciais que ambos conotam no território da prostituição, nota-se que o desejo do cliente é aquilo que catalisa as estratégias locacionais da atividade. Havendo-se no cliente a detenção das relações financeiras, sua intencionalidade em ocultar-se ou não no espaço urbano é o que motiva o agente do sexo a investigar os dinamismos produzidos pelas cidades, influenciando em seu tipo de fixação – nas centralidades ou nas periferias espaciais. É também sobre os desejos desses clientes que o agente do sexo centraliza ou afasta-se de determinados objetos geográficos que proporcionem a evidência, também muito influenciando nos tipos de territorialidades desempenhadas, uma vez que seu comportamento espacial muito relaciona-se sobre o tipo de perfil do espaço, influenciado nas funções dos objetos geográficos existentes sobre determinadas áreas como, por exemplo, pessoas que denotam comportamentos noturnos em proximidades de bares ou pubs.

Território deve ser, portanto, associado como produções sociais que submergem as dialéticas sociais existentes em dada porção do espaço geográfico e que se mostre existente decorrente as relações entre seus agentes (Oliveira, 2017). Além de que, no caso específico dos territórios dos agentes do sexo, “os códigos locais do território vão configurando o tipo de prostituição e a presença da atividade também caracteriza o território” (Santos, 1997 apud Silva; Xinexes, 2017, p. 178). Nesse caso, o território se encontrará atrelado às noções de espaço urbano, como cenário das ocorrências da prostituição em Aquidauana e Anastácio.

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade (Silva, 2007, p. 9).

Entendendo, portanto, que as territorialidades se manifestam no sentido de trazer uma organização do espaço, é preciso assumir que a produção territorial primária é formada unicamente pelo processo conceituado como territorialização. Assim, tem-se que a territorialização, a respeito do movimento de apropriação espacial, posteriormente aufere poder nas reproduções sociais, definindo, portanto, “que os processos de territorialização centram-se no entrelaçamento das

práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço” (Miranda, 2013, p. 145). Desta forma, para a concretização do território da prostituição, tal como a configuração atual apresenta, aqui nesse caso representados tanto pelos poderes exercidos numa casa noturna quanto pelas ações de reafirmação territorial nas ruas, é necessário o emprego de noções de territorialidades que organizem a utilização do espaço tal qual possa atribuir significados, onde

Compreende-se que a construção, a organização e a permanência de territórios marginais de prostituição acontecem à medida que sujeitos, com suas práticas e recursos, vão se apropriando dos espaços, estabelecendo regras e normas de convivência, de aceitação e permanência [...] (Jesus, 2021, p. 29).

Salienta-se que o reconhecimento de um território se dá pela similaridade compartilhada por seus agentes, uma vez que “o conjunto de normas fundadas por meio da conveniência tem por suporte códigos que são reconhecidos pelos pares, ou seja, ou indivíduos que compõem o grupo territorializado” (Branquinho; Dutra, 2022, p. 206). Por esse motivo, ao debruçar no estudo de territórios e de territorialidades da prostituição, designa-se, por consequência, a terminologia de agente do sexo para fundamentar os agentes imersos nas cadeias territorializantes – todavia, observa-se que suas características de gênero influenciam nos comportamentos espaciais, onde algumas (travestis) precisam ter uma territorialidade mais reforçada para o mantimento dos pontos, beirando, inclusive, a violência em alguns casos, em relação à outras (mulheres cisgêneros) que possuem sua condição como cidadinas transeuntes mais asseguradas mesmo enquanto agentes do sexo.

Assim, um território da prostituição pode ser compreendido como a área onde há a existência da exposição desse agente do sexo para o estabelecimento do contato com o cliente, tanto na negociação quanto na efetivação da prática, isto é, da realização do sexo. Dessa forma, existe uma complexidade no alcance dos domínios territoriais uma vez que se apresentam de forma descontínua a partir de relações cambiantes, caracterizando um território descontínuo paradoxal, também pela imposição de condutas em espaços e pelos períodos determinados. Ornat e Silva (2014) tratam que a descontinuidade de um território se deve pela existência de articulação entre diferentes escalas espaciais que denotam controle, gerando, por conseguinte, processos de inclusão ou exclusão manifestadas a partir de comportamentos das pessoas aglutinadas sobre suas fronteiras delimitadoras.

Essa descontinuidade reside sobre a ótica apropriada: ao analisar a prostituição por um agente externo (ou outsider), a prostituição pode assumir determinada configuração territorial, já ao analisar a prostituição por um agente interno (ou insider), como o agente do sexo, a prostituição assume outras formas – ou seja, consolida-se territórios variados. Neste contexto, pode-se tanto mencionar a população local de uma área assumidamente da prostituição que conhece a localização, mas não as relações entre os agentes, sobretudo de poder, quanto dos agentes do sexo sobre suas estratégias de fixação bem como do cliente que se configura como um agente externo que, pela relação com dinheiro, exerce influência nas localizações da prostituição por interesses próprios para o consumo.

É esse entendimento que também explica a paradoxalidade do território: um território se torna paradoxal no momento em que passa a evidenciar “a multiplicidade e a pluralidade dos sujeitos permanentemente tensionados em relações de poder que podem estar na situação de centro e/ou margem da configuração territorial, dependendo do perfil de relação que se estabeleça” (Ornat; Silva, 2014, p. 117).

Por esse motivo, de acordo com Haesbaert (2004), a territorialidade deve ser compreendida como uma estratégia para que se mantenha um contexto geográfico e que permita combinar fatores funcionais e simbólicos para que se mantenha o domínio da atividade sobre o recorte. Por esse motivo, a territorialidade muitas vezes pode nortear a construção de agenciamentos.

Os agenciamentos são, assim, moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e se hierarquia entre si (Haesbaert, 2009, p. 123).

Complementando o conceito, Amorim e Café (2017) concebem que um agenciamento possibilita articular elementos presentes em uma paisagem. Neste sentido, o agenciamento deve ser visualizado a partir de uma noção de interação entre diferentes corpos de modo a possibilitar uma complexa rede de relações que formulem um território.

Assim, como comportamentos que territorializam, a prostituição em dada porção do espaço geográfico, avista-se a performance imposta da sensualidade a partir de sua normatização, com criação de códigos identitários que, geralmente marcado pela corporeidade e corporalidade,

marcam o comportamento corporal como uma ferramenta de manutenção do território, influenciando, em alguns casos, na organização espacial.

A utilização de agenciamentos na construção de um território implica, portanto, na consolidação de seus eixos. No caso da prostituição, os agenciamentos podem expressar-se a partir de componentes não-discursivos que adotam sistemas pragmáticos ao consolidar posturas corporais como um meio passível para essa concretização, tanto como pode se expressar por componentes discursivos que fundamentam sistemas semióticos, ou seja, de símbolos, que agenciam comportamentos adotados – apesar do regionalismo em diferentes recortes espaciais, onde pode haver, por exemplo, a prática da adoção de falas entre seus dialetos que denotem prática sexual para instigar o sujeito como possível cliente.

Salienta-se, todavia, que, a partir da observação sistemática da materialização das territorialidades desempenhadas pelos agentes do sexo, podemos compreender como elas diferem-se, em relação ao segmento (mulheres cisgênero ou travestis) ou localização intraurbana. Neste sentido, destaca-se como os objetos geográficos dispostos nesse cenário são determinantes para os tipos de dinâmicas avistadas em recortes, mesmo se em proximidades, exigindo desses indivíduos agenciamentos específicos para a adequação das relações sociais. Com isso, constata-se como o fenômeno é influenciado segundo suas espacialidades vistas como “formas sociais singulares de apropriação-utilização dos recursos em um determinado espaço geográfico” (Colucci; Souto, 2011, p. 117), extraindo as eficiências dos tipos de territorialidades possíveis numa dada área a partir de sua organização espacial e pelos objetos geográficos encontrados.

Entendendo a espacialidade como o arranjo espacial de um fenômeno, torna-se válido citar a territorialidade como uma ferramenta que fomenta esse território no espaço, podendo-se correlacionar ambos os conceitos, uma vez que, como reitera Colucci e Souto (2011), a espacialidade deve ser compreendida como um mecanismo que facilita a apropriação dos recursos, ou de objetos geográficos nesse caso, disponíveis no espaço e a territorialidade como a conjuntura que correlaciona o homem ao meio espacial para a implantação de uma dinâmica social, sendo, nesse caso, a prostituição nas cidades estudadas.

Para a formulação dos agenciamentos proferidos, é preciso a identificação de agentes do sexo que possibilitem a manutenção desses comportamentos. No caso da prostituição, esses agentes podem ser identificados como: prostitutas (os), toxicodependentes ou não, de rua ou de casas

noturnas; garotas (os) de programa (GP) de luxo; michês; *strippers*; *escort girls* (acompanhantes); alternantes; e turistas sexuais. Isto é, a terminologia adotada nesse trabalho de agente do sexo possui a significância e abrangência do sujeito que se encontra reproduzindo práticas da prostituição e que abranja todas suas ramificações, inclusive as citadas, abarcando, inclusive, mulheres, homens e travestis num único grupo. Além dos agentes, para as relações exercidas num território da prostituição, conta-se também com as relações entre esses com gerentes e clientes, “visto que há interação entre os atores que procuram modificar [...] as relações sociais” (Raffestin, 1993, p. 158-159).

Corroborando com as discussões, observou-se como a territorialização da atividade nas cidades citadas segue um comportamento de proximidades a determinados objetos geográficos, pela complexidade da concretização de zonas de atração que propiciam adensamentos ou distanciamentos. Esses objetos geográficos, pela localização, também exercem influência na sofisticação dos códigos semânticos desses agentes do sexo. Entretanto, ressalta-se que o espaço urbano mantém comportamento fragmentário (Côrrea, 1993) e, por esse motivo, diferentes territorialidades coexistem em um recorte, para além da prostituição.

Isto ocorre devido ao fato de que as áreas estudadas apontaram como o fenômeno de adensamento populacional urbano, influenciado pelos objetos geográficos, necessitam da estrutura para consolidar a mobilidade de um conjunto de indivíduos. Assim sendo, pode-se citar a popularmente denominada Avenida Pantaneta (Figura 7), localizada no município de Aquidauana, que, pelos objetos geográficos dispostos que auferem uma característica de lazer, impulsiona o movimento de indivíduos à área para o entretenimento e alimentação onde, conseqüentemente, acaba-se por proporcionar uma aglutinação que propicia a atração de agentes do sexo pela possibilidade de existência de clientes, exigindo desenvoltura nas falas, sofisticando os códigos semânticos agenciais. Com isso aponta-se um espaço que exerce diferentes funcionalidades e territorialidades múltiplas.

Dito isto, torna-se interessante ressaltar que as agentes do sexo (em grande maioria, mulheres cisgênero) localizadas na avenida parecem produzir uma contradição com o estereótipo conotado a estes profissionais, com esses agentes reproduzindo comportamento que os camuflam no espaço urbano. A ausência de exageros de maquiagens ou penteados foi um fator percebido bem como o uso de roupas comuns – mesmo que ditas como “roupas da noite” para os padrões da

cidade, mas muito justificativo pela proximidade de um pub nesta avenida; o que também permite discutir uma apropriação deste objeto geográfico dentro de sua função social por parte dos agentes. Uma pluralidade produzida pelas diferentes corporeidades destes agentes, isto é, de seus biótipos e de vestimentas e posturas habituais em contexto local, não parece consolidar um marcador social de fácil constatação de um agente do sexo, em exercício de prostituição, na cidade de Aquidauana na localidade da Avenida Pantaneta.

Quando se traz a discussão da prostituição feminina, sobretudo em contextos de evidencialização, pode-se debater sobre seu outro extremo: a prostituição masculina em ocultamento social. Muito já tendo-se discutido sobre de que forma as necessidades dos clientes influenciam no processo de territorialização – que, por sua vez, possui relação na questão de dinâmismos, uma vez que, geralmente, os clientes repelem essa exposição de seu corpo – vale citar que detectou-se a existência de agentes do sexo masculinos nas cidades estudadas, popularmente conhecidos como michês. Uma discussão territorial interessante a se fazer é que não se encontrou pontos de prostituição deste público, trazendo-se uma desmaterialização do substrato espacial. Descobriu-se esses agentes por indicação de outras e, quando perguntado, mostrou-se que sua prostituição ocorre em caráter digital, com as contratações dando-se via WhatsApp.

Silva e Silva (2021, p. 153) ao estudarem a modernização da prostituição com o novo alcance da internet, destacam que “o WhatsApp se tornou fundamental para facilitar o contato com o cliente, garantindo a organização e negociação do programa de forma rápida e fácil”. Os autores, a partir de realização de entrevista semiestruturada, também destacam que a conversa iniciada na ferramenta possibilita que os agentes do sexo divulguem seu trabalho pelas imagens, permitindo instigar o cliente a consumir seu programa. Além disto, possibilita-se conhecer melhor o perfil do cliente, se é mais carinhoso ou tende ao erotismo por exemplo, permitindo sofisticar seus códigos semânticos para gerar a familiaridade e destacar-se na prostituição.

Quando se perguntou sobre quais pontos das cidades estudadas seria favorável para a fixação da prostituição masculina para a expansão da discussão sobre estratégias locacionais, mesmo que em cenários hipotéticos por não ser uma realidade, ouviu-se que, em Aquidauana e Anastácio, a prostituição masculina não ocorreria se houvesse um ponto. A explicação dada foi a que os homens, isto é, os clientes que procuram a prática, não gostariam da menor possibilidade de serem descobertos e que, assim, os agentes do sexo masculino devem-se adaptar as condições

existentes para seu desenvolvimento, o que corrobora com Passamani, Rosa e Lopes (2020, p. 6) que, em seus estudos em Campo Grande, constataram que “a prostituição masculina é marcada por encontros intergeracionais (michê jovem e cliente mais velho) e por uma relação sexual estabelecida entre dois homens, pelo menos socialmente, tidos como heterossexuais”. A informação descoberta permitiu constatar como o cliente não pode ser excluído como um agente territorial, uma vez que consolida influência de poder no campo relacional e deve, portanto, ser considerado no processo de planejamento territorial e de territorialização.

Ainda conversando com os agentes do sexo masculinos, a fim de entender uma suposta inviabilidade da materialização da prostituição masculina, ouviu-se que o cliente estar em comunicação com uma agente do sexo feminina pode elevar o ego, desde que seja dita como bonita, porque a visualização de outros cidadãos dessa relação traria, ao cliente, uma suposta comprovação de virilidade (desde que outras pessoas não descobrissem que trata-se, na verdade, de uma agente do sexo, trazendo a importância de simular um flerte aos demais).

Sobre a prostituição de travesti, mesmo quando entram nos veículos dos clientes, debateu-se como, caso houvesse um vislumbre de suas silhuetas, supostamente, o contemplado seria uma figura feminina, pela rapidez proporcionada por essa locomoção motorizada. Já a respeito da prostituição masculina, mesmo que visualizado por poucos segundos, não seria possível ocultar os traços masculinos, gerando o estigma também ao cliente e, portanto, repelindo o interesse do consumo. Assim, percebeu-se que, especificamente a prostituição masculina, não parece haver contato com o cliente em momento anterior e posterior ao programa, como o caso de algumas agentes que são buscadas em determinados pontos e levadas para um motel ou hotel.

Neste sentido, ao focalizar atenção na prostituição masculina de Aquidauana e Anastácio, destaca-se os estudos de Prado Júnior, Amaral e Barbosa (2018) que trazem a constatação de que o território não se restringe ao espaço enquanto campo físico, uma vez que a territorialização deste grupo específico desmaterializa-o para a manutenção de suas territorialidades e agenciamentos para a perpetuação da prática nos recortes urbanos analisados. Ao compreender a territorialidade da prostituição masculina nestas áreas deve-se, então, atentar à interpretação de que o não-território, ou território virtual, organiza hierarquicamente as relações de poder que ditam as territorialidades.

Rebs (2010) estabelece que o espaço se molda conforme as necessidades da sociedade, podendo consolidar alterações em suas estruturas e dinâmicas e, conseqüentemente, permitindo

constituir espaços ausentes de materialidade, onde adentra-se as discussões acerca dos territórios virtuais. Essa nova noção espacial consagra integrações múltiplas que ultrapassam as relações físicas, caracterizando, portanto, extensões territoriais onde, com o estabelecimento de relações em campo virtual, vincula-se simbolismos de comunicação sobre meios específicos (como no caso de um aplicativo de comunicação instantânea em específico, tal como o próprio WhatsApp ou outro aplicativo), mostrando-nos como

Apesar de não possuir materialidade no seu espaço, observa-se que os lugares virtuais parecem ser “inspirados” em lugares concretos que servem de “modelo” para dar sentido e organização a determinados lugares no ciberespaço, fazendo com que o universo virtual funcione como um amplificador identitário do universo concreto (Rebs, 2010, p. 4).

Ainda a respeito dos estudos de Rebs (2010), observa-se ligação entre ciberespaços e territórios concretos pela existência do dito “terceiro lugar”, onde o lugar seria um aprofundamento das interações ocorridas virtualmente entre os agentes relacionados. Apesar de ser uma pesquisa não vinculada à prostituição, seus estudos reverberam sobre as observações produzidas já que se notou como a interação iniciada em tais ciberespaços estendiam-se ao espaço físico – uma vez que a prostituição necessita da ocorrência do sexo para concretizar sua prática. Entretanto, percebeu-se como as interações ocorridas virtualmente eram mais interacionistas, apesar de pouco, uma vez que se permitia o diálogo sobre o tipo de programa, seus valores e pagamento e ponto de encontro; ao passo que a interação presencial muito pareceu-se restrita ao programa em si. Os próprios agentes do sexo masculino apontaram, por relatos informais, que muitas vezes, isto é uma territorialidade desenvolvida entre agente e cliente para a não consolidação do afeto, apesar de também haver clientes que procurem o programa para essa finalidade em menor escala.

Acerca da imaterialidade de territórios, Behr (2014), munido de conceitos teóricos de Haesbaert e Saquet, implica que o entendimento de territórios virtuais se correlaciona ao conceito geográfico de redes. As redes, representadas, portanto, por fluxos, traz uma estrutura de conexão que se baseia num sistema territorial onde os agentes sociais, entre suas relações de poder, estabelecem “nós (pontos das relações sociais), malhas (conjunto de pontos e conexões entre agentes) e redes (ligações entre os agentes sociais)” (Behr, 2014, p. 34).

Apesar de não estabelecer via de regra para toda a prostituição desempenhada sobre Aquidauana e Anastácio, o caso específico da prostituição masculina consolidou sobretudo o

WhatsApp como um meio de movimentação e articulação da prática, onde as relações de dinamismos, pela exposição do corpo por intermédio de fotografias, exerceram influência na adaptação de consagração de diferentes territórios, atingindo campos virtuais e estabelecendo os conceitos de territorialização e territorialidade sobre esse campo. Também em relatos informais, citou os aplicativos Grindr e, em menor escala, o Tinder, como uma espécie de catálogo que guia a troca de contatos para o WhatsApp, pela facilidade de comunicação.

Algo a se pontuar sobre a prostituição dos agentes do sexo masculinos em Aquidauana e Anastácio é que, tal como já descrito como no caso dos agentes do sexo em prostituição de rua, segue-se etapas: primeiramente, há-se o diálogo entre agente do sexo e cliente para, enfim, ocorrer a realização do sexo e pagamento. Em linhas gerais, pode-se ocorrer de um agente do sexo ter seu contato de WhatsApp repassado entre colegas-clientes para a constatação do programa. Entretanto, quando o agente do sexo visa atingir novos públicos ou ainda busca inserir-se na prostituição nas cidades mencionadas, pode recorrer-se a aplicativos de relacionamento.

Entendendo que o perfil masculino sobressai entre clientes, o Tinder se torna uma ferramenta mais secundarizada, sobretudo por ter-se as mulheres acessando-os mesmo que, ao fazer o perfil, delimite o interesse do perfil a ser indicado pelo aplicativo, isto é, podendo-se especificar as sexualidades. Neste caso, o Grindr parece ser uma ferramenta mais utilizada por ser um aplicativo voltado à comunidade LGBTQIAPN+. Também se torna interessante ressaltar que, em conversas informais, o Grindr foi chamado de “o iFood amarelinho¹²” e que, nas biografias de alguns homens, é possível encontrar a sigla GP que os designa como um garoto de programa.

Informações coletadas por Viana (2004) mostram como esses agentes, denominados como michês em seu estudo, possuem uma relação com o substrato espacial reproduzindo a prostituição em espaços públicos como a rua e em banheiros públicos. Todavia, designa-se um fenômeno de continuidade de pouca fixação, no sentido em que “o território gay é mais um espaço de circulação do que fixação [...] acentuando um ar de nomadização” (Viana, 2004, p. 301). Tendo-se a dissertação separada pelo estudo num recorte temporal de duas décadas, traz-se Hamann (2024, p. 71) que detectou, na atualidade, “ruas, praças, bares, saunas e darkrooms, que compõem muitos

¹² Em referência ao aplicativo utilizado para conexão de clientes, restaurantes e entregadores para delivery de comida. O fato de ser chamado de amarelinho alude à cor principal do aplicativo Grindr.

dos espaços concretos para o trabalho sexual” que fomentam a reprodução da prostituição masculina sobre substratos físicos.

Apesar de, aparentemente, notar-se uma tentativa de concentração da prostituição masculina em territórios controlados, possuindo pouca fixação, as cidades analisadas diferem-se por, até o momento, ter mostrado um total rompimento com a espacialidade, migrando-os aos territórios digitais. Informalmente, o discurso que justificou esse comportamento espacial em Aquidauana e Anastácio é tradicional demais para ser um fenômeno visível, embora não suficiente para não consumir esse tipo de prostituição.

Já Monica e Costa (2019) tratam especificamente como a prostituição masculina registrou um comportamento de adesão de territórios virtuais no momento em que evidenciaram como a contemporaneidade trouxe uma transição dos ambientes urbanos para uma circulação higienizada “viabilizado pelo sistema de geolocalização dos aplicativos de relacionamento, que criam núcleos relacionais homogêneos devido à facilidade e ao anonimato proporcionados pela busca por parceiros online” (Monica; Costa, 2019, p. 154). Ao citar especificamente como o aplicativo Grindr é apropriado não somente por indivíduos em busca de relacionamento afetivo, mas também para a prostituição, mais especificamente a masculina, descobre-se que a territorialização virtual da atividade em Aquidauana e Anastácio não se torna incomum se comparado a outras localidades.

Em linhas gerais, sobre as discussões territoriais físicas, constatou-se como a área do espaço urbano de Aquidauana representou um nó da prostituição entre ambas as cidades. Haesbaert (2000) define um nó como um ponto mais controlado ou territorializado da rede, permitindo, para o autor, a consolidação de um suporte multilocacional do território, além de um próprio território de uma rede. Silva (2002b, p. 45) corrobora ao discutir que “a prostituição precisaria do centro pelo fluxo de pessoas (e clientes) aí existente, e pelo anonimato que a multidão oferece”, além de que, enquanto atividade comercial, torna-se economicamente conveniente localizar-se em proximidade a espaços comerciais.

A questão aquidauanense parece significativa o bastante também para refletir nas territorializações da prostituição em Anastácio. Ao analisar a existência da prostituição em proximidade à ponte, compreendeu o atendimento a clientes de ambas as cidades, mas ao detectar a presença da prostituição nos limites de Anastácio, também se percebeu como a dinâmica urbana de Aquidauana também permite exercer influência nesta fixação. Além de visar o atendimento de

motoristas advindos de outras cidades, estar afastado das centralidades urbanas, isto é, sobretudo de Aquidauana, se mostra um fator considerável para a privacidade de clientes locais das próprias cidades em questão.

As casas noturnas, mesmo representando pontos fixos dentro do espaço geográfico, representam um território decorrente à estratégia locacional, pelo entendimento que os agentes do sexo detêm enquanto fatores de localidade e de dinâmicas urbanas, onde observou-se a presença de uma casa noturna em cada município, ainda não citando os bares e outros espaços. Em proximidade às margens do rio Aquidauana, situado entre a divisa dos dois municípios, Aquidauana possui sua casa noturna com uma localidade privilegiada que o possibilita oferecer atendimento da atividade entre ambas as cidades (Figura 9). Por outro lado, a casa noturna de Anastácio fixa-se próximo à BR-262, em seu limite territorial, para atendimento de indivíduos em condição de mobilidade advindos de outros municípios (Figura 11).

Figura 11. Casa noturna localizada em Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Todavia, também notou que Aquidauana e Anastácio adotam um comportamento espacial de prostituição de rua em comum ao constatar que ambos possuem terminais rodoviários como objetos geográficos como zonas de atração para a atividade Figura 12. Entretanto, ressalta-se a simplicidade dos agenciamentos adotados pelos agentes do sexo nessa localidade. O pressuposto que se parte dá-se pelo discurso difundido localmente de que se concentra nestas áreas indivíduos em situação de dependência crônica de álcool ou de vício em substâncias entorpecentes, o que talvez abarque as características predominantes dos agentes do sexo e clientes ali fixados. Aqui, vale citar a dificuldade de diálogo com esses indivíduos, mostrando desinteresse e, até certa impaciência, em colaborar com a pesquisa na condição de entrevistados (as) ou de informantes informais.

Figura 12. Terminais rodoviários de Aquidauana/MS (à esquerda) e Anastácio/MS (à direita).



Fonte: Autora (2024).

Outro ponto a se destacar é a proximidade de outros objetos geográficos em relação aos terminais rodoviários, que também parece propiciar esses interesses já destacados por agentes do sexo nas cidades estudadas. Anastácio possui seu terminal localizado próximo à ponte citada e, conseqüentemente, com a área comercial da cidade – o que parece influenciar num uso desses espaços quando as atividades se encerram ao fim do dia. Já Aquidauana, apesar de também fixar-se na área comercial, possui alguns estabelecimentos, como bares e conveniências, não muito distantes, que são espaços que, naturalmente, promovem sociabilidade. Assim, percebe-se como a

prostituição estudada parece organizar-se segundo ocorrências de fluxos, locais ou não, constantes ou esporádicos.

Os bares, inclusive, apareceram como objetos geográficos de atração para desempenho da prostituição, mas sobretudo em Anastácio e especialmente em ruas com iluminação precária e com pavimentação debil. Esses ambientes, diferente de outros comércios, parecem exercer territorialidades múltiplas, consagrando território comercial e do sexo – isto é, os agentes do sexo não parecem aguardar as atividades comuns cessarem para iniciarem as atividades nas proximidades, como ocorre próximo a lojas do setor varejista, por exemplo, Figura 13.

Figura 13. Exemplo de bar em Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

Esses bares, na grande maioria, parecem iniciar suas atividades comerciais próximo ao horário de almoço, podendo estender até a noite ou madrugada, segundo a permanência de clientes. A intensidade dessas frequências varia conforme períodos do mês e do ano e, muito pelo perfil dos

clientes que frequentam esses estabelecimentos, observou-se códigos semânticos simplistas onde percebeu-se pouca existência de flertes elaborados, com agentes do sexo fixando-se sobre esses espaços, aguardando contato.

Esse comportamento espacial da prostituição em bares não pareceu incomum, uma vez que Colvero (2010, p. 17), ao estudar a prostituição gaúcha, percebeu os mesmos padrões, salientando, inclusive, que “a inserção de mulheres de estratos sociais populares, de renda mais baixa na prostituição parece auto-justificar, pois remete a ideia de que a necessidade de dinheiro é um motivo óbvio que a fez começar a atividade”.

A existência de diferentes territórios condicionados pela presença de determinados objetos geográficos em determinada área, permite que a discussão alcance Oliveira (2002) ao expor o conceito de “balé do lugar”. Assumindo que diferentes conteúdos, ou, por conseguinte, territorialidades, se abriguem dentro de uma mesma porção do espaço urbano lhe auferindo diferentes funções, leva ao entendimento de que os consumidores desse espaço imprimam diferentes coreografias espaciais – ou até mesmo que se consagre territórios múltiplos. Silva (2002b, p. 29) ressalta que

Os territórios urbanos que existem no interior do território da cidade formam muito mais que um mosaico, pois há superposição entre eles. Com efeito, as territorialidades urbanas são caracterizadas por superposição e mobilidade. Na cidade os territórios são fortemente demarcados, sendo constante a luta pela manutenção do controle territorial.

Destaca-se, também, que o conceito de balé do lugar, aplicados nas observações produzidas, alinham-se no entendimento que essas dinâmicas que movimentam interações espaciais é o que gera as centralidades, que correspondem aos fixos e que representam o encontro espacial dos fluxos. Nessa discussão, compreende-se os movimentos populacionais – que no caso dessa pesquisa se tornam decorrentes aos objetos – se torna primordial para que determinadas áreas permaneçam frequentados e, também, territorializados multiplamente com suas diferentes funcionalidades por esses agentes do sexo. Essa fragmentação do espaço urbano resulta numa complexidade social que demarca uma multidimensionalidade territorial, vivenciados por diferentes grupos sociais para além dos agentes do sexo.

5.2 A dinâmica urbana de Aquidauana e Anastácio no contexto da territorialidade da prostituição

Sabe-se que a existência do território se deve pela manifestação das territorialidades que o compõe e, assim, Silva (2002b) assevera como o território necessita de facetas físicas, organizacionais e existenciais, trazendo, portanto, uma tríade de ação, poder e fronteira e, por conseguinte e respectivamente, de classificação, controle e comunicação. A junção dessas facetas que se consagram a partir da territorialidade é o que consolida o limite territorial de uma atividade no espaço geográfico.

Salienta-se, também, que esses limites do território são estabelecidos pelo alcance das territorialidades desempenhadas. Com isso, no estudo, debate-se que o grupo dos agentes estabelecem suas relações que impactam como um domínio dentro do espaço geográfico, permitindo tornar-se de conhecimento local que determinada área abriga as atividades de prostituição, podendo-se, portanto, frequentar esse local a fim de usufruir de sua prática. Assim, destaca-se os pensamentos de Boaes (2018) para corroborar, nesse estudo, como a sexualidade se torna uma ferramenta de exercício de poder, sobretudo no meio, uma vez que esse impulsiona uma produção discursiva através de dispositivos, isto é, do tipo de sexo ocorrido.

Para a formulação de um território é preciso utilizar-se dos agenciamentos que possibilitem o desenvolvimento e consolidação das territorialidades. Todavia, para sua análise, é preciso compreender recorte espacial, adotando-se neste trabalho as cidades de Aquidauana e Anastácio. Privilegia-se a análise da territorialidade em espaços urbanos uma vez que

A cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social, na medida em que se trata da realização do ser ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade (Carlos, 2004, p. 15).

Côrrea (1993), inclusive, especifica o espaço urbano como fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas. Ao assumir, portanto, o espaço urbano como um produto social, deve-se pressupor a existência de ações que, em sua conjuntura, configure organizações sociais que possibilita e reproduz as homogeneidades como uma

manutenção de territórios controlados, trazendo dinamismos perceptíveis no espaço. Isto é, ao trazer a afirmação para as cidades estudadas, notou-se como as próprias cidades, enquanto um substrato espacial, influencia em sua própria apropriação territorial a partir de sua forma e uso, impactando nos tipos de dinâmicas urbanas existentes, possibilitando o exercício da prostituição – o que também se comunica com Côrrea (1993) que traz a percepção de que existe uma complexidade de agentes urbanos que ajudam no processo de produção e reorganização espacial.

Com isso, pôde-se observar como os territórios da prostituição em Aquidauana e Anastácio, apesar de, até certo momento, seguirem padrões que se assemelham na produção de territorialidade, Anastácio parece expandir sua atividade para além das áreas centrais, atingindo, também, seus limites territoriais. A digitalização da prostituição que, conforme discutido, configura territórios cibernéticos, proporciona uma sofisticação da atividade, que oculta os agentes envolvidos pelo território não-físico. Assim, Aquidauana apresentou menos pontos de prostituição de rua em comparação à Anastácio – ao menos no perímetro urbano, uma vez que os ranchos afastados da cidade também abrigam esse tipo de prática, muito influenciados pelo dinamismo das cidades estudadas.

Com isto, a prostituição nos ranchos do município de Aquidauana também merece ser pontuada. Ao conversar, formal e informalmente, com agentes do sexo sobre a espacialização da prostituição, percebeu-se como a prostituição ocorrida em ranchos parece ser financeiramente mais interessante em comparação com a prostituição de rua e de casa noturna. A explicação dada diz respeito ao tipo de clientes que frequentam os espaços, interferindo também nos comportamentos territoriais.

Mais de um agente do sexo, no formato de relatos informais, afirmaram que os ranchos recebem, sobretudo em períodos de férias, clientes do estado de São Paulo e do Paraná (ambos os estados fazendo divisa com o estado de Mato Grosso do Sul), além de outras localidades em escala quase não considerável. Sobre as territorialidades, pode-se dizer que há uma necessidade de sofisticação, com agentes do sexo requerendo uma maior atenção com a aparência e com os tipos de discurso – rompendo com uma suposta brutalidade de trejeitos.

Sobre a remuneração, pontuou-se que os programas realizados com clientes de fora das cidades estudadas traziam maior rentabilidade se comparado com os programas realizados com a população local. O não fornecimento de valores e do tipo de perfil desses clientes (a não ser o

destaque que são “pessoas grandes” – relativo a posição social) mostra como a discrição é valorizada no atendimento desse grupo. Ademais, numa tentativa de extrair mais informações, obteve-se que os clientes de outros estados dizem visitar Aquidauana sobre o pretexto da pesca no Pantanal.

Para além da discussão, como pontos de atração da prostituição de rua em Aquidauana, pode-se citar a Avenida Pantaneta, o terminal rodoviário, conveniências, estabelecimentos fora das atividades comerciais no centro tradicional, semáforos espalhados pelas ruas e saídas para as áreas rurais e para sua cidade vizinha de Anastácio, como exemplos que, em perímetro urbano, manifestam atividades de prostituição. Assim, Aquidauana, fora dos territórios digitais, apresentou a prostituição de rua próximo às áreas comerciais, configurando-se como uma zona de atração, uma vez que se alega que a presença constante de indivíduos, sobretudo em período noturno e sobre pretexto de lazer, maximiza a possibilidade de encontro com potenciais clientes.

Esses territórios apresentam um comportamento agencial em conformidade a outras territorialidades desempenhadas na mesma área, isto é, a prostituição parece coexistir com o comércio – talvez, inclusive, de auxílio mútuo em suas respectivas atividades, como no caso dos bares e conveniências. A prostituição na área comercial parece aproveitar-se dos fluxos e dos tipos de dinâmicas urbanas desempenhadas que denotam o lazer. Devido a presença de uma considerável massa da população local nestas áreas, a prostituição possui a necessidade de adaptar-se com essa condição e, sabendo-se dos estigmas direcionados aos agentes do sexo e dos clientes que consomem programa destes indivíduos, os agentes do sexo fixados nesta área devem adotar estratégias que rompam com os estereótipos, simulando-se como mais um sujeito que frequenta essa área pelas suas atividades comuns.

É também pela exposição entre cliente e agente do sexo, caso o diálogo inicie-se nestas áreas, que o agente do sexo deve manter cuidado com a aparência, também para atrair interesse na realização de seus programas, todavia mesclando-se como mais um “sujeito comum”. Com isto, adota-se também códigos semânticos camufláveis para a população, que possibilita que a negociação do sexo ocorra nestas áreas, denotando um flerte mais discreto ou até mesmo ambíguo. Todavia, ao assumir a prostituição como uma atividade de etapas, como a sedução, negociação e concretização do sexo, este último raramente parece-se dar-se nestas áreas – ocorrendo, principalmente, o primeiro e, em alguns casos, o segundo.

Em Aquidauana também se notou a presença de territórios móveis e temporários nos arredores geográficos de semáforos, como encontrados entre os cruzamentos da rua Giovani Toscano Brito com a BR-419 e da rua Sete de Setembro com a rua Estevão Alves Corrêa (Figura 15). Aqui, pôde-se contemplar uma territorialidade mais simplista, uma vez a presença do agente do sexo não parece “malabarizar”¹³ ações para induzir o cliente à compra do sexo, estando comumente mexendo no telefone celular ou fumando cigarro com certo desinteresse em iniciar uma certa divulgação do seu trabalho. A existência na área parece ser o bastante para representar sua atividade, onde um cliente motorizado, ao parar com seu veículo pelo semáforo com olhares disparados sobre esse agente do sexo, parece ser o suficiente para que se estabeleça um código onde se entenda a solicitação para apresentação dos valores do programa, Figura 14.

Figura 14. Semáforo em ponto central em Aquidauana/MS.



Fonte: Autora (2024).

¹³ Em referência aos profissionais autônomos que atuam com malabares ou outras artes circenses como forma de ganhar dinheiro.

Já Anastácio apresentou mais pontos de prostituição de rua que demonstram certa coerência espacial, com estabelecimento da prostituição em elementos urbanos como a ponte e as rodovias federais que se entrecruzam na rotatória de acesso à cidade. Assim, pode-se citar, como pontos de atração para a prostituição de rua, o terminal rodoviário e estabelecimentos comerciais situados na rua Manoel Murtinho, cuja atividade da prostituição inicia-se após o expediente comercial. Além desses, foram observadas atividades em conveniências, lanchonetes, hotéis/motéis e postos de gasolina, espalhados pela cidade de Anastácio.

Estima-se que essa organização espacial se dá para o atendimento de diferentes perfis de clientes, como a proximidade com as pontes para atendimento de trabalhadores e estudantes e acadêmicos anastacianos que se deslocam para Aquidauana para realização dos cursos de graduação e retornam para sua cidade após a finalização das rotinas de trabalho e estudo. Ao retomarem, os agentes do sexo encontram-se posicionados em proximidade aos estabelecimentos, após o encerramento de suas atividades comerciais. Historicamente, a fixação narrada não se mostra incomum quando Moreira (2007), ao estudar a historicidade da prostituição, mostra como foi em cidades universitárias na Idade Média que a atividade atingiu considerável expansão.

Além disso, destaca-se como alguns dos pontos citados encontram-se em proximidade com as rodovias BR-262 e 419, o que configura uma possibilidade de atendimento para indivíduos em condição de mobilidade, advindos de outros municípios e estados – estando em maior proximidade com postos de gasolina e de parada de caminhões. Caracterizado como um território de prostituição travesti, o principal público atendido são os de caminhoneiros. Nota-se também pouca sofisticação dos códigos semânticos, bem como observou-se que a violência foi manuseada como uma ferramenta de agenciamento do espaço. Fora isto, a proximidade com essas áreas, pelo afastamento das dinâmicas urbanas, também permite o atendimento do público local, uma vez que também se mostra interessante a distância da cidade para a não exposição do cliente. Aprofundando-se sobre a observação, aponta-se que a espacialidade imposta na territorialização diz muito sobre uma moralidade social onde

A esmagadora maioria dos clientes das travestis busca seus serviços e não quer ser reconhecida como consumidora do trabalho sexual e como apreciadora da corporalidade travesti. Ainda que não seja a realidade de toda a clientela das profissionais do sexo, ter um carro para circular entre os territórios de prostituição e permanecer ignoto é desejável (Damasceno, 2023, p. 50).

Buscando ilustrar a localização dos pontos de prostituição travesti em Aquidauana, apresenta-se a Figura 15 que mostra o prolongamento da rua Sete de Setembro, sentido Frigorífico Burti, cujo final da pavimentação permite acesso a fazendas e assentamentos rurais de Aquidauana.

Figura 15. Saída para área rural, em Aquidauana/MS, apropriado para prostituição travesti.



Fonte: Autora (2024).

Já em Anastácio, a Figura 16 mostra que a prostituição realizada por travestis se dá em postos de combustíveis localizados em rodovias federais. O primeiro deles é no posto Acácia, dentro do perímetro urbano, localizado na rodovia BR 262, próximo ao trevo que dá acesso à Miranda e Nioaque. O segundo ocorre mais afastado na área urbana, distanciando 21 km da cidade, na BR 419, que dá acesso às cidades de Nioaque e Jardim, localizado no Posto de combustível KM 21.

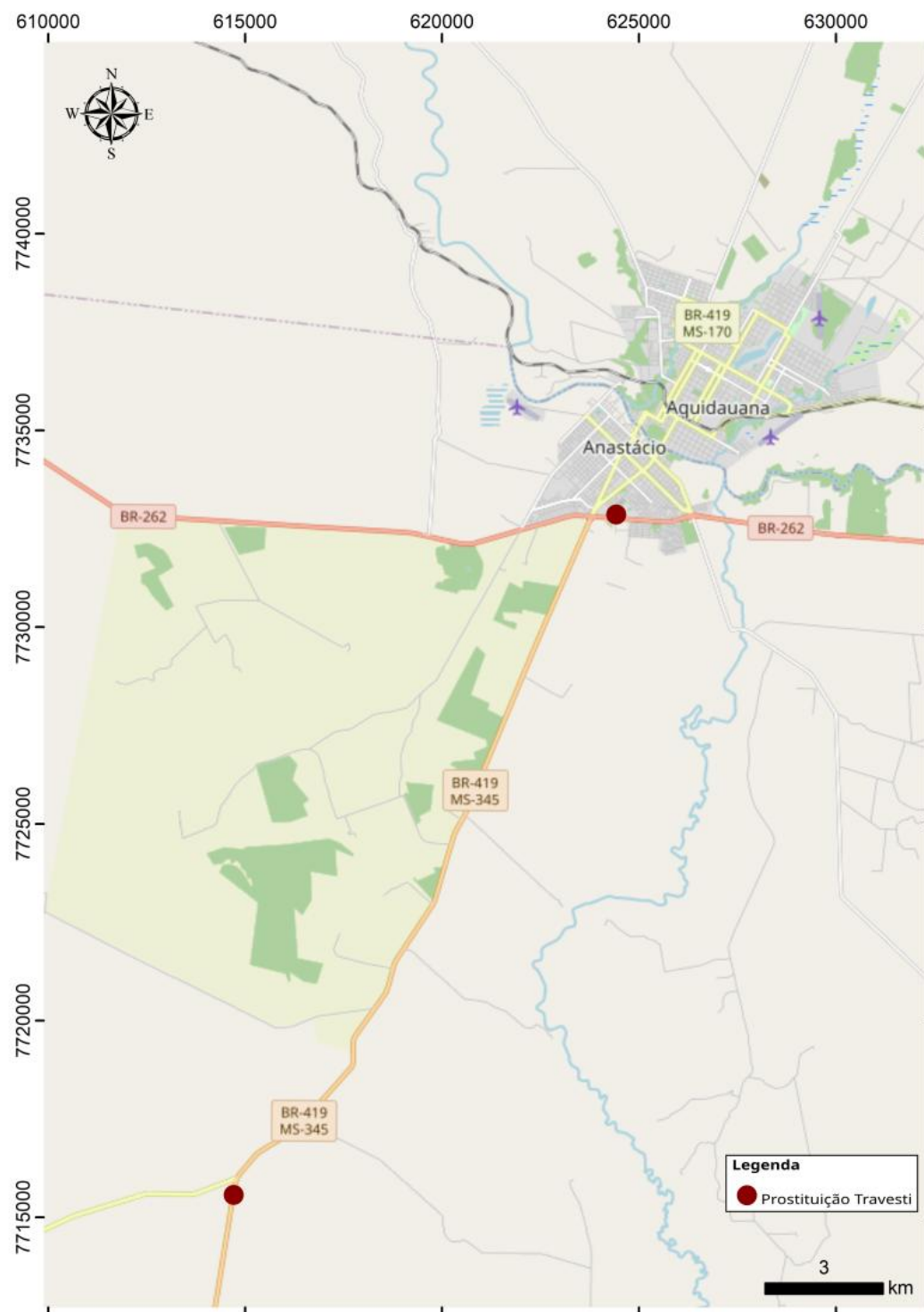
Figura 16. Posto de gasolina na MS-345, na área rural, em Anastácio/MS.



Fonte: Autora (2024).

É possível problematizar como restam as periferias espaciais ao grupo de agentes do sexo travesti, uma vez que figuras de agentes do sexo cisgênero parecem transitar com facilidade nas centralidades urbanas. Além disso, os agenciamentos adotados por esse grupo parecem munidos de maiores brutalidades e disputas territoriais. Esses corpos não parecem dotar de sofisticções territoriais onde a atividade ocorre por etapas com o corpo exposto numa área urbana e o sexo ocorrendo em afastamento dessa. A concretude da exposição, negociação e realização parece delimitada em contexto espacial, já que “quanto mais longe de casa estiver, mais seguro é para realizar os desejos secretos” (Damasceno, 2023, p. 50) pelo “temor de ser reconhecido no momento da negociação nas ruas das cidades” (Damasceno, 2023, p. 50), conforme mostra a figura 17 abaixo.

Figura 13. Distância de um dos pontos de prostituição travesti, nos limites da BR-419, em relação a área urbana.



Fonte: Autora (2024). **Elaborado por:** Elias Rodrigues da Cunha. **Editado por:** Polyana Pinheiro Garcia Santos Ferreira.

Compreendendo a complexidade das cidades, bem como os fluxos existentes, pode-se assumir esse como um campo de reproduções, explicitando-o como um palco de fenômenos e de manifestações sociais, podendo-se encontrar as práticas de prostituição. A prostituição, enquanto manifestação do cotidiano urbano, só confere funções em seu local de instituição a partir do “uso contínuo do local sobre um determinado modo que, por consequência disto, incide sobre o material” (Nascimento, 2015, p. 51), mostrando, nesse trabalho, uma afirmação verdadeira ao passo que se mostrou que a prostituição nas cidades se funde ao entendimento de busca pelo lazer noturno. Diniz (2016, p. 105) também complementa essa noção de estratégias locacionais quando afirma que a escolha de um lugar sobre outro é favorecida “principalmente [por] uma movimentação satisfatória de pessoas, mas também que o local seja de boa visibilidade e acesso aos possíveis clientes”. Além de que,

Antes de mais nada, consideramos a prostituição, em sua essência, como uma modalidade urbana das práticas sexuais; pois, em seu processo relacional, é preciso primeiro das territorialidades construídas sob os aspectos que caracterizam seus sujeitos operantes e, segundo, dos espaços de sociabilidade que induzem os seus relacionamentos. Transformando, assim, as territorialidades em territorializações, que podem ser reproduzidas fisicamente, urbanamente ou abstratamente (*on-line*). Isto é, a prostituição é uma prática urbana que prescinde e transcende os territórios, “entendida não apenas no espaço físico [...], mas no próprio espaço do código [prostitucional]” (Perlongher, 1987, p. 152 apud Del Valle, 2021, p. 40).

Com isso em mente, deve-se compreender que as territorialidades de prostituição no espaço urbano, principalmente em Aquidauana e Anastácio, não produzem transformações percebidas no espaço enquanto área concreta, mesmo que haja a relação com seu substrato. Isto deve-se à apropriação das áreas de alcance dos objetos geográficos disponíveis nesse espaço urbano que possibilite que esses agentes do sexo tracem estratégias espaciais quanto ao seu ponto de prostituição. A afirmação possível é que a prostituição observada auxilia no estabelecimento de dinâmica urbana, somando corpos no direcionamento de fluxos populacionais com a adição de grupos de indivíduos pontuais ou não recorrentes, como os turistas, que consumam dessa indústria do sexo, fortalecendo também no consumo de comércios locais enquanto estabelece-se os códigos de agenciamentos implícitos que antecedem a negociação da prostituição – como um cliente oferecendo uma bebida ao agente do sexo para descobrir sua atividade, por exemplo.

Assim, abre-se parênteses para afirmar que o espaço urbano se demonstra como uma organização espacial, de fragmentações e de articulações (Côrrea, 1993). A disposição atual, reflexo de processos históricos, favorece atuais configurações influenciadas nos tipos de agenciamentos, e, conseqüentemente, de territorialidades presentes na área de estudo. Com isso, a prostituição, atividade naturalizada ao longo dos anos, exerce influência nas formas de aglomerados humanos existentes em determinados espaços, atraindo ou impelindo determinados fluxos de indivíduos que possuam consciência da manifestação de suas ações espaciais.

Nessa discussão, enquanto à Aquidauana, Joia (2005, p. 34) destaca que a cidade “tem uma história de povoamento recente, em se tratando da história do povoamento brasileiro”, embora observa-se, aqui, a tendência histórica de crescimento do município, o que se torna uma pontuação necessária a se fazer uma vez que se observou a ligação entre prostituição e fluxos. Assim, o IBGE (IBGE, 2022b) mostra que o município conta com uma população de 46.803 pessoas e uma densidade demográfica de 2.74 hab./km². Demonstrando as proximidades física e de dinâmicas urbanas de ambas as cidades.

Referente à cidade de Anastácio, Joia (2000, p. 28), mostra que

A história de Anastácio começa como bairro da cidade de Aquidauana, conhecido como “Margem Esquerda”, depois da sede de distrito do município de Aquidauana, e finalmente, como sede de município, quando se emancipou em 1964.

Com isso, o IBGE (2022a) apresenta dados que revelam que Anastácio apresenta uma população de 24.107 pessoas e uma densidade demográfica de 8.28 hab./km². Assim, mostra-se as proximidades territoriais bem como a ligação nas dinâmicas espaciais e sociais observáveis em ambas as cidades, dado, sobretudo, pela divisa territorial delimitada por ponte entre os municípios.

Aquidauana e Anastácio podem ser categorizadas enquanto cidade pequena. Vieira, Roma e Miyazaki (2007, p. 140) concebem uma cidade pequena como um “aglomerado urbano que atende as necessidades básicas de sua população, ainda que esta recorra ou receba de outras cidades mão-de-obra, serviços e equipamentos mais especializados”. Endlich (2017) compacta o conceito ao aferir que cidade pequena diz respeito a uma expressão demográfica e territorial, juntamente com questões pertinentes que envolvam um diferente grau de complexidade urbana que distingue

das demais cidades. No caso deste trabalho, como já dito, o conceito de cidade pequena se atrelará, especificamente, com o tamanho populacional.

Uma vez que se pressupõe, no imaginário popular, que a entrada na prostituição se dá, sobretudo, pela superação de atrasos socioeconômicos, torna-se pertinente o levantamento desses dados em ambas as cidades estudadas. Obtêm-se como informação os dados que apontam que, em Aquidauana, no ano de 2021, o salário médio mensal representava 1,9 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,1% (IBGE, 2022b). Em Anastácio, também no ano de 2021, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,1% (IBGE, 2022a). Todavia, estudos formulados por Basquerotto et al (2018) demonstram que, apesar de geralmente a motivação para a entrada na prostituição dar-se, quase que unanimemente, por razões econômicas, normalmente há distinções acerca da finalidade do dinheiro.

Pode-se, então, afirmar que, geralmente em função do crescimento das cidades, também intimamente ligado ao crescimento populacional, percebe-se construções que, além da moradia, visam à gestão de seus setores, incluindo, sobretudo, o de fluxos de pessoas. Ao abrigar esses dinamismos, a paisagem urbana pode ser marcada pela expressão de marginalidade, tais como a própria prostituição, propiciando a análise do espaço geográfico pelas lentes da categoria de análise do território. Nessa afirmação, observações sistemáticas *in loco* corroboram ao demonstrar que tanto a prostituição de rua quanto a de casa noturna, em ambas as cidades, seguem perfis estratégicos de fixação, buscando proximidades ou distanciamentos dos fluxos populacionais, o que renderia a possibilidade de clientes disponíveis em dada área, sem de fato haver o pertencimento social dessas figuras nesses espaços, trazendo sua essência como um mero elemento humano associado a uma exposição como mais um entretenimento e não um indivíduo pertencente que usufrua desses objetos, marginalizando-os socialmente apesar de não espacialmente.

Como já salientado, no recorte das duas cidades, conta-se com a monografia de autoria de Batista (2007), que, em sua pesquisa, discutiu-se, por intermédio da aplicação de questionário socioeconômico, os pontos de trabalho, os locais dos programas, os valores praticados, a quantidade de clientes atendidos, os dias de folga, a discriminação pela sociedade, a existência de filhos, o motivo que levou a optarem pela profissão, o possível desejo em deixar a profissão, a violência, o uso de preservativo e os exames de rotina. O trabalho da autora destaca-se por mostrar

a possibilidade de as prostitutas detectadas “ser mais vítima, do que um agente causal dessa situação” (Batista, 2007, p. 15). Ampliando as discussões, esta pesquisa produzida no recorte de estudo, ainda dentro da temática estabelecida, trará esses sujeitos agora como agentes territoriais.

Assim, esse estudo, ao utilizar essa e outras bibliografias, possui como um de seus objetivos específicos aplicar a discussão referente à junção das terminologias de prostituição e de territorialidade e espacialidade nas cidades de Aquidauana e de Anastácio, produzindo acervo teórico que levante percepções atualizadas sobre ambos os temas, sobretudo para entendimento de suas fixações espaciais. Com isso, possibilitou-se discussões pautadas em contexto espacial que justifiquem a procura por determinada porção do espaço urbano para sua utilização como área de prostituição, caracterizando-se pela procura por fluxos e de determinados objetos geográficos. O fato não se mostra de maneira incomum, uma vez que o estudo de Silva, F. (2016) também concluiu que a aglomeração e o fluxo de pessoas determinam o condicionamento da prostituição no espaço urbano.

Dito isso, embora sua manifestação implique necessariamente na remuneração financeira pela realização do sexo entre os sujeitos envolvidos, é necessário apontar a ramificação da atividade entre prostituição de rua e prostituição de casa noturna, que se diferem segundo o espaço onde há o desempenho da oferta sexual.

A prostituição de rua constitui-se na oferta de sexo em espaços públicos com certa rotatividade de clientes. Geralmente motivado pela subsistência, como discute Araújo, Bandeira e Silva (2015), esses sujeitos fixam-se em determinados pontos do município, sobretudo na área urbana, e atraem atenção de possíveis clientes utilizando-se de falas sugestivas e do corpo, ou seja, pela manutenção de agenciamentos que formalizem sua territorialidade. Pode ou não exercer parceria com outros agentes do sexo, embora seu ponto possa, de certa forma, ser considerado de uso particular para atração de potenciais clientes, mesmo que haja um gerente que administre esse uso¹⁴. A concretização do sexo, por outro lado, pode vir a ocorrer em lugares dotados de privacidade, isto é, em locais privados. Tangerina e Cigolini (2017, p. 197), sobre a prostituição de rua, reforçam que as territorialidades que nutrem o território são frutos de “um esforço constante para sua instalação e manutenção”.

¹⁴ Ressalta-se que o termo gerente não se deve confundir com o rufião, muito comumente conhecido como cafetão. A prática de rufianismo é, inclusive, combatida no Código Penal (Brasil, 1940).

Cartograficamente, torna-se pertinente salientar que a ocorrência da prostituição sobre o espaço geográfico é manifestada em pontos, mais especificamente no caso da prostituição de rua, havendo zonas de impacto de sua atividade. Pasini (2015, p. 190) aponta como os pontos podem ser distinguidos conforme a manifestação de um conjunto de regras onde o espaço é legitimado conforme sua postura de boa garota de programa. Dessa forma, sua delimitação ocorre por meio de fronteiras simbólicas a partir dessa legitimidade. A inscrição de tais regras nos corpos, pelos acessórios dispostos, pelas vestimentas e pela linguagem corporal, permite-se reforçar sua performance e, conseqüentemente, maximizar sua rede de clientes. Por esse motivo compreende-se que

A territorialidade também está baseada nas ideias de identidade e diferença, a partir da consideração de que determinadas pessoas pertencem ou não pertencem a códigos identitários, sendo a territorialidade tanto uma configuração de estratégias espaciais como identitárias (Ornat, 2011, p. 206).

Estudos produzidos por Peçanha (2021, p. 30) corroboram com os entendimentos de territorialidade na prostituição de rua ao constatar, a partir de entrevistas, a existência de “donas de ponto”¹⁵. O autor constatou que a presença dessa figura que gerencia o território “é a responsável por garantir a ordem entre as meninas que operam na área de seu controle [...] [uma vez que] vender o sexo nas ruas é uma atividade que requer regras bem fixadas, caso contrário ocorreriam muitas brigas e conflitos em decorrência de disputas e competição”. As pesquisas se mostram de suma importância à Geografia por explicitar a existência de agenciamentos que delimitem poder, tal como um território exige, compreendendo como relações sociais desempenhadas em espaços urbanos necessitam da interação entre agentes em seus diferentes níveis para a concretização do território de um fenômeno que perpetua em concomitância ao funcionamento da cidade.

Sobre o grupo, Mathieu (2004, p. 116 apud Oliveira, 2004, p. 4-5) destaca como o sujeito em questão “representa uma zona de vulnerabilidade, entre integração e exclusão, na qual os indivíduos estão reduzidos a atividades degradantes, arriscadas e, quantas vezes, clandestinas para não se afundarem totalmente na inexistência social”.

¹⁵ Salienta-se que o trabalho não alude referência ao rufianismo, isto é, da modalidade de lenocínio que concretiza ganho financeiro a partir da exploração sexual. A figura de um gerente do espaço, nesse caso, extrai o lucro unicamente pela utilização do espaço, independente do lucro do agente do sexo pela própria prostituição.

Quanto a esse tipo de prostituição, notou-se maior expressividade em Anastácio, muito provavelmente pelo afastamento das dinâmicas urbanas exercidas em sua cidade vizinha. A existência da prostituição de rua em Anastácio conotou mais simplicidade, o que pareceu coerente em termos espaciais, uma vez que a prostituição pareceu espalhar-se em zonas vazias, isto é, com pouco volume de objetos geográficos ou com construções inutilizadas. Além disto, as territorialidades manifestadas pelos agentes do sexo nestes pontos demonstraram uma troca de códigos pouco sensualizada, trazendo uma comunicação com seu cliente com poucas ambiguidades – exercendo a negociação com baixas descrições, já que sua localização se dá, em sua maioria, em ambientes pouco frequentados, não precisando “manter a imagem” do cliente em questão.

Por outro lado, a prostituição de rua, em especial a exercida por mulheres cisgênero, pareceu necessitar de uma territorialidade mais sofisticada, uma vez que os primeiros contatos entre agentes do sexo e clientes, geralmente, parecem dar-se a espaço aberto, isto é, em espaços frequentados. Desta forma, notou-se comportamentos agenciais como trocas de olhares e oferecimento de bebidas, onde, com a agente do sexo aceitando o contato, permite-se uma troca de códigos entre ambos os agentes.

Barreto, Silveira e Grossi (2012) expõem como a negociação não verbal ocorre com agenciamentos discretos, sobretudo pelo olhar que nunca se fixa e encontra-se em constante busca pelo outro, uma vez que “os olhares e os pequenos gestos permitem uma troca sutil de sinais codificados que podem passar informações específicas diversas e ao mesmo tempo são praticamente imperceptíveis a um estranho” (Perlongher, 2008; Geertz, 1989 apud Barreto; Silveira; Grossi, 2012, p. 522). Além disso, dentro das territorialidades desempenhadas, apesar de em espaço público e com procura em fluxos, observa-se certa tentativa de sigilo nesses agenciamentos, sobretudo por parte do cliente na interação com o agente do sexo, “remetendo a um tipo de sociabilidade que tinha no anonimato sua reivindicação principal” (Vale, 1997, p. 79), estendendo a percepção também nas cidades analisadas, sobretudo em Aquidauana onde esses agenciamentos são mais discretos que Anastácio referente ao volume de indivíduos concentrados nessas áreas de lazer, também relacionado ao volume de objetos geográficos no núcleo urbano. Havendo-se o reconhecimento mútuo entre esses agentes, a negociação pode ocorrer no espaço urbanos em paisagens dotadas de privacidade.

Fortalecendo a discussão acerca de agenciamentos que efetivam um território da prostituição, Olivar (2011, p. 94) afirma que “elas, prostitutas, são as caçadoras. E as deslumbrantes e escorregadias feminilidades de que elas se investem convertem seus corpos em verdadeiros objetos de ‘batalha’”. Com isso, compreende-se que a apropriação dos agenciamentos e códigos é o que configuram a eficiência de agente territorializante, que agregam a adoção desses símbolos na territorialização de um espaço para a prostituição. Todavia, percebeu-se como a necessidade de sofisticação desta troca de códigos dá-se, também, pelos ambientes frequentados.

Esse agenciamento se torna ainda mais interessante se analisado sua eficácia dentro da historicidade. A adoção de códigos antigos mostra como sua apropriação muitas vezes não necessita indicar novidade, mas sim eficiência, permitindo, inclusive, seu conhecimento pelos mais diversos indivíduos da sociedade, independentemente de sua carga regional. Silva (2012) mostra registros do século XIX onde um piscar de olhos do cliente indicava a solicitação da atividade e da prostituta que o sujeito era bem-vindo. O fato, portanto, mostra como um território consolida-se ao longo dos anos desde que baseado em agenciamentos concretos, difundidos como agenciamentos de reconhecimento universais. Ainda na discussão, pondera-se que todo espaço é uma multiplicidade de agenciamentos e esses códigos podem ser performados por sujeitos que, entre suas articulações, territorializam (Amparo, S., 2020).

Também sustentado por observações nos territórios, detectou-se que a prostituição de rua ocorrida em Anastácio possui uma maior extensão naquilo que envolve o alcance da prostituição. Quando coletado os pontos, observou-se como a prostituição em Anastácio procurou diversificar suas estratégias de fixação. Quando se constata que a atividade se relaciona com as dinâmicas urbanas exercidas pelas cidades que causam impacto nas fixações do agente do sexo, não erroneamente se deduz como Aquidauana se sobressai nesse requisito, uma vez que sua maior propriedade de objetos geográficos lhe aufere aglutinações populacionais. Desta forma, Anastácio precisa sobressair-se ao menos na questão de expansão da atividade e da diversidade de dinamismos proporcionados por esses ambientes – ou seja, de aglomerações ou de espaços vazios. A diversificação dos códigos semânticos também se mostra mais intensa.

Outra questão interessante a ser citada diz respeito à prostituição em proximidade aos terminais rodoviários em ambas as cidades. Percebeu-se que quando mais próximo a esses pontos, menos perceptíveis se tornam as estratégias de apresentação do corpo, denotando mulheres menos

dispostas à sedução, onde a realização do programa se dá apenas pelo interesse e necessidade do cliente. Deste modo, reforçamos o pressuposto de que tanto o agente do sexo quanto seus clientes podem vir a serem usuários de substâncias entorpecentes e/ou bebidas alcoólicas e não buscam o programa pautados na beleza ou sensualidade, mas sim visando ao prazer do ato sexual.

Já a prostituição em casa noturna caracteriza-se pela exigência de espaço privado para o faturamento com a prostituição. Não incomum, observa-se uma estrutura como palco/pátio/pista, bar e quartos privativos, além da existência de outros agentes, que não apenas o do sexo, como gerentes, barman e seguranças. A prostituição geralmente não é a única atividade explorada neste espaço, podendo-se obter ganho financeiro por bebidas alcóolicas e pelo aluguel dos quartos.

Nas cidades estudadas, foram encontradas duas casas noturnas, sendo uma em cada cidade. Como afirmamos anteriormente, a localização da casa noturna de Aquidauana se dá em uma localização estratégica, próxima do centro tradicional e da ponte Rodão de Oliveira. Já em Anastácio, a casa encontra-se nos limites da malha urbana, próximo a BR 262 e o trevo de acesso a cidades como Corumbá e Jardim, estando distante do centro tradicional da cidade e distanciando em 3 km da casa noturna de Aquidauana.

Assim, em quesitos numéricos, notou-se predominância da prostituição ocorrida em bares, sobretudo em Aquidauana em pontos não asfaltados e com iluminação precária, o que caracteriza paisagens marginalizadas. Desta forma, os outros objetos geográficos narrados foram apropriados em menores casos se relacionados a este.

Na questão específica do turismo sexual, Gomes (2008, p. 2) aponta que a vertente deve ser compreendida a partir dos agressores, isto é, daqueles que viajam em busca de sexo pago e dos agentes que permitem a existência desse mercado. Para a autora, “as relações de poder passam a ser exercidas através da gestão da vida, da disciplinarização dos corpos, da produção das populações”. Nessa análise, entende-se como os agentes encontram-se em estado de mobilidade, seja do turista/cliente, que se locomove a um espaço em encontro do agente do sexo, com esse propósito ou não (que pode ser acentuada em determinados períodos do ano), ou do agente do sexo em si que pode se encontrar em estado de encomenda para encontro com o cliente. Toscanini (2018), ao compreender a realização da prostituta para além de seu município de origem, aponta a preservação ou redução do estigma na vida privada.

Notou-se, nessa categoria, como o município de Miranda sobressaiu às conversas ocorridas nas observações sistemáticas in loco. Constatou-se que os clientes do referido município não possuíam especificidades estabelecidas acerca da procura por agentes de sexo entre Aquidauana ou Anastácio, uma vez que o deslocamento geográfico era imperceptível a esses sujeitos em mobilidade de outra cidade. As viagens normalmente são então custeadas pelo cliente como um valor a parte ao atendimento prestado.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi a descoberta de que algumas mulheres se aventuraram em trabalharem em pontos de prostituição no estado de São Paulo, indicando que a experiência teve mais pontos negativos do que positivos. Dentre os pontos negativos relatados, houve a falta de adaptação ao ritmo de trabalho em cidades de grande porte, cuja dinâmica é bem diferente. Além disso as conversas denotaram outra preocupação, onde a agente do sexo esclareceu que por estar fora de seu estado de origem ela, enquanto ser humano, parece não haver a importância para mais ninguém, sentindo-se marginalizada enquanto indivíduo.

Quando se visou a realização de entrevistas com agentes do sexo, apesar das constantes recusas exercidas como uma espécie de autoproteção, notou-se um considerável volume de justificativas que impeliram a realização de uma conversa uma vez que se alegou a presença de clientes nos municípios, para encontros nas áreas rurais. Apesar de certa aleatoriedade da época de ano que a justificativa se deu, percebeu-se uma maior demora de contato com esses agentes em épocas de festividades locais e em feriados prolongados. Inclusive, dizia-se haver a vinda de pessoas de outros estados, o que exigia a presença e a disponibilidade para o atendimento.

Essa percepção demonstra para a geografia como os territórios da prostituição se expõem de maneira dinâmica, apresentando variáveis e modificações acerca de percursos e subjetividades advindas do espaço geográfico. Apesar de certa estabilidade, haja vista a perpetuação da prostituição entre séculos, o território da prostituição se apresenta como um produto de apropriação não linear e com produção de signos, sobretudo expressos pelos agenciamentos e pelas territorialidades transformáveis.

A configuração narrada remonta ao que pode ser denominada como um território cíclico, uma vez que se possui maiores incidências de sua procura em determinadas épocas do ano, nas cidades, tais como eventos locais, coletados em conversas informais em observações sistemáticas in loco desse trabalho. Por esse motivo é importante definir o conceito de território cíclico a partir

de sua característica de “alteração dos tipos de apropriação e uso do território de acordo com ciclos em que uma ação ou outra seja conveniente para o sujeito territorial” (Silva; Silva, 2016, p. 54). Vasconcelos, Cal e Mokarzel (2016) também explicam a característica com a terminologia de território e territorialidade flexíveis, uma vez que uma atividade não é exercida de maneira integral na totalidade de um dia.

De forma mais ampla, Fabris e Sonaglio (2010, p. 138 apud Marques e Mancini 2014, p. 333), discutem que “o turismo sexual se apresenta como a viagem turística que inclui, no pacote, além do transporte, da hospedagem, da alimentação, o sexo com a população nativa do destino”. Normalmente pode-se associar a prática com o aumento de atividades ilícitas nos recortes envolvidos.

Complementando as informações disponibilizadas, Villela e Monteiro (2015, p. 533) trazem a estimativa que pelo menos um por cento da população feminina entre 15 e 49 anos de idade, isto é, quase meio milhão de mulheres, encontram-se envolvidas em situação de prostituição.

Todas as práticas, ao contar com a participação de seus diferentes agentes, sobre a ótica da territorialidade, carregam alguns padrões que os tornam, em teoria, indetectáveis, uma vez que se apoiam sobre a presença dos elementos econômicos, políticos e culturais. Prado Júnior, Amaral e Barbosa (2018, p. 337), argumentam que “o território também pode ser delimitado por perspectivas econômicas, pois dentro dele se desenvolvem vários tipos de economia, articulando o saber fazer com a cultura do local”, o que também impacta na direção dos fluxos observáveis em dado recorte espacial. Com isso, permite-se adentrar na discussão acerca de razão social e nome fantasia.

Ao assumir a terminologia de razão social como o nome oficial atribuído a um empreendimento no registro, utilizada inclusive em notas fiscais e nos documentos oficiais, muitas vezes esse diverge-se daquilo que é compreendido como o nome fantasia, isto é, o nome popular e amplamente reconhecido pelo público, podendo carregar significados sugestivos acerca da sua área de atuação no mercado.

Ou seja, um estabelecimento, nesse caso as casas noturnas ou seus semelhantes, como bares e outros, podem ser conhecidos a partir de seu nome fantasia, aquele popularmente difundido entre a população residente. Por outro lado, o seu nome real, ou a razão social, inclusive emitida

nas notas fiscais pela compra no cartão de débito ou de crédito, pode ser outro. Com isso, percebe-se como os clientes, sobretudo homens casados, escondam de seus cônjuges nas compras de bebidas ou pagamento de agentes do sexo realizadas no estabelecimento praticante do ato do comércio sexual sem precisar se desfazer dos comprovantes e das notas fiscais, servindo-lhes, inclusive, como uma espécie de produção de álibi.

Pesquisas de Silva, L. (2016, p. 73) fortalecem essa discussão na passagem abaixo:

Os locais que visitamos durante esta pesquisa são em sua maioria do tipo *rendez-vous*, ou seja, a recepção se apresenta como um ambiente de bar, mas os outros compartimentos, localizados no interior de seu prédio, são destinados às práticas dos programas. Trata-se de casas que se transformam em locais voltados às relações de sexo por dinheiro, funcionando visivelmente como bar, com registro de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – adquirido junto à prefeitura.

Ainda é possível detectar a evolução dos agenciamentos que permitam a efetivação do território da prostituição, uma vez que com a modernidade dá-se “o surgimento das criptomoedas [que] também trouxe um novo meio de pagamento para serviços sexuais, oferecendo anonimato e segurança adicional” (Reis, 2023, p. 17). Com isso, a prostituição pode ser compreendida como um fenômeno passível de estabelecimento efetivo de seus territórios e perpetuação de suas atividades pelas adequações aos signos e características disponíveis em dado recorte temporal, permitindo sua longevidade. É inclusive a inserção dessas ferramentas digitais que modernizam a prostituição, permitindo sua renovação no espaço geográfico, e que cidades pequenas, tais como Aquidauana e Anastácio, digitalizem suas relações, consagrando territórios digitais.

Ao definir territórios digitais, Duarte (1999) concebe que o próprio território digital dinamiza o território, enxergando este como uma categoria primária. Assim, para que haja a existência de um território digital, precisa-se do estabelecimento de ciberespaços onde as relações ocorrem pela telecomunicação, vendo o meio, então, como uma ferramenta de territorialidade. Com a prostituição migrando para esses territórios digitais pode-se dizer que existe uma tentativa de rompimento com o substrato espacial e, por conseguinte, visualiza-se um fenômeno de desmaterialização da prática, onde pode refletir que “ocupar territórios diferentes daqueles marcadamente como zona de prostituição é uma forma de marcar diferença em relação aos estigmas que esses locais carregam e afastar-se geograficamente da abjeção contida neles” (Damasceno, 2023, p. 52).

Por isso, apresenta-se evidências que comprovem que as territorialidades produzidas pela prática de prostituição carregam teias que propiciam a manutenção de sua existência, trazendo, inclusive, a complexidade de suas cadeias de relações e de ocultamento social, sobretudo pelo estigma produzido, que faz com que o desejo do cliente imprima no agente do sexo suas estratégias de fixação.

Salienta-se a existência de autores que atribuem a necessidade do desempenho da prostituição como uma forma de exploração e atentado contra a dignidade humana, designando que

A prostituição é um poderoso mercado, com estrutura empresarial, da qual crescem, a cada novo dia, o tráfico de mulheres, o mercado de escravas brancas, a pedofilia, o turismo sexual, entre outras diversas práticas decorrentes, direta ou indiretamente, desta (Bulhões, 2011, p. 2846).

Posto isto, percebeu-se que, apesar das complexidades discursivas produzidas no trabalho, deduz-se que, ainda assim, o conhecimento dos códigos semânticos, das relações agenciais e as designações de relações, mostram-se até mais enigmático. Todavia, pode-se criar a percepção de que a produção de um território da prostituição, ao menos nas cidades pantaneiras de Aquidauana e Anastácio, produz especificidades naquilo que tange suas territorializações.

6 AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES E SUA DIVISÃO TERRITORIAL: PROSTITUIÇÃO DE RUA, DE CASAS NOTURNAS E TURISMO SEXUAL

Pimentel (2013) aponta como os conceitos de segurança e de liberdade podem ser decisivos conforme as escolhas individuais na fixação desses agentes no espaço, considerando estratégias locacionais para a escolha do tipo de prostituição. Presume-se, no ideário do sujeito, que, ao optar pelas casas noturnas, se lidará com contextos de segurança, pela presença de seguranças ou gerentes (do ambiente e não da pessoa, portanto, diferente de um rufião), que asseverem a integridade física desse agente do sexo, ao passo que, ao optar pela rua, espera-se a liberdade de autogerenciamento do dinheiro, dos tipos de programas e dos horários (pois seria um trabalho, de certa forma, autônomo).

Contraditoriamente, nota-se como o julgamento moral recaído sobre essas figuras os transformam em um atributo negativo socialmente, desqualificando-os de forma a criar obstáculos para detenção de bens materiais e simbólicos, conforme reitera Villela e Monteiro (2015, p. 532). Ao estudar a imagem de Amsterdã sobre o ponto de vista da prostituição, adentra-se ao fato de que “apesar de terem seu trabalho regulamentado há 20 anos¹⁶, as prostitutas ainda enfrentam o ‘estigma de puta’ que, conforme explicado por Gail Pheterson (1996 apud Pena, 2021, p. 103) é uma marca de vergonha perante a sociedade”. Ressalta-se que, no Brasil, a prostituição foi reconhecida como uma ocupação profissional pelo Ministério do Trabalho em 2002, sem restrições legais para a prática de adultos. Todavia, apesar do fato, segundo Donel (2011), os próprios técnicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) possuem dúvidas acerca da legalidade.

Observa-se que a procura pela prostituição por parte dos clientes traz, consigo, a individualidade e necessidade desse sujeito – o que, pela lógica justifique os diferentes tipos de prostituição existentes na modernidade, sendo esses a prostituição de rua e de casas noturnas e o turismo sexual. Além dessas, pode-se constatar diferentes tipologias que envolvem a sistemática

¹⁶ Pena (2020) estuda o movimento de descriminalização dos bordéis e a regulamentação da prostituição na Holanda, trazendo a informação que desde o final do século XX surge um movimento a partir da garantia de direitos sociais e trabalhistas aos profissionais do sexo. Todavia, a proposta foi aprovada apenas em 1999 com apoio de cerca de 70% da população, entregando em vigor no ano de 2000, podendo ser constatada a veracidade das informações a partir da consulta no Ministério das Relações Exteriores da Holanda, que estabelece a autonomia no licenciamento pelo rebatimento direto no uso do solo com definição de critérios de funcionamento pelos municípios, valendo-se citar como a prostituição representa elemento de importância para o planejamento urbano, zoneamento e licenciamento das atividades urbanas. Pena (2022) traz que, na Holanda, esses estabelecimentos e profissionais devem ser registrados na Câmara do Comércio e as prostitutas catalogam-se enquanto autônomas, sendo, portanto, os bordéis uma vitrine e as profissionais, independentes – sem vinculações em termos trabalhistas.

do trabalho sexual de categorias diretas ou indiretas. Assim sendo, afirma-se como a prostituição varia de acordo com as formas e os contextos sociais detectados. Aquino, Nicolau e Pinheiro (2011, p. 137) apontam que

Existem fatores determinantes da prostituição, sobretudo socioeconômicos e psicológicos. Entre eles incluem-se a migração para centros urbanos, a falta de emprego, condições de vida subumanas, a baixa escolaridade e a falta de apoio familiar são aspectos psicológicos influenciadores na inserção ao comércio sexual.

Uma discussão válida, e brevemente já pontuada, é a questão referente à valoração da prestação do serviço do sexo. Embora espera-se que a prostituição de rua forneça completa detenção dos rendimentos financeiros obtidos por parte do agente do sexo para com ele próprio, pode-se deparar com a desvalorização social que “barateia” suas atividades, tais como a localização e os objetos geográficos dispostos dentro do espaço urbano apropriado e a exposição dos agentes envolvidos e, por consequência, em alguns casos, do próprio cliente.

Por outro lado, apesar do escudo social fornecido pela existência de um espaço privado, na prostituição de casa noturna pode vir a ser cobrado um preço maior na prestação do serviço, levando em conta o aluguel do quarto utilizado e as bebidas consumidas. Muito comumente esse valor não é destinado inteiramente para o atuante, ou agente do sexo, uma vez que nesse tipo de território não se torna incomum outros agentes que auxiliam em agenciar as territorialidades – esses outros agentes intermediários da atividade, que recebem uma porcentagem desse dinheiro arrecadado pela administração das funções e do espaço, podem ser gerentes dos quartos alugados ou seguranças, além de barmen/bartenders ou garçons/garçonetes.

Com isso, surge na discussão a compreensão de que “o território e suas fronteiras delimitadoras são reflexos e condições das relações de poder através das quais foram produzidas, sendo forjadas em situações particulares e projetando para fins estabelecidos” (Ornat, 2011, p. 205). Salienta-se como o conceito de território possui consolidação a partir do poder exercido no espaço geográfico. Bordo et al ([s.d.], p. 2) destacam que “é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território”.

Havendo-se, portanto, um território enquanto uma produção a partir do espaço, encontra-se, por consequência, as territorialidades como um comportamento espacial, podendo-se entender a territorialidade como “um uso sensato do espaço historicamente, sendo o componente geográfico para se entender como a sociedade e espaço estão inter-relacionados” (Fuini, 2014, p. 230). Com

isso, para a identificação do território, é necessário apontar a existência de determinados fatores que permitem sua concretização tal como a configuração atual. Neste sentido,

O conceito de territorialidade foi definido, na etologia, como a conduta de um organismo vivo, visando tomar posse de seu território e defende-lo contra os membros de sua própria espécie. A territorialidade, de simples qualidade jurídica, passou a ser vista como sistema de comportamento (Braga; Morelli; Lages, 2004, p. 27).

Embora o espetáculo de “exposição de vitrine” dos corpos também venha ocorrer nas centralidades urbanas, além do exercício da prostituição em ranchos do perímetro rural, o que demonstra como os agentes do sexo possuem uma expansão de sua territorialidade ao agregar diferentes espaços, o que permite concluir que o agente do sexo, pela sua territorialidade, também pode delimitar seus territórios e não que o território seja uma consequência da espacialidade existente, apenas um facilitador.

A prostituição em Aquidauana, apresentou então uma complexidade de microterritórios dentro de seu território, o que corrobora com Fernandes (2013, p. 194) que diz que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”, o que nos leva a crer que diferentes meios, como o rural e o urbano, dentro de suas características de dinâmicas possam ser apropriados conjuntamente para o desempenho da prostituição. Além disto, pode ser a exposição proporcionada pela cidade de Aquidauana que conduz o agente do sexo e o cliente a expandir a prostituição para além do núcleo urbano, atingindo os ranchos, concebendo que “nas ‘abordagens territoriais’ predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada” (Fernandes, 2013, p. 196).

A rua mostrou-se ser, enquanto uma definição de espacialidade, um potencial promotor de um serviço, onde o agente do sexo adota certas habilidades de corporeidade, como a adoção de “várias formas para tornar seus serviços mais atraentes e conquistar o desejo do cliente: o nome que adota, sua aparência física, seu gestual, suas roupas, sua voz” (Santos, 2013, p. 95). Todavia, nem sempre é o que ocorre, visto que, em determinados semáforos de Aquidauana, sobretudo na área central em inatividade devido ao horário, também se percebeu corporeidades de desinteresse, havendo a necessidade do cliente em parar o veículo em sinal vermelho e dirigir olhares para expressar seu interesse em ser abordado.

Sobre o nome percebeu-se como é interessante adotar codinomes que estejam em evidência ou que se tornem temáticos, como nomes de personagens de filmes recém-lançados ou

de atores/atrizes internacionais ou nacionais consolidados. Percebeu-se como isto se torna atrativo aos clientes por remeter a pessoas ou personagens atuais ou clássicos. O fato, inclusive, pode ser visto como um catalisador de interesses ou de fetiches, como uso de nomes como “Loirinha”.

Além disto, ao adotar uma rotatividade de codinomes (ou nomes de guerra, como alguns agentes do sexo chamam) traz uma segurança da identidade, uma vez que não se tornariam localizáveis. Por exemplo, se um novo cliente viesse a procurar Angelina em um ponto (apenas um exemplo fictício para simular a referência com a atriz Angelina Jolie), outras agentes encobririam a antiga identidade uma vez que já haveria a adoção de um novo codinome, como Harleen (outro exemplo fictício em referência à personagem da Arlequina, que esteve em referência com o lançamento de “Coringa: Delírio a Dois”, em outubro de 2024). Ademais, como um cliente conhece um agente do sexo também se torna um indicativo de quanto tempo consome de seus programas, uma vez que determinado nome pode ser considerado antigo ou atual para o agente.

Entretanto, também se encontrou agentes do sexo que atendem com seus verdadeiros nomes. As conversas informais remeteram que os nomes geralmente são utilizados com clientes de outros estados, uma vez que adotar codinomes com pessoas dentro das cidades estudadas seria um esforço inútil devido à pequena população que facilmente entregaria a identidade ao cliente local – não sendo uma regra, todavia.

Dando continuidade ao pensamento anteriormente abordado, uma vez que os comportamentos, ou territorialidades, influenciam no sucesso da venda do sexo, é possível correlacionar numa lógica de venda onde a avenida Pantaneta, por exemplo, por exercer maiores dinamismos e relações, exige códigos semânticos distintos para a incorporação do agente do sexo no meio – que também gera a concentração de dinheiro. Na lógica oposta, deduz-se, então, que agentes fixados nesses semáforos, com áreas então vazias pelo horário, não sofisticam seus códigos devido à pouca circulação de indivíduos e, conseqüentemente, de rotatividade do dinheiro. Salienta-se que ambos os pontos discutidos neste parágrafo se localizam na cidade de Aquidauana.

Corroborando a noção discutida sobre os valores, é possível compreender que

As disparidades de preços, por sua vez – socialmente fixados e estabelecidos por negociação individual –, traduzem diferenças de valor entre as mulheres. Elas fixam preços diferenciados, avaliam as condições do cliente e as suas próprias, consideram a concorrência e determinam quantias a partir do que consideram possível no momento (Russo, 2007, p. 504).

Assim, deve-se também analisar a questão da valoração da atividade conforme sua fixação dentro do espaço geográfico, isto é, é preciso, primeiramente, compreender que a localização de

um sujeito no espaço está intimamente ligada à valorização de seu trabalho, como nos casos de agentes do sexo que ofertam a atividade nos terminais rodoviários de ambas cidades estudadas e que parecem ser reconhecidos distantes de padrões estéticos solicitados, barateando seu atendimento e ofertando-se em paisagens de precariedade. Além disto, quando se difunde a constatação de que os sujeitos que se encontram em suas propriedades são pessoas que carregam vícios, tem-se, pelo fator da saúde, algo externo que traz esse entendimento dos baixos preços solicitados.

Salienta-se que as principais rodoviárias sul-mato-grossenses conectadas ao terminal rodoviário de Aquidauana são os terminais das cidades de Água Clara, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas. Além de contar com lanchonete e lojas, há também bares em alguns quarteirões próximos e proximidade geográfica com a avenida Pantaneta, já citada neste trabalho como uma zona de atração. Possuindo as mesmas conexões e elementos, o terminal rodoviário de Anastácio possui proximidade com objetos varejistas e com a avenida Manoel Murtinho, igualmente já citada. Além de objetos geográficos de fixação estratégica para o desempenho de sua função social de mobilidade, os objetos também se tornam favoráveis para a apropriação territorial de grupos de agentes do sexo.

É necessário, então, reforçar como Costa (2021) reflete sobre a qualidade oferecida por uma área em questão. Ao autor, deve-se ter em mente que a qualidade se correlaciona a fatores relativos, como a própria localização e suas proximidades, além de objetivos, como dos objetos geográficos pertencentes. Assim, pela soma dos fatores, imbrica-se numa valorização do espaço, onde “esse recorte espacial tornado mercadoria passa a constituir um canal para possível valorização mediante arbitragens com seu valor de troca” (Costa, 2021, p. 27).

Comumente interligadas com rodovias, torna-se interessante também pontuar a questão espacial da prostituição anastaciana em seus postos de combustível, sobre proximidade da BR-262 ou BR-419. As rodovias federais, então, se tornam exemplos de objetos geográficos para a atração da atividade de prostituição, uma vez que, socialmente, caracterizam-se por longas quilometragens que permitem o tráfego de diferentes veículos e, conseqüentemente, de diferentes indivíduos – ou clientes, nessa pesquisa. É essa característica de mobilidade em grandes fluxos que determina uma multiplicidade de sujeitos transeuntes, inclusive advindos de outros estados, proporcionando intercâmbio com clientes com periodicidade na cidade, o que configura áreas de passagem como zonas de atração (Palmeira, 2016), mostrando que, ao estudar a prostituição nos postos de gasolina

não se pode desassociá-los das rodovias, estabelecendo um conjunto de objetos sobre objetos que condicionam territorialidades e de espacialidades que impactam na territorialização.

Ao estudar territórios de prostituição em rodovias, Palmeira (2016) destaca como a instauração nesses pontos, além do tráfego, deve-se pela sensação de isolamento da vizinhança local e da existência de estabelecimento comerciais para a localização dos agentes do sexo, tal como parece ocorrer nos postos de gasolina em Anastácio. A competitividade pelo ponto privilegiado de circulação humana traz aos agentes do sexo um controle territorial muito mais aguçado que em outros pontos avistados, permitindo a apropriação da violência como ferramenta territorial. Destaca-se, também, que esses territórios possuem característica predominante de presença de agentes do sexo travesti.

Quanto ao desempenho da atividade, a impressão que fica relacionada ao espaço urbano é como o preço do programa se altera em relação a área de atuação (território) do agente do sexo. Por isso, é possível interligar a valorização financeira e o tipo de prostituição. A título de exemplo, tem-se o turismo sexual que em grande medida se realiza em ambientes relacionados ao lazer, onde os objetos geográficos, urbanos (casas de diversão adultas) ou não urbanos (ranchos e chácaras), podem também exercer influência, o que maximizaria o valor cobrado em um programa. Isso se dá em virtude do poder aquisitivo dos turistas vindos a pretexto da pesca no Pantanal, mas que na verdade anseiam pela diversão proporcionada pelo sexo.

Já no caso da prostituição de rua, pela relação direta com o espaço, os agentes do sexo utilizam-se de diversas estratégias como fixar-se junto a estabelecimentos comerciais em área de fluxos de pessoas ou em limites da malha urbana para seu distanciamento, que possibilitem a certeza da presença de alguma dessas condições e, consequentemente, de proximidade de camada da população que possa converter-se como clientes.

Entendendo, então, a influência dos elementos e objetos urbanos, cita-se os autores Marisco e Hochheim (2020, p. 13-14) que, referente aos imóveis nos municípios estudados, destacam como

Em Aquidauana áreas ao longo da Avenida Pantaneta, altos do Bairro Alto e Bairro Guanandi, proximidades do Campus dois e um da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, nas proximidades do Super Mercado Atlântico e Centro Poli Esportivo. Em Anastácio, tem três áreas de destaque: o Centro da cidade, e as duas avenidas principais de acesso compostas pela Av JK e pela BR 419, ambas com acesso às pontes que cruzam o Rio Aquidauana que dão acesso à cidade de Aquidauana vindos pela BR 262.

Apesar da discussão pertencer à valorização dos imóveis, percebe-se, no trabalho, o cuidado dos pesquisadores citados em, estaticamente, compor um modelo que chegasse a esses resultados referente às variáveis endógenas e exógenas de dados do mercado que mobilizem esses valores (fortalecido sobretudo por objetos geográficos, mesmo sem utilizar essa tipologia dentro do escopo de pesquisa) – coincidindo com algumas áreas em que se detectou certa expressividade de concentração da etapa de exposição dos corpos na atividade de prostituição, enquanto zonas de condensação. Assim, essa valorização do espaço também carrega, dentro da lógica urbana, uma atração de grupos sociais pela competitividade em extrair do espaço os potenciais capitais que esse fluxo de indivíduos proporciona, atraindo, então, a atividade de prostituição.

Por outro, apesar das discussões levantadas, a prostituição, enquanto produto do espaço geográfico, através do estigma social produzido, pode trazer a desvalorização moral de uma área (embora não necessariamente a desvalorização comercial ou imobiliária) bem como a frequência de determinados grupos que usufruem das atividades dentro de seu horário de funcionamento. A afirmação pode basear-se nas consideradas áreas de periculosidade que coincidem com a presença da prostituição travesti nos postos de gasolina em Anastácio.

Sobre isto, percebeu-se como os agentes do sexo que possuíram contato com a pesquisa reforçaram de forma ferrenha o discurso de que um dos pontos de prostituição travesti em questão é marcada pelo perigo (verificar a Figura 4). Notou-se como o estigma com essa área é amplamente difundido sobre outros agentes do sexo e pela própria população. Percebeu-se, inclusive, como agentes do sexo trans (que negociam a prostituição virtualmente e não na área em questão), dizem com orgulho que não frequentam essas áreas, apontando, inclusive, que são femininas demais para o ponto, podendo supostamente estar em perigo.

Quanto a população de Aquidauana e de Anastácio perceberam que a referida área é conhecida pela prostituição de travestis, o estigma territorial de área violenta passou a integrar o imaginário popular. Este fato pôde ser constatado, quando tivemos que realizar a observação do território, havendo assim, muitas recusas de acompanhamento para tal – inclusive de motoristas em corridas pagas. O curioso é que, apesar da distância, esse fato era secundarizado onde as justificativas para a não ida pareciam recair pelo perigo atribuído ao território. Quando, por tentativas de conselhos, apontavam-se que não eram áreas a serem frequentadas, reforçava como uma suposta feminilidade era recusável naquela área, o que pareceu complementar a opinião

de outras agentes trans com passabilidade¹⁷ de que as agentes do sexo desta área supostamente seriam agressivas – percebendo-se, portanto, como o estigma parece amplamente difundido sobre esses indivíduos, apesar de nem mesmo haver a verificação destas áreas.

Por fim, nas cidades analisadas, analisa-se como a prostituição não encontra necessidade de desvinculação de seus tipos para compreensão de sua fixação dentro do espaço urbano, uma vez que, independentemente de prostituição de rua, de casa noturna ou de turismo sexual, carrega-se a escolha dos espaços de atuação dentro de uma lógica urbana que favoreça sua rentabilidade de localização de sua atividade pelos clientes.

É preciso entender a prostituição enquanto fenômeno que extrai do espaço os potenciais que permitem sua espacialização e materialidade social, além de trazer a necessidade de conceituá-lo como território para o posterior análise de seu poder relacional. Nesse sentido, Harvey (2004 apud Neves, 2020, p. 21) “descreve o espaço da sobrevivência material como sendo o local onde as pessoas buscam o seu sustento, como, aliás, também ocorre com as prostitutas”. Assim, as territorialidades são visualizáveis como uma manobra que se produz no espaço urbano com planejamentos estratégicos a partir da compreensão que a sobrevivência não é um crime, fortalecendo debates dialéticos na dimensão espacial.

Ao compreender o território como um espaço construído a partir das relações de poder administradas pelos agentes que conduzem ações, é preciso assumir que a categoria, em sua constituição, necessita da presença das territorialidades para sua formalização. Com isso, pode-se afirmar que sua delimitação espacial ocorre de maneira imprecisa devido as diversificações das relações sociais ocorridas diariamente, além de que “um território que, agrupando os indivíduos através de redes subterrâneas de convivência e solidariedade, viabiliza a experiência de relacionamentos multifacetados e plurais, num contexto de distensão” (Rodrigues, 2010, p. 5) e que os agentes do sexo, apesar de estabelecerem pontos de atração, são seres móveis que caracterizam localidades da prostituição por zonas.

Assim, o território deve ser associado enquanto conceito anexado aos estudos geográficos, uma vez que Souza (2020, p. 97) explicita que “o território [...] [deve ser entendido como] uma das

¹⁷ Pontes e Silva (2017) reforçam que o termo passabilidade diz respeito a um conceito onde o sujeito passa a desenvolver contornos e traços corporais que os permitem ser confundidos com pessoas cisgêneras. Ou seja, passabilidade diz respeito à uma pessoa trans (transexual, transgênero ou travesti) que iniciou, ou não, um processo de transição de gênero para assumir a aparência física do gênero que se identifica em questão (como uma pessoa que nasceu no sexo biológico masculino, mas que se entende enquanto uma mulher). Ao ser reconhecido (a) por um grande conjunto de indivíduos com esse gênero identificado, diz-se que é uma pessoa que atingiu a passabilidade.

manifestações do espaço geográfico (ou, mais especificamente, do espaço social) e da espacialidade”. Para Nascimento (2022), a consolidação territorial deve ser compreendida a partir de sua materialidade ou de sua simbologia, citando território e poder como conceitos indissociáveis.

Para tal, observa-se que sua construção segue processos estruturados por formas e funções, conforme reitera Silva (2009), no espaço geográfico. Assim, é possível entender a forma como um aspecto visível e a função como a atividade desempenhada por um grupo social – nesse caso tem-se a prostituição dentro de seus tipos. Quando é estudada a questão da territorialidade produzida a partir do desempenho da atividade de prostituição, percepção-se que a forma pode dar-se como o espaço onde ocorre – no caso podendo ser em pontos de rua ou zonas, em casas noturnas ou afins – e a função vem a ser entendida como a própria manifestação do conjunto de ações que possibilitem a concretização da própria prostituição.

Ainda assim, todo esse entendimento deve ser aplicado em contexto de Aquidauana e Anastácio, isto é, de cidades pequenas. Quando se compreende suas características urbanas e aceita, posteriormente, suas dinâmicas e infraestruturas físicas, assume-se, também, a noção de que as territorialidades, em concomitância ao espaço, devem-se atrelar às suas estruturas daquilo que se é possível agenciar. Dessa forma, assume-se como os agentes passam a manusear as territorialidades, mais especificamente as microterritorialidades, onde essas “podem induzir processos de (re)funcionalização de espaços, tornando-os aptos para atividades originalmente não previstas” (Fortuna, 2012, p. 209).

Segundo Tangerina e Cigolini (2017, p. 199) “a territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada por três elementos: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço”. Paralelamente, essas territorialidades do ponto de vista da prostituição, assume-se uma tríade que pode ser compreendida a partir dos estudos debruçados à funcionalidade do corpo desses agentes, do território constituído para a prática e da atividade econômica posterior (Barros, 2018).

Conforme já reforçado, essas territorialidades, ou microterritorialidades, ocorrem a partir da lógica do agenciamento. Dessa forma, pode-se assumir a corporalidade como uma ferramenta dentro do espaço social, que carrega significância de ocorrência de elementos socioculturais, que comunicam a identificação do agente do sexo bem como reproduz simbologias de um grupo imerso na atividade. Além de que,

O território é uma área geográfica resultante das estratégias aplicadas que afetam, influenciam e controlam as pessoas, os fenômenos e as relações. Assim, a teoria permite afirmar que a territorialidade é uma construção social, baseada em relações com significados (Sack, 1986 apud Neves, 2020, p. 22).

A corporalidade deve ser vista na cultura contemporânea como uma concepção que, tal como apresenta Maluf (2001, p. 87), mostra “uma correspondência entre dois dualismos (corpo/espírito e natureza/cultura) e entre seus termos”, produzindo substrato onde os símbolos irão se inscrever. Dentro do debate de corporalidade, que descreve ações materiais dos corpos realizadas socialmente, a corporeidade passa a referir-se ao corpo como um meio de ação social, uma vez que “infere-se que a corporeidade é o meio de contato humano com o mundo e preexiste ao pensamento e à sociabilidade” (Baptista, 2022, p. 116).

A discussão pode, ainda, ser expandida no sentido de adquirir percepção de que a semiose do corpo se baseia em “processos de imposição de regras visuais (estéticas) e comportamentais (ética) empreendidas pelos sujeitos” (Cruz, 2023, p. 48). Dessa forma, ao centrar o corpo do agente do sexo como o receptáculo e ferramenta da atividade, assume-se que é o corpo o portador das condições enunciativas da prostituição, mobilizando os agenciamentos que caracterizam um território de prostituição. Assim, a simples presença de um agente do sexo em atividade traz a afirmação de que o espaço se converte em um território também de prostituição, independente de outras funções desenvolvidas no mesmo instante – materializando rearranjos hegemônicos, tais como avistados em alguns pontos de Aquidauana e Anastácio que permanecem em suas atividades habituais independente da presença desses agentes, sobretudo em bares e conveniências.

Ao buscar compreender as relações entre o corpo-território, Haesbaert (2020) deduz que o corpo do agente do sexo é, então, uma ferramenta fenomenológica que imprime a existência da prostituição em dado recorte espacial, mostrando a corporalidade como as ações materiais e a corporeidade como o receptáculo dessas práticas cotidianas. Santos (2014, p. 80) também reforça que “a corporeidade do homem é um instrumento da ação”.

As colocações pautam-se no fato de que o corpo se apresenta como o mais natural instrumento do sujeito, garantindo que “todas as ações realizadas pelo homem só passam a ser possíveis por meio do movimento corporal” (Santos, 2019, p. 37). Tais movimentos são aprimorados pela técnica corporal, envolvidos normalmente pela tradição e pela eficácia, notando que a simbologia dos agenciamentos, transportados pelo corpo do agente do sexo, imprime sua intencionalidade da venda de suas atividades como meio de garantia de territórios simbólicos e da

manutenção de sua subsistência no meio, evidenciando como as territorialidades se mostram como meios adotados para a garantia e estabelecimento de territórios. Jesus (2021, p. 33) traz, por fim, que "o corpo assume ideia de produto que pode ser consumido", servindo-se para obtenção de lucro, categorizando, por consequência, segundo Pimentel, Silva e Silva (2022), a rua como vitrine, dentro da multiplicidade do espaço urbano, emergindo relações simbólicas dentro de seus conteúdos e de suas singularidades espacializadas.

Aquidauana e Anastácio, inclusive, aprofundam-se nesta questão ao possuir agentes do sexo que se camuflam com eficiência no espaço urbano, sendo dificilmente detectados por não clientes, como uma proteção a si próprio dos estigmas produzidos e de preservação da imagem do cliente, o que parece romper com o esperado e estabelecer uma nova dialética do estereótipo. Além de comportamentos sociais que auferem ocultamento, o receptáculo, pela corporeidade, parece acompanhar esse objetivo com o uso de trajes não necessariamente sexualizados em excesso.

Dito isso, torna-se válido pontuar a questão da prostituição de rua de Aquidauana. Apesar de seu comportamento predominantemente digital, observou-se como as áreas comerciais da cidade se mostram como uma grande vitrine para visualização do agente do sexo. Assim, respectivamente, assume-se uma lógica de exposição corporal, contato digital e realização do programa afastado da cidade, sobretudo em ranchos no município. A transição da prostituição em cidade-rural denota como existem etapas de territorialidades que argumentam uma organização dos agenciamentos, onde obtêm-se territórios conectados.

Em caso de conhecimento desses agentes do sexo, a exposição do corpo torna-se apenas uma etapa para consagrar novos clientes. Aos que já possuem clientes pré-estabelecidos esse contato é feito, em suma maioria, pelo WhatsApp, sofisticando, além dos códigos semânticos, as ferramentas de intermediação.

Compreender o corpo, então, na ciência geográfica, dá-se

A partir da ideia de espaço, [onde] podemos compreender o corpo como possibilidade da transgressão necessária de determinações normativas e territoriais – transgressão ativada unicamente por meio do uso, da apropriação, da conexão entre objetos e ações (Hissa; Nogueira, 2013, p. 62).

Com isso, a corporeidade para a prostituição, como ferramenta de agenciamento, pode traduzir-se a partir de movimentos e permanência em determinadas áreas, uma vez que o próprio corpo deve ser entendido como uma ferramenta de materialização do trabalho. O conjunto dessa corporeidade é o que permite, muitas vezes, que potenciais clientes identifiquem esses agentes

como ofertadores de sexo pela remuneração. Sobretudo em Aquidauana e Anastácio, notou-se o comportamento onde esses agentes do sexo se mesclam no espaço urbano como outro membro da população local em busca de lazer, mostrando-se como corpos em vitrine somente aos clientes que reconheçam suas territorialidades, até mesmo pela presença daquele corpo em um território conhecidamente de prostituição.

Em Anastácio mostrou-se uma certa simplicidade de códigos semânticos nessa etapa de exposição, sobretudo na Avenida Integração em período noturno. Com o encerramento das atividades comerciais, agentes do sexo apropriam-se de determinadas localidades para a concretização do território de prostituição, uma vez que a localidade se torna privilegiada em sentido linear com conexão com a ponte, que interliga com a sua cidade vizinha de Aquidauana. Trajando não necessariamente roupas ditas como vulgares, deduz-se que a corporeidade colocada sobre esse ponto, sem o uso do veículo e em horário noturno, configura no entendimento do sujeito enquanto agente do sexo.

Com a presença de diferentes universidades em Aquidauana¹⁸, a cidade, sobretudo no período noturno, acaba por receber acadêmicos não só das cidades estudadas nesta pesquisa, como também das cidades vizinhas. Ao fim das aulas, o movimento pendular acaba tendo a ponte como um objeto geográfico de passagem corriqueira para Anastácio. Assim, entre os horários após o encerramento das aulas (entre 22:30 e 23:00 horas), não se torna incomum a presença desses agentes do sexo ao longo da avenida Integração para sua exposição aos clientes em épocas específicas. Todavia, salienta-se como, em ambas as cidades, notou-se uma prostituição quase que camuflada, que se distingue do imaginário popular e, por essa razão, é preciso um olhar aguçado para identificação dessas figuras, que se mesclam com facilidade nas dinâmicas urbanas.

Assim, no desenvolvimento das territorialidades que aprimorem a configuração do espaço geográfico em território, é preciso um diagnóstico que detecte as condutas executadas, sobretudo pelas ações, isto é, pela relação do corpo, que construa a complexidade das relações avistadas numa área. Por entender territorialidade como ações conduzidas que influenciam, controlam ou impactam determinada área, torna-se coerente afirmar que

Um poder “corporificado” é, portanto, obrigatoriamente, também, um poder territorializado. Relacionalmente conjugados, tanto as relações sociais de poder

¹⁸ Reforçando a concepção de que Aquidauana caracteriza-se enquanto uma cidade universitária interiorana, cita-se Santos (2022) que, em seus estudos, destaca sua característica como um polo educacional pela presença do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e outras Universidades privadas.

fazem/constituem territórios como os territórios compõem/produzem as relações de poder (Haesbaert, 2021, p. 7).

No escopo dessa pesquisa notou-se, dentro da imersão com esses agentes, como a corporeidade desses sujeitos é alinhada às práticas de proteção – caso o indivíduo que o observe não manifeste interesse na compra do sexo, como foi o caso da procura desses agentes para o desenvolvimento do trabalho. Ao notar resistências na produção de relatos de suas territorialidades, para disposição em entrevistas semiestruturadas, percebeu-se as tentativas de ocultamento de suas práticas aos indivíduos não pertencentes de seus meios, como autopreservação de sua identificação pontual. Essa territorialidade, pelo corpo social, pode ser traduzida, entre falas desses próprios agentes do sexo, como comportamentos que os classificam como “gente difícil”, ao narrar brevemente esse cuidado de não transparecer suas complexidades do eu íntimo, que os evidencie para além de sua atividade. Salienta-se que a fala destacada, que se repetiu entre diferentes agentes do sexo, deu-se em condição de relatos informais e não de entrevista.

Haesbaert (2015, p. 14) sinaliza que

As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social a um referencial indispensável para a articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadas.

Nesse sentido, a preservação desses sujeitos em não ofertarem com facilidade entrevistas caracterizou comportamentos esquivos ao temerem suas identificações pelos relatos pontuais, muito embora não houvesse a solicitação de dados íntimos como o nome (verificar apêndices). Todavia, uma territorialidade adotada por essas figuras que se notou foi a incidência do discurso de preservação e vergonha da atividade juntamente à uma suposta cooperatividade ao fornecerem contatos de outros possíveis agentes do sexo que poderiam colaborar ativamente com a pesquisa.

Com isso, pode-se ter a mínima percepção que esses agentes do sexo conheçam outros agentes, talvez mantendo relações trabalhistas da atividade, e que estabeleçam a existência de uma rede de proteção ao ambiente de trabalho, uma vez que, ao constatar esses novos agentes indicados, a resposta era “ah sim, Fulana falou mesmo da sua pesquisa”, repetindo, porém, os mesmos passos da recusa já vivenciada com o primeiro sujeito. Assim, a articulação dá-se de maneira silenciosa, porém eficiente. Por outro lado, falar com esses agentes do sexo tornou-se mais fácil no momento que havia um colega em comum para cambiar os primeiros contatos.

Ao investigar a cadeia relacional da prostituição em Aquidauana e Anastácio, esse discurso ampliou a percepção de que os agentes se conhecem e se reconhecem. Quando um agente se recusava a ceder entrevista, narrando apenas alguns relatos informais, estes, ao lerem sem compromisso o roteiro de entrevista semiestruturada, diziam que, em determinados tópicos, conheciam um(a) agente que discursaria bem a seu respeito. Entretanto, caso não se houvesse o número de telefone desses indivíduos, tratavam com naturalidade que, conversando entre eles, não demoraria para conseguir. O inverso também se dava: em alguns casos sabiam de alguém que saberia explicar as questões geográficas por de trás de uma pergunta, mas que jamais respondê-los-ia, muito motivado por razões externas ou um traço da personalidade – quando um agente dizia que determinada pessoa era estressada, calada ou até mesmo tímida, mostrava-se uma relação pessoal para além da prostituição.

Uma agente do sexo, apesar de trazer em conversas informais que não possuía vergonha da prostituição, não conseguiu disponibilidade para a realização formal da entrevista semiestruturada, mesmo inicialmente aceitando-a. O motivo, segundo a agente, era que a realização da entrevista ficava impossibilitada enquanto os filhos não estivessem na escola. Todavia, enquanto esses estavam em horário de aula, a entrevista não se deu pois havia-se uma responsabilização pelos afazeres domésticos ou outros, além dos encontros com clientes fixos. Informalmente, percebeu-se um grande receio dos filhos saberem da atividade, não querendo influenciá-los ao mesmo ofício.

Além disto, narra-se um caso isolado que denota as características da territorialidade da prostituição. Conversando, ainda informalmente e em espaço público, com uma agente do sexo, outra mulher, que já era conhecida há poucos meses pela pesquisa, aproximou-se e iniciou diálogo. O que começou com uma carga informal, logo avançou com ambas identificando-se no ofício. Quando se perguntou como uma sabia que a outra se prostituía, uma vez que isso não foi dito, a resposta se assemelhou a algo como “a gente tem cara de puta”.

Ao insistir em entender quais evidências apontavam para essa constatação, mesmo que certa, ambas responderam que não é difícil se identificarem, mesmo que elas não soubessem responder com precisão as características, brincando-se, também, que a pesquisadora ficaria mal falada com a pesquisa, andando com essas figuras conhecidamente na prostituição. Por uma agente do sexo, foi dado como exemplo, que, ao encontrar a pesquisadora com amigas indo ao mercado, “aquelas meninas não tinham cara de puta como nós”. Como afirmação que essa percepção era

verdadeira, traduzida por signos não totalmente identificável por agentes externos à prostituição, a outra agente do sexo riu assentindo.

Além disto, ainda neste dia com ambas as agentes do sexo, logo estabeleceu-se uma relação interessante do ponto de vista relacional no que tange a territorializações. Ao trocar experiências, algumas que seriam consideradas desconfortáveis ou tristes, mas quase sempre em forma de piadas, estabeleceu-se diálogo sobre os clientes atendidos, narrando-se, por razões financeiras, anseio para chegarem clientes de fora do estado para dar uma pausa no atendimento de público interno das cidades analisadas.

Avançando diálogo, surgiu, sem filtro, a pergunta de uma agente do sexo, entre uma cisgênero e outra transgênero, “você tem pau, né?” e, recebendo-se a afirmativa, deu-se indícios de um tipo de atendimento específico. Reclamando-se de um cliente, constantemente chamado de “velho”, passou-se o contato deste à agente do sexo transgênero, uma vez que este parecia apreciar a penetração, algo que não se mostrou de agrado da agente do sexo cisgênero que necessitava de objetos sexuais para esse atendimento. Como agradecimento, outro contato de cliente foi trocado com naturalidade, como faziam as crianças de gerações mais antigas que trocavam figurinhas repetidas ou de personagens que não fossem de seu agrado. Quando se perguntou porque simplesmente não cessasse o atendimento a este cliente em específico, recebeu-se como resposta que isto poderia deixá-la mal falada na profissão.

Ademais, as razões relatadas para o não fornecimento das respostas para as entrevistas deu-se por motivos diversos. Alguns desses agentes do sexo verbalizaram vergonha em disponibilizar entrevista pela prática desempenhada e receio de serem descobertos – tanto pela família quanto para figuras ditas como intelectuais, como a comunidade acadêmica que produz e consome esse estudo. Alguns também pareceram desconhecer a regulamentação da prostituição, acreditando em uma suposta ilegalidade que deveria manter sua atividade em ocultamento social – apesar das afirmações que apontam sua negativa, tais como o documento da CBO já debatido. Um agente do sexo masculino em específico narrou constrangimento pois, apesar do atendimento à homens, reconhecia-se como heterossexual.

Todavia, apesar da soma dos discursos recebidos, não se excluí a possibilidade de desempenho de práticas ilícitas juntamente à prostituição, tais como o proxetanismo, devido a esses agentes do sexo vincularem-se à ambientes de prostituição, que justifiquem o receio dessas figuras para com o andamento do trabalho de forma participativa. Segundo Mello (2019, p. 38), em seus

estudos, também se constatou que “as zonas de prostituição passaram a ser o palco de várias disputas entre os territórios onde o trabalho sexual era desenvolvido e o ‘tráfico de drogas’ era exercido” e Tavares (2014) alega como a ilegalidade da cafetinagem muitas das vezes contribui na introdução à carreira do crime. Lobo e Sampaio (2016) também avançam ao afirmar que o contexto de marginalidade da prostituição propicia as atividades criminais – inclusive incentivada por clientes, segundo uma das participantes dessa pesquisa que afirmou se recusar com a solicitação do uso de drogas no programa.

Batista (2010, [s.d.], [n.p]), enfatiza “a cidade entendida aqui como palco de desigualdades sociais, de vivência, e mais ainda, de sobrevivência”. A mecânica das criminalidades deve-se a um conjunto de fatores, segundo Chagas, Silva e Silva (2014) e se mostram pela aceleração do processo de urbanização concentrada, fortalecido também pelo entendimento de que o território é um reflexo de diversas variáveis sociais. Nesse sentido, vale-se destacar que a prostituição nas cidades observadas se deu em localidades com maiores concentrações de objetos geográficos que remetam ao urbano, o que pode correlacionar com a afirmação.

Teixeira (2012, p. 87) apresenta que “até meados dos anos 60, constituía a prostituição, ou ainda o conjunto de atividades que a partir dela se estabeleciam, a economia criminal urbana por excelência no contexto da cidade”, podendo-se predominar agenciamentos que possibilitem condutas criminais.

Fora isso alguns agentes do sexo também se apresentaram como GPs ou prostitutas (as), sendo pessoas cisgênero ou trans¹⁹, embora, todavia, também demonstraram resistência em responder as perguntas da entrevista, narrando que não se sentiriam bem – o que pode trazer como questão como as práticas podem dar-se pela necessidade financeira, distanciando-se do orgulho pelo motivo da conquista do dinheiro devido suas vias de aquisição, e pela aceitação de direcionamento de estigmas à sua atividade. Todavia, notou-se cooperatividade em narrar os eventos comuns da atividade e de localidades de prostituição de rua, mostrando como talvez a formalidade produzida por um roteiro de entrevista afasta os contatos com esses agentes.

Outra territorialidade a ser citada foi o receio da conversa gravada. Pareceu que, para os agentes, a voz seria um indicativo de sua identidade, levando-nos a crer que, para eles, as cidades de Aquidauana e Anastácio possuem uma população local onde todos se conhecem. Além disto,

¹⁹ A escolha do termo trans deu-se para o englobamento de pessoas que possuam a identidade transexual, transgênero e travesti.

notou-se como esses agentes do sexo demonstraram maior interesse de diálogo por áudios pelo WhatsApp e em locais de pouco movimento, o que corrobora com a fala de alguns agentes que afirmaram que em algum momento da pesquisa, estar com a pesquisadora seria um indicativo de realização de programa por algumas pessoas, bastando a companhia para expô-los como agentes do sexo.

Ao perceberem que acreditavam que estar acompanhado (a) da pesquisadora faria outros agentes do sexo identificá-los, fornece-se indicativo que se há, em Aquidauana e Anastácio, uma teia relacional informal entre esses agentes para citarem a pesquisa entre eles, inclusive aqueles que não foram indicados para prestação de relatos informais ou de realização de entrevista semiestruturada.

Um termo recorrente nas frases dessa recusa foi “somos gente difícil”, com os agentes do sexo se auto intitulando dessa forma ou referindo-se à colegas que desempenham a mesma prática. Como continuidade da justificativa, houve-se breves comentários como “você sabe, dá medo de alguém ler isso” ou “elas se protegem, elas mesmas e entre elas, entende?”. A desculpa forneceu a hipótese de necessidade de não se sentirem confortáveis em serem descobertas para além dos clientes, bem como as relações de irmandade pontual entre esses sujeitos que se protegem de possíveis perigos da identificação das identidades para além dos agentes já imersos na prostituição, que configura uma teia de conectividade de agentes desses dentro de um território.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, credibilizou-se essa postura com difícil acessibilidade aos seus agenciamentos. Muito em conversas informais ouviu-se narrativas de agentes do sexo ameaçados em terem sua identidade revelada aos familiares em brigas pessoais. Um outro acontecimento que remonta aos estigmas propagados foi notado ao tomar conhecimento de que a pesquisa era questionada em sua cientificidade, categorizando-o como uma mera produção de “catálogo de putas”, inclusive por outros sujeitos de Universidade – o que corrobora com o desconforto dessas figuras em talvez serem desnudados pela comunidade acadêmica.

A afirmação de que o trabalho remonta uma catalogação de putas remete à um momento informal que também vale ser destacado na pesquisa. Em momento onde ainda não se havia uma aprovação pelo Comitê de Ética, muito pela incipiência da pesquisa, conhecemos uma figura universitária e facilitadora para com os agentes do sexo que, no começo, de forma indireta, auxiliou na estruturação do trabalho. Todavia, em um momento de evento no campus da Universidade,

apresentou-se parte da questão histórica do surgimento da prostituição. Mesmo sendo de outro curso, essa pessoa participou do evento na condição de ouvinte, pela obtenção de horas.

Quando iniciou a apresentação do trabalho em questão, ela, muito familiarizada com a questão dos estigmas, notou certo esvaziamento da sala. Ao se locomover aos corredores, na mesma direção do grupo de acadêmicos que se retiraram do ambiente, ouviu-se comentários sobre a pesquisa, sobressaindo o termo catálogo de putas.

Destaca-se também o caso pontual de uma outra agente do sexo do gênero feminino que não chegou a ser entrevistada, prestando apenas relatos informais. Houve, no começo do trabalho, o desenvolvimento de práticas de companheirismo, onde afirmava animação em poder falar sobre os casos e, segundo ela mesma, ser ouvida para além das máscaras utilizadas para os atendimentos. A agente inclusive destacou leitura de livros de psicologia e de autoajuda para o entendimento de como lidar com outros indivíduos – narrando as vezes ser somente um corpo silencioso para uns e uma pessoa que humanizaria os clientes que a procuravam pela escuta para outros.

Por outro lado, a agente mostrou-se incomodada pela pesquisa possuir orientação de um professor do sexo masculino, afirmando que não queria a exposição de sua identidade a alguém desse gênero. A condição de repulsa, todavia, não se deu necessariamente ao gênero masculino. O receio desta agente deu-se pelo fato de atendimento à um público masculino, mostrando intimidação pela possibilidade de que o orientador desta pesquisa fosse na verdade um de seus clientes ou que, ao vê-la, posteriormente se tornar um.

Inclusive essas manifestações foram presenciadas na moradia dessa pessoa que mostrou presentes recebidos de seus clientes, tais como chocolates na época de festividades de Páscoa, dados por seus clientes de Miranda, sendo tantos que alegou a necessidade de doar alguns uma vez que não daria conta de consumi-los sozinha. Embora a agente do sexo não tenha aceitado conceder uma entrevista formal, ela foi muito importante na condição de informante nos fornecendo inúmeras respostas, sendo por intermédio dela que se deu os primeiros conhecimentos de pontos de prostituição e de suas relações. Todavia, apesar das conversas informais ocorridas que ilustraram as territorialidades, vários foram os motivos pelo qual a entrevista não ocorreu, mas que também permitiu o levantamento de hipóteses acerca dos fatos.

Decorrente à fala acerca da capacidade de ouvir os clientes, notou-se como as territorialidades agregaram novos comportamentos nos agentes de modo a atender uma demanda de necessidades, não somente o sexual, mas agora também o afetivo. Acerca disso Hamann et al

(2020, p. 76) definem que “o jogo sensível e delicado da boa escuta como atributo profissional fazia com que essa particularidade do trabalho fosse função de um profissional”, qualificando o agente do sexo como um agente construtor de relações.

Em algumas épocas, segundo ela, eram quase impossíveis dessas entrevistas ocorrerem, sobretudo com festas locais que diminuam consideravelmente sua disponibilidade, mostrando como a prostituição nas cidades ocorrem com maior acentuação em momentos específicos. A jovem também narrou atender em Miranda e, conforme a solicitação de seus serviços via WhatsApp e outros aplicativos de comunicação instantânea, sua mobilidade devia ocorrer quase que seguidamente.

Também foi narrado o recebimento de dinheiro para que se mostrasse apresentável, tendo clientes que pagavam determinados procedimentos em salão e compras de roupas e lingerie antes de vê-la, como um valor não incluso ao do estipulado por um programa, mostrando como alguns agenciamentos e a corporalidade se mostram indispensáveis para determinados clientes, que também influenciam nos valores solicitados na realização desses programas. Todavia, esses valores não foram revelados.

Entretanto, percebeu-se uma certa diferenciação ocorrida entre turismo sexual e a prostituição de rua realizada por agentes do sexo de Aquidauana e Anastácio, remetendo que, uma vez que o cliente não se fixa necessariamente nas cidades de moradia destes agentes, não é preciso que a territorialização se adapte em camuflar a atividades nas ações urbanas comuns, podendo-se, portanto, possuir atendimento com uma figura mais “produzida” e com corporeidades ditas como mais sensuais.

Além disso, narrou-se que a prioridade era a prostituição do tipo de turismo sexual, com ela própria deslocando-se, tendo clientes frequentes no município já citado. Todavia, caso houvesse a necessidade financeira, a prostituição poderia ocorrer em ruas de Aquidauana e, somente se o cliente a levasse em veículo particular, em Anastácio – mas isto por fatores pessoais por possuir residência em Aquidauana. Entretanto, não narrou constrangimento no descobrimento de sua atividade, pois afirmava que todos sabiam, inclusive sua esposa e mãe, mostrando que era essa a forma que sabia ganhar dinheiro e não voltaria a depender financeiramente de terceiros. Entretanto, o contato com a agente deixou de ser realizado após a própria adquirir outro trabalho e não querer mais ser remetida à prostituição, fato este respeitado.

Fatos relacionadas a tentativa de realização da entrevista apontaram evidências de conflitos territoriais nas ruas de Aquidauana, uma vez que algumas entrevistas foram desmarcadas em decorrência de indisponibilidade física após a informante ter se envolvido em brigas com outras agentes do sexo em razão da disputa territorial. Ao utilizar o território de outros agentes do sexo, por não ter um ponto estabelecido no município em questão, o acontecimento marcava-se por brigas e confrontos físicos.

Outro fato que remete a apropriação territorial se deu após a pesquisadora ser advertida de que a pesquisa não seria bem recebida em alguns espaços, alegando que não se sentiriam seguras em serem entrevistadas por uma pesquisadora do sexo feminino e com idade semelhante a delas, receando falarem sobre a localização dos pontos de prostituição, com medo de que a pesquisa, fosse na verdade, um pretexto usado para se apropriar dos pontos em momento oportuno de modo que a pesquisadora fosse se apropriar deles para exercer a atividade da prostituição. Alguns desses discursos foram mais enfáticos ao dizer que poderia haver a manifestação de violência caso isso ocorresse, mostrando que as estratégias fossem bem delimitadas – enquanto incentivam a entrada de clientes, inibem, se preciso com uso da força, a entrada de concorrência, estabelecendo fronteiras simbólicas e reafirmando domínio para além de ameaças, tal como ocorrido com a agente do sexo recém citada.

Outra dificuldade na participação desse estudo deu-se pelas comunicações com os donos das casas noturnas bem como de bares com incidência de pontos de prostituição, em Aquidauana e Anastácio. Majoritariamente composto por homens, com administração também mútua entre marido-esposa e filho-mãe, com destaque nas figuras masculinas, percebeu-se máscaras de cooperatividade nos discursos que afirmavam “vou falar com as meninas, viu, aí te falo”. Porém dentro de um intervalo de tempo procurava-se descobrir se “as meninas” aceitaram compor esse trabalho, ouvindo-se que esqueceram, mas que “até hoje à noite te dou um retorno, prometo”. Estendeu-se os discursos por um intervalo de tempo até notar-se que o discurso era uma prática de autopreservação.

Além disso, observou-se como que a dificuldade de penetrar seu cotidiano também se dá pelas suas territorialidades que reafirmam uma postura inacessível, que não deixa de ser uma forma de demonstração de seu poder em relação ao seu território. Embora também se evidencia a necessidade de afirmar que o conhecimento da prática é de fácil acesso aos cidadãos comuns, uma vez que se percebeu como grupos de indivíduos com características diversas puderam recomendar

sujeitos como agentes do sexo bem como pontos que manifestasse a atividade, constatando-se que, apesar da criação de inacessibilidade emocional do seu íntimo, suas práticas não se mostram de forma tão velada nas cidades em questão, possivelmente devido à sua pequena e concentrada população.

Esse conhecimento de agentes do sexo por indivíduos não anexados no meio mostra a amplitude da difusão da informação em contexto de cidade pequena, o que também pode ir de encontro com esse receio em mostrar-se como sujeitos de uma pesquisa. Todavia vale ressaltar o interesse de alguns desses agentes em expressarem que se viram humanizados para além de um corpo, ao serem vistos como impactantes numa dinâmica urbana, embora o receio tenha se mostrado presente ao não quererem a possibilidade de instigar vergonha em seus parentes ao fornecer entrevista ao trabalho.

Entretanto, esses sujeitos parecem ter uma certa fluidez nas cidades, apesar dos estigmas, uma vez que, por parte da população local, ouviu-se discursos como “em época de festas na cidade, minha agenda é lotada com elas” (de funcionária de salão de beleza), “minha comissão até sobe quando elas recebem para se produzirem” (de funcionária de loja de roupas), “quando saio do trabalho à noite e preciso ir ao mercado, elas já estão lá; mas são bem respeitosas com quem não consome, parece que elas já sabem quem quer ser cliente” (de anônimo) ou “uma vez eu fui chamado para arrumar uma fiação na casa noturna x; minha mulher ficou enciumada mas o pessoal lá dentro foi bem respeitoso” (autônomo de área de elétrica).

O conjunto desses depoimentos mostram-nos dois pontos interessantes quanto a territorialidade. Primeiramente, evidencia o quanto a estética interliga-se na atuação da prostituição, sendo investido propriamente como uma ferramenta de trabalho, que aufere aos agentes a possibilidade de maximização de lucro de seus programas pela importância da corporeidade descrita. Em segundo lugar, demonstra a apropriação de agenciamentos eficientemente manuseados que possibilite que esses agentes do sexo pontuem, quase que certamente, potenciais clientes, não gastando esses códigos àqueles que não adentram de fato esses territórios apesar da mobilidade nas áreas.

Quanto as questões de territorialidade demonstradas conforme o tipo de prostituição, salienta-se como os agenciamentos diferem-se no espaço que passam a representar acesso distinto observáveis pelos sujeitos que permeiam os meios, e não somente conforme as fronteiras estabelecidas, simbólicas e físicas. Um exemplo pode demonstrar-se pelas áreas de comércio

sexuais, traduzidos pelas casas noturnas nas cidades, que possuem territórios múltiplos e efêmeros. Pimentel e Moreira-Gonçalves (2021) atribuem a causa, possivelmente, a entrada e saída esporádica de sujeitos, tanto pelos agentes do sexo quanto pelos clientes.

Todavia ao assumir as cidades de Aquidauana e de Anastácio como um recorte de estudo, compreende-se que a territorialidade produz ações que viabilizam a manifestação de outras atividades ou permanência de sujeitos alheios ao universo no mesmo local, em horário que ocorra a ação, sobretudo na área comercial.

Na prostituição de casa noturna, é possível observar que os agentes do sexo seguem uma dinâmica influenciada pela ideia da comercialização. Por isso, os indivíduos que se encontram neste meio partilham a mesma atmosfera, ou nesse caso o território. Esses pontos em Aquidauana e Anastácio são também associados a boates de entretenimento noturno e, por esse motivo, os agentes agenciam territorialidades que nutrem as características comerciais desses estabelecimentos, não ofertando apenas sexo, mas também lazer e entretenimento.

Por outro lado, na prostituição de rua, geralmente individual, a territorialidade se mostra mais acentuada como forma de garantir o domínio do território e, conseqüentemente, da manutenção da viabilidade de realização da atividade. Muitas vezes, reconhece-se espontaneamente o poder de um agente do sexo em um ponto conforme suas territorialidades. Quando não há o respeito de um agente do sexo para com o outro, conforme sua credibilidade de domínio de um território, geralmente pode-se ocorrer embates físicos como forma de asseverar qual desses indivíduos garantirão sua permanência no referido ponto.

Assim, uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar passam a ser um território durante um certo período de tempo. Isso acontece porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território. Mas para que este território possa existir como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção (Matos; Ribeiro, 1995, p. 63).

Na cidade de Anastácio nota-se uma certa coerência espacial ao, em observações à campo, notar-se como as prostituições de rua encontram-se quase que enfileiradas, nos sentidos de proximidade com Aquidauana, embora, ao afastar-se de Aquidauana, fixem-se nos limites urbanos, uma vez que não há competitividade com a cidade devido seus fluxos, recorrendo à sua própria produção de aglutinação proporcionada pelas rodovias. Já em Aquidauana vale ressaltar que as atividades de prostituição detectadas ocorrem sobretudo aonde há maior fluxo de indivíduos, ou seja, concentradas nas áreas de desempenho do comércio e da avenida de lazer noturno. Além disso, também em Aquidauana, a prostituição de casa noturna parece produzir prostituição de rua

com agentes do sexo estendendo as atividades em sua proximidade espacial, com panfletagem para divulgação do estabelecimento.

O turismo sexual possui a territorialidade mais implícita. Dentro desse, pode-se contar com a mobilidade do cliente, que geralmente aproveita datas festivas ou momentos de grandes fluxos de turistas no município em questão, para utilizar-se da estratégia para envolver-se com os agentes do sexo, e do próprio agente do sexo para encontrar o cliente em determinada cidade. Assim a territorialidade do agente geralmente utiliza das artimanhas em frequentar espaços de fluxo da população com a linguagem corporal que designe sua atividade. Normalmente as territorialidades de primeiras comunicações dá-se em redes sociais, nas verbalizações que concretizem a solicitação do serviço da prostituição.

Tomando conhecimento das territorialidades produzidas conforme os tipos de prostituição, é válido presumir que isso influencie o indivíduo do agente do sexo de como inserir-se nestes meios. A prostituição de casa noturna proporciona um ambiente dito como seguro, uma vez que conta com outros sujeitos que controlam o fluxo de clientes e as transições comerciais, embora, justamente pela disposição de recursos humanos, haja uma divisão dos lucros produzidos, onde apenas uma porcentagem do lucro externo ao sexo é destinada ao próprio agente do sexo. Já a prostituição de rua não há essa questão, uma vez que não há intermediários entre agente do sexo e cliente, embora possa haver maiores manifestações de agressões e produções de estigmas sociais uma vez que a prática não se torna tão velada. Por fim o turismo sexual possui a característica de haver necessariamente a mobilidade de um dos envolvidos, do agente do sexo ou do cliente, e a exposição visual à sociedade do agente pode ou não ocorrer.

Dessa forma, pontua-se como as ações que concretizem as territorialidades requerem, necessariamente, um território – até mesmo nas solicitações por aplicativos que denotam um território digital. Por isso, o território pode ser compreendido como uma área onde ocorra a apropriação do espaço geográfico, alinhado às relações de poder que propiciem a delimitação de fronteiras, físicas ou simbólicas, que enfim trazem a transformação do espaço geográfico em território, uma vez que “um lugar antes de ser uma fronteira, identificado por uma rede de lugares sagrados cujas fronteiras não são linhas” (Medeiros, 2009, p. 218). Então, no caso do território da prostituição, pode-se compreender que os agentes das territorialidades que exprimem poder do recorte são designados neste trabalho como agentes do sexo.

Por esse motivo, um território nem sempre pode ser objetivamente delimitado, uma vez que a possibilidade de difusão espacial dos cidadãos pode promover múltiplas dimensões e, justamente por esse motivo, o território deve ser compreendido como um espaço onde é desempenhado interações ou territorialidades, entre um grupo que encontre, numa área, estabilidade em sua localização. Um exemplo de território não localizado é através das trocas de formalidade de contratação do sexo por vias de redes sociais ou de aplicativos de comunicação instantânea.

Na prostituição de rua, o agente do sexo pode, de certa forma, optar por definir o espaço onde irá desempenhar sua atividade, embora, na maioria dos casos, o indivíduo deve pensar estrategicamente onde fixar-se para maximizar seus lucros. Por esse motivo, percepção-se como esse tipo de prostituição, nas cidades estudadas, fixam-se onde há expressividade de comércio, de rotatividade de fluxo de pessoas e de passagens que interliguem Aquidauana e Anastácio e as próprias cidades a outros municípios. Por fim, a prostituição de casa noturna impõe para o agente a localidade onde irá se desdobrar a atividade, uma vez que a casa é destinada ao conjunto de territorialidades que permitam sua manutenção, sendo em Aquidauana nas proximidades de divisa municipal com Anastácio, para atendimento de ambos os públicos, e em Anastácio com proximidade de rodovia, para atendimento de clientes em estado de mobilidade e sobretudo advindos de outros municípios.

Com o levantamento das pontuações, surge então a pergunta: a territorialidade modela o espaço urbano, em cidades pequenas? Em Anastácio notou-se que a prostituição de rua se encontra organizados de forma coerente ao procurar seus limites territoriais. Com proximidade com sua cidade vizinha de Aquidauana, sobretudo em proximidade com a ponte que interliga ambas, há uma formação de “passarela” da atividade, como rastros para induzir o consumo da indústria do sexo também na cidade, com os agentes do sexo travestis mais distantes, especificamente nos postos de gasolina próximo às rodovias, influenciando no barateamento de seus preços. Nesta lógica de estratégia espacial de fixação, pelas facilidades geográficas, residentes de outros municípios são mais propícios a consumir a prostituição em Anastácio do que em Aquidauana.

Assim, pode-se afirmar que os territórios da prostituição podem ser influenciados conforme a dinâmica a qual se insere. Por isso, a preferência dos clientes pelas procuras de prostituição de rua e de casa noturna, turismo sexual ou pelos ambientes virtuais, pode se dar conforme a observação essas necessidades traduzidas no dinamismo, sobretudo no que envolve os

desejos do cliente. Ou seja, a expansão ou fragmentação de um dos meios citados pode dar-se pela necessidade de sigilo e condições econômicas do sujeito pagante. Silva (2017, [s.d.]) fortalece a discussão explicitando que “cada ponto possui configuração própria quanto à organização e ocupação, principalmente pela localização o que confere dinâmicas diferenciadas das relações de poder e de auto segregação”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender o fenômeno da prostituição, percebeu-se que, em primeiro momento, mostra-se necessário investigar seu surgimento histórico e evolução de sua configuração para entender a complexidade carregada por sua formação. Assim, torna-se possível dimensionar o alcance relacional que a formação de um território com essas características imprime num espaço urbano.

Ao estudar a territorialização da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio, é preciso ter em mente que as dinâmicas urbanas exercem influência nas estratégias locacionais de fixação – além do desejo dos clientes pelo tipo de perfil do agente do sexo que condiciona uma espacialização específica. Mesmo que, ao aglutinar os sujeitos num único arcabouço teórico, conceituando-os como agentes do sexo, tem-se a percepção que suas características enquanto mulheres, homens e travestis proporcionam-nos uma territorialização distinta, inclusive podendo-os desmaterializá-los em territórios virtuais.

Sendo assim, surge nesse trabalho a seguinte questão central: a territorialização de espaços destinados à prostituição, em cidades pequenas, pode exercer influência na dinâmica urbana? Isto é, quais as consequências aos espaços apropriados pela atividade da prostituição em cidades pequenas? Há alteração da função espacial? Dessa forma, notou-se que a atividade da prostituição não concorre com a depreciação espacial nas áreas centrais de Anastácio e de Aquidauana.

Um apontamento que sustenta essa hipótese dá-se pela observação do espraiamento da prostituição na Avenida da Integração, em Anastácio – que interliga Aquidauana, a própria cidade de Anastácio e a BR-262 – e que nada interfere em dinâmicas espaciais e em sua valoração espacial, uma vez que torna-se facilmente observável zonas comerciais como pet shop, restaurante e mercados (dentre eles, o maior da cidade) e com concentração populacional de indivíduos que trabalham nesses estabelecimentos em horário comercial. Já em Aquidauana, destaca-se a Avenida Dr. Sabino do Patrocínio, conhecida localmente como Avenida Pantaneta, onde concentra-se, sobretudo, conveniências e auto postos. As mobilidades produzidas na área, que representam zonas de condensação (Santos, 2007) que nada interferem nos movimentos perceptíveis na localidade.

Todavia, a espacialização do fenômeno em Aquidauana e Anastácio, enquanto cidades pequenas, apresentam fenômenos semelhantes aos pesquisados em cidades grandes. Nesse caso, vale-se destacar os estudos de Andrade e Teixeira (2004) em Belo Horizonte/MG que apresentam

a informação que a prostituição feminina, de travestis e de michês organizam-se espacialmente, sobretudo, em partes baixas do centro da cidade, estendendo-se de maneira espreiada pelo município, onde os autores também trazem que o tipo de localização interfere nos valores cobrados por programas, sendo as paisagens marginalizadas com a maior desvalorização do preço da atividade.

No caso da prostituição de rua na cidade de Aquidauana, os agentes do sexo, especialmente as mulheres cisgêneros, fixam-se com proximidades em áreas que possuam fluxo de pessoas, expandindo assim uma possível cadeia de clientes. Nessas áreas percebe-se, quase de forma majoritária, que as agentes do sexo desempenham a função de alternante, ou seja, que estabeleçam territorialidades múltiplas ao incentivarem a venda de bebidas alcoólicas dos comércios fixados na área em questão, como um código semântico que objetiva o flerte. Assim, os desdobramentos da territorialidade são condicionados de forma a atingir o objetivo da venda do sexo, quase de forma semelhante à de um comerciante que induz seu cliente.

Além dessas, observa-se que a ocorrência dos primeiros contatos de prostituição muitas vezes não se restringe a um espaço físico, podendo ocorrer virtualmente, como foi o caso da prostituição masculina – neste caso, ressalta-se como a desmaterialização da prática foi amplamente apontada pelo perfil dos clientes que são considerados tradicionais na teoria, pois não expressam interesse em serem descobertos.

Com a difusão de redes sociais e outros meios como aplicativos de comunicação, sobretudo do WhatsApp e outros aplicativos de comunicação instantânea, facilitou-se o contato com as figuras de agentes do sexo, categorizando-a como uma pessoa-mercadoria. Inclusive, as políticas de interação entre agente de sexo e cliente, gerou uma nova instrumentação desses contatos proporcionando uma ilusão à segurança.

A prostituição masculina aparenta haver um predomínio de uso de territórios digitais. Conversando com esses agentes do sexo, viu-se uma naturalidade de discursos que justificam que homens (clientes) não querem ser vistos com homens (agentes do sexo), uma vez que os cidadãos foram repetitivamente denominados como conservadores, ao menos em seus aspectos visíveis, em decorrência dos valores sociais predominantes, sobretudo em cidades interioranas/menores. Os aplicativos, sobretudo o Grindr, foi comparado à um cardápio, sendo, inclusive, denominado como iFooda (em referência ao aplicativo de delivery). As territorialidades expressam-se sobre uso de

determinados marcadores nas biografias do aplicativo e do rumo das conversas para negociação e encontro.

Ao tratar especificamente o caso da prostituição travesti, percebeu-se como seus territórios espraíam-se, não apresentando concentração das atividades, recorrendo às suas periferias espaciais. Isto, em acréscimo aos relatos informais, servem o diagnóstico que o perfil de clientes de Aquidauana, Anastácio e cidades vizinhas parecem haver o interesse em não trazer resquícios espaciais dos encontros com essas agentes, encontrando-as em proximidade com saídas das cidades, sobretudo em rodovias, já levando-as para hotéis/motéis. Espacialmente, viu-se como esses territórios trazem características de constantes movimentações com pouca fixação, o que não parece evidenciar o cliente ou até mesmo seus veículos, uma vez que, pela velocidade produzida por veículos automotores, em consonância com a função social das rodovias, mesmo que flagrados, o vislumbre com a agente do sexo travesti traria o vislumbre de uma silhueta dita como feminina, não afetando a suposta masculinidade. Por este motivo, a prostituição travesti, diferente da prostituição masculina, ainda recebe territórios físicos.

Assim, ao retomar a hipótese de que a prostituição parece exercer influência nas dinâmicas urbanas das cidades estudadas, constata-se certa veracidade pelas observações que apontam uma leve concentração de cidadãos, sobretudo de homens no aspecto de clientes, sobre os territórios da prostituição. Além disto, as territorialidades também parecem relacionar intimamente com os objetos geográficos dispostos nos territórios em questão – tal como o apontamento específico de que alguns semáforos servem como indícios de interesse de contato com esses agentes do sexo.

Isto mostra-nos, portanto, uma inteligência não somente da apropriação espacial, como um zona de concentração, mas também um bom uso dos elementos urbanos constituintes, apontando que o espraíamento da prostituição, sobre contextos de centralidades e periferias, mostra que a territorialização da prostituição em Aquidauana e Anastácio não é um fruto da aleatoriedade e sim de um domínio de entendimento das dinâmicas urbanas e perfil espacial dos clientes sobre a territorialização destes agentes do sexo.

Com isto, pode-se considerar a possibilidade deste estudo em provocar a continuidade da temática em contexto local. Dito isto, cita-se como torna-se um consenso entre os geógrafos a complexidade carregada na definição do que vem a ser o espaço geográfico. Todavia sobressai-se o entendimento de que o objeto de estudo possibilita relações existentes sobre seu meio. Com o

desenvolvimento deste trabalho, percebeu-se, muito fortemente, como o espaço geográfico, sobretudo o urbano neste caso, carrega um palco das relações humanas, e, assim, as localizações se tornam estratégicas.

Entender essa potencialidade do espaço geográfico foi o que trouxe diferentes tipos de territorialização por agentes com características distintas, mesmo que ao exercer a mesma atividade. Neste ponto, instiga-se: por que diferentes corpos possuem diferentes tipos de acesso à cidade? Como os territórios virtuais podem vir a substituir as relações humanas em termos espaciais? Por que certa camada da população é limitada à esta opção como uma única possibilidade?

Destaca-se, por fim, que se notou como não se há um planejamento urbano deficitário, ao contrário: grupos específicos são segregados para às marginalidades espaciais, dificultando-os o acesso. Todavia, ainda sim, vale-se citar a observação amplamente pontuada neste trabalho sobre a capacidade de centralidade de agentes marginalizados, neste caso dos agentes do sexo, na produção dos dinamismos do espaço urbano. Com isto, reforça-se como as territorialidades e territorialização se tornam conceitos indissociáveis enquanto estuda-se a espacialidade da prostituição nas cidades estudadas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/pGw4Y>. Acessado: 17 ago. 2023.
- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004. p. 23-70. Disponível em: <https://link.ufms.br/9pOMK>. Acessado: 20 nov. 2023.
- ALCÂNTARA, Jean Moreira. **Territórios invisíveis: territorialidades dos garotos de programa na área central de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Mestrado em Geografia. Manaus, AM, 2009. 127p. Disponível em: <https://link.ufms.br/S4L11>. Acessado: 29 ago. 2023.
- ALHO, Cleber José Rodrigues. O significado socioeconômico do turismo na natureza: o Pantanal diante das normas reguladoras do Estado. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 769-786, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/5LQ8N>. Acessado: 23 out. 2024.
- ALHO, Cleber José Rodrigues; MAMEDE, Simone Batista; BENITES, Maristela; ANDRADE, Bruna da Silva; SEPÚLVEDA, José Julian Orjuela. Ameaças à biodiversidade do Pantanal brasileiro pelo uso e ocupação da terra. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/PO9kv>. Acessado: 23 out. 2024.
- ALMEIDA, Gil Derlan Silva; LOPES, Sebastião Alves Teixeira. **Sobre as deusas, putas e odiadas: a presença da prostituta em Cais da Sagração de Josué Montello**. Afluente, UFMA/CCEL, v. 5, n. 15, p. 77-95, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/sEeHR>. Acessado: 27 nov. 2023.
- ALVES FILHO, Nielson José. **Levantamento dos fatores sócio-econômicos determinantes da prostituição feminina em Salvador-Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. 77f. Disponível em: <https://link.ufms.br/f2WON>. Acessado: 8 jan. 2024.
- AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lígia Maria. Agenciamento e análise de domínio: um encontro possível. **Informação & Sociedade (UFPB Online)**, v. 27, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/ykxKD>. Acessado: 28 out. 2024.
- AMPARO, Gabriela Albino do. **Trabalhadoras do sexo a conformação mercantil da sociedade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Baixada Santista, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Santos, SP, 2020. 161p. Disponível em: <https://link.ufms.br/59Mi9>. Acessado: 28 ago. 2023.

AMPARO, Sandoval dos Santos. Agenciamentos Territoriais e Regimes Sígnicos em Deleuze & Guattari: Geograficidade, performance e subjetividade. **Revista Pandora Brasil**. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/59Mi9>. Acessado: 1 fev. 2024.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. (2004). A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, 11, p. 137-157. Disponível em: <https://link.ufms.br/Bq2Zm>. Acessado: 6 mar. 2023.

ANDRADE, Tabita Marquete. **Prostituição em Franca/SP: um pretérito imor(t)al?**. 2022. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política) – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/LPXFk>. Acessado: 1 fev. 2024.

AQUINO, Priscila de Souza; NICOLAU, Ana Izabel Oliveira; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Desempenho das atividades de vida de prostitutas segundo o Modelo de Enfermagem de Roper, Logan e Tierney. **Revista Brasileira de Enfermagem**. REBEn. Brasília, 2011. Jan.-fev. 64 (1). p. 136-144. Disponível em: <https://link.ufms.br/AKoWe>. Acessado: 24 set. 2022.

ARAÚJO, Luana Bruna de; BANDEIRA, Maria Ceci Leal; SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. Prostitui o de luxo: gênero, trabalho e sociabilidade na cidade d Belém. **Revista Pegada** – vol. 16, n. 2. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/zutb0> . Acessado: 24 out. 2024.

ARAÚJO, Taynara Mirelle do Nascimento. **Ninho Cearense**: a a o pastoral nas zonas de prostitui o durante a Ditadura Civil-Militar (Fortaleza, 1960-1980). 2021. 235f. Disserta o (Mestrado em História) – Programa de Pós-Gradua o em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/wwl5Z>. Acessado: 19 mar. 2024.

BALLOUTE, Samuel Rivetti Rocha. O caráter laboral da prostitui o e a necessidade de sua regulamenta o. **Revista Vertentes do Direito**, v. 10, n. 1, 2023, p. 356-389. Disponível em: <https://link.ufms.br/O0nmU>. Acessado: 18 mar. 2024.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo cultural e patrim nio: a memória pantaneira no curso do Rio Paraguai. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 117-140, 2003. Disponível em: <https://link.ufms.br/hVb1R>. Acessado: 17 out. 2024.

BANUTH, Raquel de Freitas; BARBOSA-FERREIRA, Francirosy Campos. Entre o Dinheiro e o Prazer Sexual: Uma Análise Antropológica Sobre a Sexualidade e Afeto em uma Casa de Prostitui o em Ribeirão Preto. **Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP [Online]**, 16. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/AAXZX>. Acessado: 18 jul. 2023.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. Corporeidade e epistemologia. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, 14 (1), p. 112-135, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/3UwoK>. Acessado: 24 jul. 2023.

BARRETO, Letícia Cardoso; SILVEIRA, Cibele Dias da; GROSSI, Miriam Pillar. Notas etnográficas sobre prostituição masculina em Florianópolis: entre o trabalho, o afeto e a sexualidade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 46, n. 2, p. 511-534, outubro de 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/WfW7Q>. Acessado: 23 nov. 2023.

BARROS, Lídio Fernando Yale Vieira. “**Corpo feito no olho para o olhar**”: contornos da transformação de gênero nas experiências das trans-travestir no contexto de prostituição em Araguaína-To. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/dbsOb>. Acessado: 29 jan. 2024.

BASQUEROTTO, Bárbara Magalhães Martins Mendanha; ARAÚJO, Joacylanny Silva; COELHO, Viviane Maria da Silva; CAMPOS, Daniela Cristina; MOTA, Kátia Alexandrina Matos Barreto. (2018). A venda do desejo: A representação social da prostituição. **Referências em Saúde do Centro Universitário Estácio de Goiás**, 1 (01), 20-28. Disponível em: <https://link.ufms.br/iyNOB>. Acessado: 8 abr. 2023.

BASTOS, Douglas Santos. O controle dos espaços e dos corpos: a prostituição e o projeto monárquico de Afonso X. **Veredas da História [online]**, v. 10, n. 1, p. 243-258, julho, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/GIaur>. Acessado: 19 mar. 2024.

BATISTA, Jaqueline Aparecida. **A problemática da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio – MS**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Universitário de Aquidauana, Departamento de Geociências. Aquidauana, MS, p. 58. 2007.

BATISTA, Keila Fernandes. O debate historiográfico acerca da ideia de "prostituição sagrada" no antigo crescente fértil. **Revista Vernáculo**, n. 28, 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/PeV01>. Acessado: 28 dez. 2023.

BATISTA, Ricardo Lopes. O urbano e a paisagem: um estudo das reorganizações espaciais sobre o prisma da criminalidade. In: III Seminário Internacional AMÉRICA PLATINA, **Anais**, 2010, Campo Grande. Identidade, diversidade e as linguagens do território platino. Campo Grande: UFMS, 2010.

BEHR, Ariel. **Território virtual**: a gestão da educação a distância nas perspectivas do tempo-espaço e da sociomaterialidade. 2014. 155f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/wRKSu>. Acessado: 10 out. 2024.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia (UnATI. Impresso)**, v. 17, p. 601-610, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/JeJOt>. Acessado: 29 out. 2024.

BOAES, José Roberto Silva. **Criminologia e prostituição**: o comportamento desviante em análise pela teoria da reação social. 2018. 67f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/49oSZ>. Acessado: 11 jun. 2024.

BORBA, Maria Eduarda Aires Guimarães Figueiredo. **Além do sexo**: realidade da prostituição no Brasil [livro eletrônico]. Goiânia: [s.n.], 2021. (Goiânia: Editora Vieira). 125p. Ebook. Disponível em: <https://link.ufms.br/AgeYJ>. Acessado: 24 nov. 2023.

BORDO, Adilson Aparecido; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da; NUNES, Marcelo; BARBOSA, Túlio; MIRALHA, Wagner. **As diferentes abordagens do conceito de território**. [s.d.]. pp. 10. Disponível em: <https://link.ufms.br/iojTt>. Acessado: 15 out. 2022.

BOTELHO, Stella Maris Nogueira; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Prostituição na adolescência: interfaces com a instituição familiar. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. Brasília (DF), 2004, v. 57, n. 2, p. 198-202. Disponível em: <https://link.ufms.br/ddnBe>. Acessado: 16 jan. 2024.

BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/9pOMK>. Acessado: 4 mai. 2023.

BRANQUINHO, Evânio; DUTRA, Jean. Territorialização da Prostituição Transexual e Travesti em Alfenas/MG. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 201-227, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/8Rkeg>. Acessado: 27 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto – Lei nº 2.48, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. 1940. Disponível em: <https://link.ufms.br/mEr1l>. Acessado: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://link.ufms.br/JBtMg>. Acessado: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/MzDI8>. Acessado: 12 mar. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4.211, de 2012. **Lei Gabriela Leite**. Legislação Federal. Disponível em: <https://link.ufms.br/zCOuM>. Acessado: 11 mai. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.525, de 2023.** Legislação Federal. Disponível em: <https://link.ufms.br/6zORe>. Acessado: 5 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de maio. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/EFuWy>. Acessado: 7 fev. 2023.

BRASÍLIA: **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2002. Disponível em: <https://link.ufms.br/BmNDA>. Acessado em 30 mai. 2023.

BULHÕES, José Ricardo de Souza Rebouças. Prostituição em Debate: Um olhar sobre a Criminalização. In: Colóquio do Museu Pedagógico, IX, 5 a 7 de outubro de 2011, Bahia. **Anais**. p. 2845-2859. Disponível em: <https://link.ufms.br/FHVIf>. Acessado: 21 out. 2022.

CABRAL, Maria Auriane Otávio; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; ARAÚJO, Lana Gomes de. As mulheres sob o olhar da inquisição: crenças e práticas na América portuguesa. In: III Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/CsBl8>. Acessado: 11 jun. 2024.

CÂMARA, Gilberto. **Modelos, linguagens e arquiteturas para banco de dados geográficos.** Tese (Doutorado em Computação Aplicada). 1995. 227f. – Ministério da ciência e tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais. São José dos Campos, SP, 1995. Disponível em: <https://link.ufms.br/s6k5F>. Acessado: 24 nov. 2023.

CAMINHAS, Lorena. A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2020, v. 25, n. 103. Disponível em: <https://link.ufms.br/iRfzJ>. Acessado: 14 abr. 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. **Governo emite alerta de risco para transbordamento do rio Aquidauana.** 16 de março de 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/8yly6>. Acessado: 8 set. 2024.

CAMPOS, Ana Julia Soares de. **Prostituição no Brasil: legislação, direitos, cidadania e o reconhecimento da luta das prostitutas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). 2023. 140f. – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=557138>. Acessado: 22 fev. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**. v. 1, n. 1, 2004, pp. 11-30. Disponível em: <https://link.ufms.br/qHuHS>. Acessado: 18 jul. 2023.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Geograficidades sagradas na Vila Mimosa: um mercado de corpo e de alma? **Geograficidade**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/npYfK>. Acessado: 31 out. 2023.

CARVALHO, André Luiz de. (2024). Aquidauana-MS: Planejamento urbano, moradia e periferia. **Boletim Campineiro de Geografia**, 14 (1), 149-166. Disponível em: <https://link.ufms.br/f9Vp3>. Acessado: 21 ago. 2024.

CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira; PASSOS, Luiz Augusto. Mulheres e travestis em situação de prostituição: experiências fronteiriças abissais que se erguem nas ruas. **Revista Ñanduty**, 7 (11), 190-207. 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/sMOcM>. Acessado: 28 dez. 2023.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; GOULART, Ligia Beatriz. Uma Contribuição à Reflexão do Ensino de Geografia: A Noção de Espacialidade e o Estudo da Natureza. **Terra Livre**. São Paulo – SP: AGB – Marco Zero, 1990. Disponível em: <https://link.ufms.br/br0qx>. Acessado: 26 ago. 2024.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – Corpo como mercado. In: **Mente & Cérebro – Sexo**, v. 4 (edição especial), dez. 2008. Pp. 14. Disponível em: <https://link.ufms.br/4Kkle>. Acessado: 22 out. 2022.

CÉSAR, Flávio Cruz Lenz. **O estado da Saúde e a “doença” das prostitutas**: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor. 2011. 131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/TyuhD>. Acessado: 14 out. 2024.

CHAGAS, Ana Rita. **Denúncia: vídeo mostra políticos de MS em mótéis com adolescentes**. MS Notícias. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/wsUKa>. Acessado: 14 jan. 2024.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, João Márcio Palheta da. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais**. Vitória, ES, 10 a 16 de agosto de 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/OctGx>. Acessado: 23 nov. 2023.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Revista Síntese**. Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011. pp. 55-70. Disponível em: <https://link.ufms.br/Mpw6T>. Acessado: 28 jul. 2023.

CLARINDO, Adriely de Oliveira. **Putas narrativas**: territórios da prostituição e putafeminismo. Dissertação (Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Vitória, ES. 137p. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/9RUf8>. Acessado: 11 abr. 2023.

COLUCCI, Danielle Gregole; SOUTO, Marcus Magno Meira. (2011). Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Revista Geografias**, 7 (1), p. 114-127. Disponível em: <https://link.ufms.br/G4DRP>. Acessado: 27 mar. 2024.

COLVERO, Carolina Appel. **Mulheres na batalha**: performances de gênero em bares com prostituição em Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, 2010. 81f. Disponível em: <https://link.ufms.br/eFD7T>. Acessado: 23 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e Abusos da Cartografia Território. **Revista da ANPEGE**, v. 17, p. 7-21, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/WYLeA>. Acessado: 15 fev. 2024.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo, SP: Atica, 1993. 94p.

COSTA, Bruno Moreira Riani. Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica. **GeoTextos**, vol. 17, n. 2, dezembro 2021. p. 13-36. Disponível em: <https://link.ufms.br/51n8B>. Acessado: 29 jul. 2023.

COSTA, Ramon Silva. **Da prostituição masculina às economias sexuais digitais**: o percurso dicotômico entre o controle do direito sobre as dinâmicas sexuais e a emancipação das práticas econômico-sexuais no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Direito) – Universidade Federal Fluminense, 2017. 74f. Disponível em: <https://link.ufms.br/U1iNK>. Acessado: 7 jan. 2024.

COUTINHO, Luciana Rachel. **Do poder às margens e das margens ao poder**: um olhar geográfico sobre os territórios da prostituição feminina na Av. Conselheiro Aguiar, Boa Viagem – Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2005. 159f. Disponível em: <https://link.ufms.br/jleXW>. Acessado: 27 fev. 2024.

CRUZ, Marcos da Silva. Corpo, virilidade e desejo: agenciamentos enunciativos em duas cenas da prostituição masculina brasileira. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, SP, v. 28, n. 2, p. 45-64, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/Bg4jf>. Acessado: 13 jun. 2024.

CUNHA, Lúcia Alves da. **Prostituição e religião**: A trajetória religiosa de mulheres que praticam a prostituição na região de Santo Amaro – São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2014. 125f. Disponível em: <https://link.ufms.br/KqJI4>. Acessado: 23 fev. 2024.

DAMASCENO, Sabrina André. **Vênus superlativa**: estética, corpo e identidade travesti na prostituição on-line. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. 154f. Disponível em: <https://link.ufms.br/GshGF>. Acessado: 28 out. 2024.

DEL VALLE, Ricardo Mingareli. Territorialidades modificadas: os movimentos de desterritorialização e reterritorialização da prostituição com a Covid-19. **Vivência: Revista de Antropologia**. [s.l.], v. 1, n. 58, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/pxE96>. Acessado: 25 nov. 2023.

DIAS, Felipe Teixeira; PEREIRA, Deborah Marques; CLEMENTE, Carlos Magno Santos. Política Urbana e Função Social: Análise sobre a prostituição praticada na área central de Guanambi/BA. **72ª Reunião Anual da SBPC** – 2020. 4p. Disponível em: <https://link.ufms.br/Icjrm>. Acessado: 19 mar. 2023.

DIAS, Lucas Bernardo. **A prostituição no Brasil**: percursos sobre a regulamentação do métier. 2017. 190f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/rEhEh>. Acessado: 14 out. 2024.

DINIZ, Ana Cláudia Araújo. **Poder e sexo**: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB. 2016. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/i49Fs>. Acessado: 29 out. 2024.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Silenciosas e silenciadas**: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/pwwSx>. Acessado: 14 out. 2024.

DONEL, Pedro. **A regularização da prostituição**. Jusbrasil. 1 de abr. 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/9eVV4>. Acessado: 16 abr. 2023.

DUARTE, Fábio. Democracia no território digital. **Comunicação & Educação**, São Paulo, (14): 27 a 32, jan./abr. 1999. Disponível em: <https://link.ufms.br/90XKC>. Acessado: 23 ago. 2024.

DUPLA, Simone Aparecida. **Imaginário e devoção no culto à deusa mesopotâmica Inanna/Ishtar (2112-1600)**. 2019. 224f. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2019, Maringá, PR. Disponível em: <https://link.ufms.br/UUFqE>. Acessado: 20 jun. 2023.

DURAN, Juliana Nascimento. **Legalização da prostituição**. 21f. 2020. Unicesumar – Universidade Cesumar: Maringá, 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/cgo76>. Acessado: 28 ago. 2023.

DURIGAN, Marlene; MINA, Sandra Regina Nóia. Sujeito, identidade e representação: entre o discurso oficial e a voz de profissionais do sexo e travestis. **Guavira Letras**, v. 4, p. 57-76, 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/nEzDJ>. Acessado: 18 nov. 2023.

ENDLICH, Angela Maria. Cidade pequena. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2017, p. 49-56.

FABIANO, Eulália. **Sexo e poder no cotidiano das ruas**: um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Araraquara, SP. 269p. 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/1GJoV>. Acessado: 11 abr. 2023.

FARIAS, Gislaine Duque de. A prostituição feminina e suas representações sociais no município de Três Lagoas-MS nos anos de 1960. In: **Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamento**. 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/r85ty>. Acessado: 7 nov. 2024.

FARSANI, Danyal; RODRIGUES, Jackeline. Proxêmica e comunicação não verbal na interação em sala de aula. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/3wAik>. Acessado: 29 out. 2024.

FAVALESSA, Fernanda Leonardi; MARIN, Sabrina Lozer. Donas dos seus corpos, mulheres da vida: a prostituição como uma nova narrativa para a liberdade sexual. 2020. **Anais do VIII CIDIL – Tecnologias e Novas Formas de Comunicação: Entre Distopias e Narrativas Contemporâneas**. Disponível em: <https://link.ufms.br/rnAvb>. Acessado: 6 nov. 2024.

FEDOCCI, Cindy Carolina Benedetti. É assim que me vejo, esse é meu trabalho, esse é meu sustento: duas visões acerca da prostituição. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília (DF, Brasil). **Anais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/NRpu7>. Acessado: 10 mar. 2023.

FEIJÓ, Mauricio Eduardo de Vasconcelos; PEREIRA, Jesana Batista. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de Lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 2, n. 1m p. 39-57, maio 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/3Scyz>. Acessado: 23 fev. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançao. Entrando nos territórios do Território. In: FERNANDES, Bernardo Mançao. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: [s. n.], 2013. p. 190-221. Disponível em: <https://link.ufms.br/kG6SJ>. Acessado: 23 ago. 2024.

FORTUNA, Carlos. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 199-214. 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/K1iR2>. Acessado: 29 jan. 2024.

FRAGA, Sarah Elen Rodrigues. **“Joga pedra na Geni” O panorama conflitual da prostituição da mulher no Brasil**: repressão ou promoção? 2021. 62f. – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé – ICM.

Departamento de Direito de Macaé – MDI. Macaé, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/60m26>. Acessado: 27 fev. 2024.

FRANÇA, Marina. Práticas e sentidos da aprendizagem na prostituição. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 325-349, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/rM69i>. Acessado: 22 fev. 2024.

FREITAS, Helio de. **Duas operações federais combatem exploração sexual infantil em MS**. Campo Grande News. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/J3zgc>. Acessado: 14 jan. 2023.

FRIGERI, Renata Aparecida. De Mein Kampf ao Triunfo da Vontade: a representação do trabalho para o ideal nazista. In: V Encontro Nacional de Estudos da Imagem II Encontro Internacional de Estudos da Imagem, 2015, Londrina. **Anais do V ENEIMAGEM II EIEIMAGEM**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015, v. 5, p. 86-104. Disponível em: <https://link.ufms.br/RcDBE>. Acessado: 14 out. 2024.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/J4f5i>. Acessado: 16 mar. 2024.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul. **Anuário 2019**: ano base 2018, dados turísticos do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: FUNDTUR, 2019, 66p. Disponível em: <https://link.ufms.br/jsjSV>. Acessado: 19 ago. 2024.

FUNDAÇÃO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Articulação Nacional de Profissionais do Sexo – ANPROSEX**. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/lpYwU>. Acessado: 14 out. 2024.

G1. **Redes de prostituição em MS aliciam meninas na porta de escolas**. G1, com informações do Fantástico, 2 de agosto de 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/k5DBI>. Acessado: 23 nov. 2023.

G1 MS. **Dois são presos após adolescente de 17 anos ser flagrada em casa de prostituição em MS**. 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/QtEhn>. Acessado: 14 jan. 2024.

GAZOZO, Elbio Rocha; JOIA, Paulo Roberto. Formação socioeconômica e organização espacial de Aquidauana-MS, 1892-1914. **GEOFRONTER**, v. 9, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/gc8ZN>. Acessado: 20 ago. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://link.ufms.br/AxnAu>. Acessado: 26 ago. 2024.

GOMES, Mariana Selister. Dimensões Simbólicas do Turismo Sexual. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <https://link.ufms.br/XVW9c>. Acessado: 7 abr. 2023.

GOMES, Veronica de Jesus. Prazeres ilícitos: a prostituição homossexual protagonizada por padres na Lisboa Seiscentista. In: Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado XIV edição | 2019, 2019, Rio de Janeiro. **Anais** da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado. Rio de Janeiro: PPGH/URFJ, 2019, v. 5, p. 980-996. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/62014459/37-Veronica-de-Jesus-Gomes-120200206-11423-p8o74n.pdf>. Acessado: 19 mar. 2024.

GOMES JUNIOR, João. “Frescos” e “Bagaxas”: apontamentos acerca do discurso médico sobre a homossexualidade e a prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1900 e 1930. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília (DF), Brasil. **Anais** do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. Brasília, 2017. p. 1-11. Disponível em: <https://link.ufms.br/q996b>. Acessado: 27 fev. 2024.

GRUMAN, Marcelo. A Prostituição Judaica no Início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. **Campos** 7 (1): 83-99, 2006. Disponível em: <https://link.ufms.br/e6DTR>. Acessado: 28 nov. 2023.

GUERREIRO, Rita de Pádua Cruz. **Todos os dias à mesma hora**: Experiências dos Técnicos que Trabalham com Mulheres que Praticam Prostituição de Rua. 2018. 19f. – Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/tg3Mw>. Acessado: 24 nov. 2023.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos feministas**, Florianópolis, 13 (3): 525-544, setembro-dezembro/2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/gFq05>. Acessado: 23 nov. 2023.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEOgraphia**, vol. 23, n. 50, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/IDvsy>. Acessado: 22 ago. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e termos. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-205.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, 22 (48). 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/oD647>. Acessado: 7 jul. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, p. 16, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acessado: 29 mar. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2018. 208p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. [3. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2015, 186p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 395p.

HAMANN, Cristiano. (2024). Produção discursiva, norma e regulação na prostituição masculina. **Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, 11, 54-73. Disponível em: <https://link.ufms.br/t83lj>. Acessado: 28 out. 2024.

HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo; ROCHA, Kátia Bones; HENNIGEN, Inês. Marcadores de diferença e produção de si na prostituição entre homens. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 34, 2020, p. 68-89. Disponível em: <https://link.ufms.br/nT0kz>. Acessado: 8 jan. 2024.

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. In: 13 Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 “Transformações, Conexões, Deslocamentos”, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2017**. Florianópolis: IEG/UFSC, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/JTvaq>. Acessado: 14 out. 2024.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-corpo. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/AicDs>. Acessado: 30 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anastácio**. 2022^a. Disponível em: <https://link.ufms.br/FpKVY>. Acessado: 28 jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aquidauana**. 2022^b. Disponível em: <https://link.ufms.br/egC61>. Acessado: 28 jul. 2023.

JESUS, José Welington de. **Entre ruas e redes: transformações e significados da prostituição masculina em Aracaju – Se**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, SE, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/rUVC2>. Acessado: 28 dez. 2023.

JOIA, Paulo Roberto. Bairros das Cidades de Anastácio e Aquidauana: Uma Proposta de Divisão do Espaço Urbano. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS, v. 2, p. 27-32. 2000. Disponível em: <https://link.ufms.br/wxMK6>. Acessado: 28 jul. 2023.

JOIA, Paulo Roberto. Efetividades e possibilidades de industrialização no município de Aquidauana-MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS, v. 19, p. 79-94. 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/upNca>. Acessado: 7 nov. 2024.

JOIA, Paulo Roberto. Origem e Evolução da Cidade de Aquidauana-MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, MS, v. 7, p. 34-49. 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/XJslo>. Acessado: 28 jul. 2023.

JOIA, Paulo Roberto; CARAVASSILAKIS, Adriana Carla de Araújo. Espacialidade dos meios de hospedagem nas cidades de Aquidauana e Anastácio-MS. **Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon Online)**, v. 16, p. 2433-274, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/Lwicr>. Acessado: 21 ago. 2024.

KRAPF, Karla Caillava. **(Des) construindo a prostituição**: considerações psicanalíticas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Departamento de Humanidades e Educação (DHE). Curso de Psicologia. Ijuí, RS. 40p. 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/FR1eE>. Acessado: 28 ago. 2023.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Segurança pública nas fronteiras de Mato Grosso do Sul. In: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; ESPÓSITO NETO, Tomaz. (Orgs.). **Fronteira e relações internacionais**. 1ed. Curitiba: Ithala, 2015, v. 1, p. 213-238. Disponível em: <https://link.ufms.br/RN4qR>. Acessado: 25 out. 2024.

LEÃO, Delfim. Sólon e a legislação em matéria de direito familiar. **Dike Rivista di storia del diritto greco ed ellenistico**, 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/ryzLb>. Acessado: 19 mar. 2024.

LEÃO, Delfim. (2014). Sólon e as normas sobre a prostituição e instituição de bordéis em Atenas. **Boletim de Estudos Clássicos**, (59), 15-21. Disponível em: <https://link.ufms.br/5FxK3>. Acessado: 19 mar. 2024.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. O ritual da prostituição sagrada e a economia em Corinto arcaica. **Proînix**, Rio de Janeiro, 9: 15-24, 2003. Disponível em: <https://link.ufms.br/sVZux>. Acessado: 7 jan. 2024.

LIMA, Fernanda Veloso. **Produção do corpo e produção da cidade**: um estudo sobre os espaços sociais e simbólicos da prostituição feminina em Montes Claros/MG (1940-1970). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros, MG. 136p. 2008. Disponível em: <https://link.ufms.br/oiCBW>. Acessado: 7 abr. 2023.

LIMA, Gabriela Felix Dias; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. A prostituição no contexto dos serviços eletrônicos em Campo Grande-MS: abordagem a partir da geografia. **Anais do ENIC**, 1 (10), 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/I4TFv>. Acessado: 22 out. 2024.

LIMA FILHO, Roberto Cordoville Efrem de. **Mata-mata**: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/MwGBV>. Acessado: 20 nov. 2023.

LOBO, Bárbara Natália Lages; SAMPAIO, José Adercio Leite. A prostituição e a dignidade da pessoa humana: crítica literária e musical à negação do direito fundamental ao trabalho. **Joaçaba**, v. 17, n. 3, p. 913-932, set./dez. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/x38u6>. Acessado: 24 nov. 2023.

LOPES, Natânia. Fabulação auto etnográfica – experiência e posição numa pesquisa sobre “prostituição de luxo”. **Cadernos Pagu [online]**. 2022, n. 65. Disponível em: <https://link.ufms.br/JLkAV>. Acessado: 10 mar. 2023.

LOPES, Natânia. “Prostituição sagrada” e a prostituta como objeto preferencial de conversão dos “crentes”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 37 (1): 34-46, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/j3gpl>. Acessado: 18 nov. 2023.

LOPES, Natânia. Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. **Rev. Antropol.** São Paulo, Online, v. 64, n. 3, USP, 2021. 20pp. Disponível em: <https://link.ufms.br/4kVgq>. Acessado: 12 mar. 2023.

LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira; PASSAMAN I, Guilherme Rodrigues. Os anúncios de prostituição masculina no jornal Correio do Estado (Campo Grande-MS). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 20211, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. **Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos: anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2021, v. 1, p. s/p-s/p. Disponível em: <https://link.ufms.br/9H3Zs>. Acessado: 22 out. 2024.

LÓPEZ, Maricel Mena. Mulheres, divindades, prostituição sagrada e religião 1RS 11, 1-13: leituras desde a hermenêutica negra e feminista. **Mandrágora**, v. 27, n. 2, 2021, p. 51-71. Disponível em: <https://link.ufms.br/YRLbu>. Acessado: 18 mar. 2024.

LUCENO, João Paulo. Ensaio sobre a prostituição: uma leitura do serviço social referente à história desta atividade econômica e a sua legislação. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/Uzq9H>. Acessado: 16 out. 2024.

MACHADO, Juliana Paulino. **Proposta de regulamentação da prostituição no Brasil**: desmarginalização de uma profissão ou institucionalização da cafetinagem? Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito. Florianópolis, SC, 101p. 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/fFvCD>. Acessado: 9 abr. 2023.

MALUF, Sônia Weidner. **Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas**: abordagens antropológicas. Dossiê corpo e história. 2001. Disponível em: <https://link.ufms.br/aanRI>. Acessado: 24 jul. 2023.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. A prostituição na cidade de Assis – SP: Temas atuais sobre prostituição. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/1E9IZ>. Acessado: 6 fev. 2024.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://link.ufms.br/TqEZH>. Acessado: 20 mar. 2023.

MARISCO, Nelson; HOCHHEIM, Norberto. Aplicação de Modelos Econométricos no estudo de preço dos imóveis para as cidades de Aquidauana-MS e Anastácio-MS. In: IX SIMPÓSIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES. 2020. **Anais**. pp. 16. Disponível em: <https://link.ufms.br/EXU1e>. Acessado: 29 jul. 2023.

MARQUES, Jéssica Gabriela Cavichioli. **Casa de prostituição virtual**. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário, Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, SP, 2017. 71p. Disponível em: <https://link.ufms.br/AxGt6>. Acessado: 23 nov. 2023.

MARQUES, Nicole Kira; MANCINI, Lorena Angélica. Turismo sexual: Carnaval, os prazeres da carne. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 7, n. 2, p. 330-358, abril de 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/33491/22947>. Acessado: 12 mar. 2023.

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, 15 (1): 57-79, jan. dez. 1995. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4327/3791>. Acessado: 18 jul. 2023.

MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras: prostituição e imigração. **Cadernos Pagu [online]**. 2011, n. 37, pp. 323-355. Disponível em: <https://link.ufms.br/5uzF4>. Acessado: 24 jul. 2023.

MAZZEO, Veridiana. **Percepção da violência por mulheres em situação de prostituição**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade de Taubaté. Departamento de Psicologia. Taubaté, 2023. 49f. Disponível em: <https://link.ufms.br/SHPTZ>. Acessado: 16 jan. 2024.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 217-227.

MEDEIROS, Elisângela Raquel Pereira. **Prostituição feminina: análise territorial na feira central da cidade de Campina Grande – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Paraíba, Centro de Educação, 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/zOtHm>. Acessado: 7 nov. 2023.

MELLO, Breno Marques de. **Na selva de pedras: as performances de gênero e sexualidade nos conflitos entre prostituição, crime e Estado**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, Mestrado em Ciências Jurídicas, Área de concentração Direitos Humanos. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/3dgmQ>. Acessado: 18 nov. 2023.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo; FRANCISCHINI, Rosângela. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Um ensaio conceitual. **Temas em Psicologia** (Ribeirão Preto), v. 18, p. 140-153, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435013.pdf>. Acessado: 23 fev. 2024.

MESQUITA, Murilo; AZEVEDO, Maria Beatriz Santos; VIEIRA, Laura Beatriz Benício; CASTRO, Adriano Ribeiro de. Mulheres de conforto: uma análise sobre a prostituição na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), **Aurora**, Marília, v. 15, n. 2, p. 109-122, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/9NeAY>. Acessado: 19 mar. 2024.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 28, p. 142-161, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/RUdV9>. Acessado: 23 out. 2024.

MONICA, Eder Fernandes; COSTA, Ramon Silva. Prostituição masculina no Grindr: perspectivas sobre privacidade, consentimento e princípio da não discriminação na Lei 13.709/18. In: I Seminário Internacional sobre Democracia, Cidadania e Estado de Direito, 2019, Ourense. Libro de Artículos: **I Seminario Internacional sobre Democracia, Ciudadania y Estado de Derecho**. Ourense; Niterói: Universidade de Vigo; Universidade Federal Fluminense, 2019, v. 1, p. 149-172. Disponível em: <https://link.ufms.br/SsVWm>. Acessado: 4 nov. 2024.

MONTALVÃO, Sérgio Aguiar. **A Homossexualidade na Bíblia Hebraica – Um Estudo Sobre a Prostituição Sagrada no Antigo Oriente Médio**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo. 177f. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/cg9Eq>. Acessado: 16 out. 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2008. 156p.

MORANDI, Marcos. **Investigados por prostituição de menores em Dourados firmam acordo com a Justiça do Trabalho**. Midiamax. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/5hrgy>. Acessado: 14 jan. 2024.

MOREIRA, Rodrigo Alves. **Prostituição de rua: um problema de saúde pública? Contributos para o seu estudo**. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Universidade do Porto. 83f. Porto, 2007. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7208>. Acessado: 17 out. 2024.

MORETTI, Edvaldo Cesar. **Paraíso visível e real oculto**. A atividade turística no Pantanal. [s.l.]. Disponível em: <https://link.ufms.br/Abyo6>. Acessado: 14 out. 2024.

NAPPI, Flávia Terruggi. **Mapeamento e análise do território de prostituição do centro de São Paulo: uma perspectiva histórica (1770-1970)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. 348f. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/48Zie>. Acessado: 6 fev. 2024.

NASCIMENTO, Daniela Nunes do. **“Ouro negro”: gênero, trabalho e prostituição em Candeias/BA (1960-1985)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, 2014, 211f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27941>. Acessado: 1 fev. 2024.

NASCIMENTO, Geise Teixeira do. **Território e territorialidade travesti/transsexual em Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Três Lagoas, MS, 2015. 83p. Disponível em: <https://link.ufms.br/llPyY>. Acessado: 20 nov. 2023.

NASCIMENTO, Robson Patrick Brito do. **O processo de periferização e violência urbana na Baixada Belenense: Um Estudo Sobre os Agentes Territoriais e os Homicídios no Bairro da Terra Firme nos anos de 2011 a 2019**. 2022. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/EN7GB>. Acessado: 30 jan. 2024.

NAVARRO SWAIN, Tânia. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Revista Unimontes Científica**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 23-28. 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/2uENp>. Acessado: 19 set. 2022.

NEVES, Rita Stamer. **Territorialidades da prostituição feminina no entorno das Av. Farrapos em Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2020. 85f. Disponível em: <https://link.ufms.br/9C0I5>. Acessado: 26 jan. 2024.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *EcoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/YwxRj>. Acessado: 20 jun. 2023.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. Violência racial e prostituição: um debate para além do gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/bAGgE>. Acessado: 28 dez. 2023.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2011, v. 26, n. 75, pp. 89-101. Disponível em: <https://link.ufms.br/UqWqW>. Acessado: 7 jan. 2024.

OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição, exclusão e violência. Estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. In: **II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural. Centro Cultural de Paredesde Coura**, 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/kSIxU>. Acessado: 19 jan. 2023.

OLIVEIRA, Erica Santos; KUKIEL, Éder. Turismo sexual nas águas do Pantanal: o caso da mercantilização sexual em Corumbá-MS. **Revista GeoPantanal**, v. 14, n. 27, p. 259-273, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/5rkn7>. Acessado: 14 out. 2024.

OLIVEIRA, Matteus Freitas de. Novos corpos, novos sujeitos, novos territórios: da multifuncionalidade e multiterritorialidades urbanas às dinâmicas performáticas trans no centro de Feira de Santana-Bahia. In: XXXI Congresso Alas Uruguay 2017, Las encrucijadas abiertas de América Latina, La sociologia en tiempos de cambio. 3 a 8 diciembre, Montevideo, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/w0teP>. Acessado: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Matteus Freitas de. **Princesas do sertão**: o universo trans entre o espelho e as ruas de Feira de Santana-BA. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia. Salvador, BA, 2010. 250p. Disponível em: <https://link.ufms.br/3zmmk>. Acessado: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Do Espaço Fechado ao Espaço Coletivo: o Balé do Lugar em Meio à Territorialidade da Prostituição dos Travestis na Área Central de Nova Iguaçu, RJ. In: Miguel Ângelo Ribeiro. (Org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. 1ed. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002, v. 1, p. 141-159.

OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. **Revista Ártemis**, n. 3, dezembro de 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/78BZL>. Acessado: 28 ago. 2023.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski; GUIMARÃES, Ludmila Vasconcelos; FERREIRA, Debora Pazzeto. Mulher, Prostituta e Prostituição: da História ao Jardim do Éden. **Teoria e Prática em Administração**, b. 7, n. 1, jan/jun 2017. p. 139-169. Disponível em: <https://link.ufms.br/DvAHw>. Acessado: 17 ago. 2023.

ORNAT, Márcio José. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti no sul do Brasil**. (Tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://link.ufms.br/cxMbW>. Acessado: 25 mar. 2023.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/u1xpX>. Acessado: 22 out. 2024.

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 220-231, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/x0NPW>. Acessado: 26 ago. 2024.

PAIXÃO, Alfredo Aguirre da; JOIA, Paulo Roberto. Transporte rodoviário e organização espacial na microrregião geográfica de Aquidauana (MS). **Ciência Geográfica** – Bauru – Ano XXIII – vol. XXIII – (2): Janeiro/Dezembro, 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/iCx1p>. Acessado: 20 ago. 2024.

PAIXÃO, Alfredo Aguirre da; RODRIGUES, Lidiane Perbelin; JOIA, Paulo Roberto. Expansão da área urbana da cidade de Aquidauana/MS: 1966 a 2018. **Revista Pantaneira**, v. 17, UFMS, Aquidauana-MS, 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/hqyNv>. Acessado: 20 ago. 2024.

PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque. **As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR-153 em Araguaína-TO**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/36Xp2>. Acessado: 12 jun. 2024.

PASINI, Elisiane. (2015). Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, (14), 181-200. Disponível em: <https://link.ufms.br/fMKvu>. Disponível em: 14 out. 2022.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; ROSA, Marcelo Victor da; LOPES, Tatiana Bezerra de Oliveira. Prostituição masculina e as intersecções desejantes nas ruas de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)**, v. 35, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/V1E3M>. Acessado: 11 abr. 2024.

PAZZINI, Domila do Prado. **Mercado dos prazeres**: notas de uma etnografia multi situada em espaços de prostituição no interior de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia. São Carlos: UFSCar, 2016. 110f. Disponível em: <https://link.ufms.br/5jetv>. Acessado: 28 dez. 2023.

PEÇANHA, Yuri Marques. **A prostituição no Brasil: uma interpretação do artigo 229 do Código Penal brasileiro de 1940 – A vedação às casas de prostituição e a plasticidade do termo “exploração sexual”**. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito. Rio de Janeiro, RJ, 2021. 162p. Disponível em: <https://link.ufms.br/2CwSG>. Acessado: 21 nov. 2023.

PEDROSO, Vanessa Alexsandra de Melo. Exercício ou exploração? O eterno dilema na prostituição feminina. **Derecho y Cambio Social**, v. 39, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/vY5Ci>. Acessado: 22 fev. 2024.

PENA, João Soares. A prostituição e a Imagem da Cidade de Amsterdã. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 97-128, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/qNdXW>. Acessado: 3 abr. 2023.

PENA, João Soares. **Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã**. 2020. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://link.ufms.br/JoSrr>. Acessado: 9 abr. 2024.

PENA, João Soares. Prostituição em Amsterdã: regulação e dinâmicas de gênero no Red Light District. **Periódicus**, Salvador, n. 18, v. 1, out. 2022 – dez. 2022 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <https://link.ufms.br/YJnb0>. Acessado: 9 abr. 2024.

PENHA, Jardeliny Corrêa da; CAVALCANTI, Sheyla Dayana Coelho; CARVALHO, Simone Barrosa de; AQUINO, Priscila de Souza; GALIZA, Dayze Djanira Furtado de; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **Revista Brasileira de Enfermagem** – REBEn, Brasília, 2012, nov-dez; 65 (6): 984-90. Disponível em: <https://link.ufms.br/RV4y2>. Acessado: 18 ago. 2023.

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Quase 30 anos de geografias prostitutas!. **GEOFRONTER**, V. 9, P. 1-22, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/Etcg9>. Acessado: 13 set. 2024.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos Pagu** (25), julho-dezembro de 2005, pp. 25-54. Disponível em: <https://link.ufms.br/TMdi9>. Acessado: 28 nov. 2023.

PEREIRA, Deborah Marques; DIAS, Felipe Teixeira. Agentes sociais, construção social e política urbana: Uma análise a partir da Prostituição no Centro de Guanambi/BA. **Revista Brasileira De Sociologia Do Direito**, 8 (2). 2021. P. 105-129. Disponível em: <https://link.ufms.br/Ax6x0>. Acessado: 18 abr. 2023.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 117-134. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438-00.pdf>. Acessado: 9 mai. 2023.

PESTANA, Linda S. T. C.; PESTANA, Álvaro C. **Apocalipse, prostituição e economia: a corrupção do cotidiano do mundo greco-romano. Bíblia e corrupção**. [s.d.]. p. 227-242. Disponível em: <https://link.ufms.br/KE3fa>. Acessado: 5 mar. 2023.

PETRILLI, Laslei Aparecida Teles; BORGES, Miria Fernanda Maranhão. Prostituição feminina: de deusas a profanas. **Revista Cereus**, v. 5, p. 112-127, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/nX7ps>. Acessado: 6 fev. 2024.

PIMENTEL, Ivan Ignácio; SILVA, Jeziel Silveira; SILVA, Letícia Gonçalves Marques da. O Medo Urbano e o Protagonismo dos T-lovers no Ciberespaço: O Fim do Território de Prostituição de Travestis no Bairro da Glória? **Geografar Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR**, v. 17, p. 183-207. 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/ORGla>. Acessado: 28 dez. 2023.

PIMENTEL, Juliana Maria Vaz. **Territórios e territorialidade da prostituição em Rosana (SP)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/NtQg3>. Acessado: 17 jun. 2023.

PIMENTEL, Juliana Maria Vaz; MOREIRA-GONÇALVES, Leonardo Giovane. Turismo sexual: aspectos simbólicos sobre o processo de territorialização do agenciamento dos corpos na Vila das Garotas. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 93-118, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/LTJvl>. Acessado: 9 abr. 2023.

PIRES, Júlio Manuel. **O Funcionamento do Mercado: Demanda e Oferta**. São Carlos: Mímeo, publicação 040/90, 1990. Disponível em: <https://link.ufms.br/HQdwR>. Acessado: 22 ago. 2024.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, 1997, p. 83-94. Disponível em: <https://link.ufms.br/SqXIY>. Acessado: 24 ago. 2024.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/R7mzX>. Acessado: 28 nov. 2024.

PRADO JÚNIOR, Valdir Inácio do; AMARAL, Fabrício Borges do; BARBOSA, Ycarim Melgaço. Epistemologia do território: a prostituição masculina em Goiânia. urbe. **Revista Brasileira de Gestão**

Urbana [online]. 2018, v. 10, n. 2, pp. 335-345. Disponível em: <https://link.ufms.br/T1eza>. Acessado em: 18 fev. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Atica, 1993. 269p.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 10-36. Disponível em: <https://link.ufms.br/7YItR>. Acessado: 21 ago. 2023.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo. **Estudo bibliográfico das atitudes e comportamentos ligados à prostituição da Pré-história aos dias atuais**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista. Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara – SP. Araraquara, SP, 281p. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/J3aMo>. Acessado: 28 ago. 2023.

REBS, Rebeca Recuero. Em Busca do Território Virtual: dos Lugares Concretos para os Lugares Virtuais. In: **INTERCOM SUL**, 2010, Novo Hamburgo. XI Congresso de Comunicação da Região Sul, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/33g2F>. Acessado: 10 out. 2024.

REDAÇÃO. **Escândalo de prostituição nos órgãos públicos de Mato Grosso do Sul assusta poderosos, diz cafetina**. Uol, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/qq4Qr>. Acessado: 17 ago. 2023.

REDAÇÃO. **Mulher catarinense é resgatada de prostituição forçada em MS**. Hojemas – Três. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/CAj7Q>. Acessado: 14 jan. 2024.

REDAÇÃO. **Mulher é presa suspeita de tráfico e de aliciar adolescentes para prostituição em Aquidauana**. O Pantaneiro. Disponível em: <https://link.ufms.br/SPB7Y>. Acessado: 18 abr. 2025.

REIS, Amanda Ortelan. **Economia da prostituição**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). – Faculdade de Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade e Atuarias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. 42f. Disponível em: <https://link.ufms.br/N63JA>. Acessado: 7 jan. 2024.

RIBEIRO, Ana Caroline Pinheiro; BORGES, Pedro Pereira; MARQUES, Heitor Pereira. A romantização da prostituição na era digital. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 8-38, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/Br5pI>. Acessado: 28 out. 2024.

RIBEIRO, Maria Goretti. As faces e o significado arquetípico da Deusa na vida e na arte. **Investigações (UFPE)**, v. 21, p. 201-218, 2008. Disponível em: <https://link.ufms.br/txXEX>. Acessado: 18 mar. 2024.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Prostituição Feminina e Turismo na Cidade do Rio de Janeiro. In: Miguel Ângelo Ribeiro. (Org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. 1ed. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002, v. 1, p. 129-140.

RICALDE, Débora; KOTAGI, Eduardo; G1 MS; TV MORENA. **Polícia escuta adolescentes vítimas de rede prostituição que subornou meninas com viagem de luxo e dinheiro**. G1. Disponível em: <https://link.ufms.br/307F6>. Acessado: 22 out. 2024.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálaysys [online]**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/k1tlb>. Acessado em: 24 jul. 2023.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 151-172, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/7BG7k>. Acessado: 23 nov. 2023.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição e feminismo – uma aproximação ao debate contemporâneo. In: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. **Anais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/mUd9Y>. Acessado: 17 ago. 2023.

RODRIGUES, Nuno Simões. Problemática da prostituição masculina em Atenas Clássica. In: IRIARTE, Ana; FERREIRA, Luísa de Nazaré (Coords.). **Idades e Género na Literatura e na Arte da Grécia Antiga**, Coimbra/São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2015, p. 129-166. Disponível em: <https://link.ufms.br/aiAjr>. Acessado em: 22 fev. 2024.

ROSA, Alexandre Moraes da; BISPO, Andrea Ferreira. Prostituição: o impasse entre o Legalismo Moral e o Princípio do Dano. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 12, n. 3, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/P3OI6>. Acessado: 6 fev. 2024.

ROSSI, Valquíria Aparecida; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; TASHIMA-CID, Daren Priscila; DIAS, Maiango. Reflexões sobre bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, vol. 16, n. 31, jan.-jun. 2020. p. 151-175. Disponível em: <https://link.ufms.br/dQu5y>. Acessado em: 2 mar. 2023.

RUSSO, Gláucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e os aspectos simbólicos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Set./Dez. 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/KvSyI>. Acessado: 29 jul. 2023.

SACRAMENTO, Octávio José Rio do. **Os clientes da prostituição abrigada**: A procura do sexo comercial na perspectiva da construção da masculinidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia e

especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida) – Universidade do Minho. Portugal, 178f. 2005. Disponível em: <https://link.ufms.br/x8DZa>. Acessado: 31 out. 2024.

SACRAMENTO, Octávio José Rio do; RIBEIRO, Manuela. Mulheres marcadas: prostituição, ordem e exclusão. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 27-1 (2014), p. 197-209. Disponível em: <https://link.ufms.br/nWuRC>. Acessado: 31 out. 2024.

SANCHES, Silvana Colombelli Parra. **Envelhecimento e saúde das profissionais do sexo em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 151p. 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/FZQs9>. Acessado: 5 mar. 2023.

SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; SALUM, Gabriel de Barros. Vivências de travestis sobre a prostituição em um município do interior de Minas Gerais. **Revista Norte Mineira de Enfermagem – RENAME**, v. 5, p. 108-126, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/xzxGm>. Acessado: 16 jan. 2024.

SANTOS, Azivonete Francisca Cardoso dos. Prostituição em Feira de Santana: Relações de Sociabilidade (1960-1980). VII Encontro Estadual de História. **Anais**. Feira de Santana, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/vZujx>. Acessado: 8 jan. 2024.

SANTOS, Claudiana Gois dos. A liberdade é uma vertigem: prostituição e lesbianidade na literatura do grande século XIX. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 43, pp. 168-197, abr. 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/SA5IX>. Acessado: 28 nov. 2023.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Da batalha na calçada ao circuito do prazer**: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza. 2013. 192f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/yeVsR>. Acessado: 8 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2014. 384p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann; SILVA, Carlos Alberto Franco da; GONÇALVES, Carlos Walter Porto; LIMONAD, Ester; ALMEIDA, Flávio Gomes de; LIMA, Ivaldo; BINSTOK, Jacob; SOUZA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson de Nóbrega; HAESBAERT, Rogério; ERTAL, Rui; MOREIRA, Ruy; CUNHA, Sandra Baptista da; MIZUBUTI, Satie. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, Noeli da Silva. **Ações afirmativas no ensino superior**: análise das cotas étnicas-raciais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana. 2022. 50f. Dissertação (Mestrado

em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Aquidauana, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/4GfkD>. Acessado: 28 nov. 2024.

SANTOS, Renato Caio Silva. **Segredos de corpos nus**: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, SP, 226p. 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/KZCG9>. Acessado: 17 ago. 2023.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na Era Vargas. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 1, n.7, p. 311-336, 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/6pdR0>. Acessado: 17 out. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Manuel Fernando Queiroz dos; GIR, Elucir; SOUZA, Lázaro D'Assunção Batista de; OBREGON, Phallcha Luiza; SANTOS, Sandra Irene Sprogis dos; GATTAS, Vera Lucia. Alguns Aspectos da Prostituição Feminina de Ontem e de Hoje. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 5 (2), 1994. Disponível em: <https://link.ufms.br/hSbU5>. Acessado: 16 out. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368p. Disponível em: <https://link.ufms.br/PiPrm>. Acessado: 28 mar. 2023.

SEDLAMIER, Elisangela Marcos. **Estéticas da carne**: literatura, prostituição e psicanálise. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. João Pessoa/PB, 2018. 138p. Disponível em: <https://link.ufms.br/ukmUk>. Acessado: 28 ago. 2023.

SILVA, Amanda Cristina Souza de. **Mulheres de vida livre**: prostituição e mundos do trabalho na Amazônia setentrional (1964-1980). 2023. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/94BSL>. Acessado: 28 dez. 2023.

SILVA, Cláudio Valério da. **Breve história de Anastácio**: a margem esquerda. Anastácio, MS: Gráfica e Ed. Alvorada, 2002. 135p.

SILVA, Cyntia Cristina de Carvalho e. **Narrativas sobre a prostituição feminina na W3 norte**: construindo um dispositivo. 2016. 199f, il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/9Vqgt>. Acessado: 23 nov. 2023.

SILVA, Dércio Fernandes Maneco da. **A prostituição e a dignidade da pessoa humana na ordem jurídica angolana**. 2022. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Direito) – Universidade Katyavala Bwila, Benguela, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/lhIZc>. Acessado: 25 out. 2024.

SILVA, Edvania Gomes da; PIRES, Lara Maria dos Santos. Regulamentação da prostituição: polêmica e argumentação. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação – EID&A**, Ilhês, n. 19, ago. 2019. Disponível em: <https://link.ufms.br/ZfWI1>. Acessado: 14 mar. 2023.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. Prostituição, vivências e mercantilização de corpos. In: **Enlaçando Sexualidades II**, 2011, Salvador. Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura, 2011. Disponível em: <https://link.ufms.br/BWQSG>. Acessado: 14 out. 2024.

SILVA, Franciney dos Santos. **A dinâmica da prostituição no espaço urbano de Parintins**. Centro de Estudos Superiores de Parintins, Trabalho de Conclusão de Curso, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/HOAOP>. Acessado: 20 nov. 2023.

SILVA, Gabriela Natalia. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/2fi7G>. Acessado: 21 nov. 2023.

SILVA, Ivana de Oliveira Gomes e; SILVA, Paulo Lucas da. Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, julho/2016. p. 47-66. Disponível em: <https://link.ufms.br/b4rCk>. Acessado: 29 ago. 2023.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: Miguel Ângelo Ribeiro. (Org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. 1ed. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002b, p. 16-56.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas - Uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, [s.l.], v. 5, n. 2, 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/eas6t>. Acessado: 28 dez. 2023.

SILVA, Letícia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 12, p. 257-279, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/1BA8r>. Acessado: 23 fev. 2024.

SILVA, Luciana Codognoto da. **Cartografias de mulheres na prostituição: Territórios, Heterotopias e suas Interfaces com a Psicologia**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista – Unesp. Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016. p. 163. Disponível em: <https://link.ufms.br/WKFqN>. Acessado: 6 abr. 2023.

SILVA, Luciana Codognoto da; PERES, William Siqueira. Entre Maria Madalena e Gabriela Leite: diferentes modos de nomeação de mulheres na prostituição. **Revista Internacional Interdisciplinar**.

INTERthesis, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 203-221, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/H1nBJ>. Acessado: 24 jul. 2023.

SILVA, Luciana Codognoto da; PERES, William Siqueira. Prostituição feminina em Mato Grosso do Sul: territorialidades, corporalidades e resistências. In: III Simpósio Internacional de Educação Sexual. Corpos, Identidades de Gênero e Heteronormatividade no espaço escolar. Maringá-PR, 24 a 26 de abril de 2013. **Anais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/xrXwf>. Acessado: 23 nov. 2023.

SILVA, Marinete dos Santos. A prostituição feminina: um percurso e algumas reflexões. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 2, n. 1, janeiro a junho/2014, p. 109-121. Disponível em: <https://link.ufms.br/I1JZm>. Acessado: 8 jan. 2024.

SILVA, Marinete dos Santos. Clientes e circuitos da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. **Dimensões**, v. 29, 2012, p. 374-391. Disponível em: <https://link.ufms.br/VdRHq>. Acessado: 28 nov. 2023.

SILVA, Polyana Maria da; SILVA, Diony Clebson da. Prostituição, publicidade e novas mídias: o uso dos meios de comunicação nas mãos das garotas de programa. **Destarte**, v. 10, n. 2, p. 138-157, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/eqDxx>. Acessado: 23 out. 2024.

SILVA, Renan Antônio; MUZZETI, Luci Regina; LEÃO, Andreza Marques de Castro; MICHELETI, Laís Inês Sanseverinato; OLIVEIRA FILHO, Fernando Luiz Cas de. A intolerância à homossexualidade e suas múltiplas expressões. **Trilhas Pedagógicas**, v. 8, n. 2, agosto de 2018, p. 9-18. Disponível em: <https://link.ufms.br/ILo7y>. Acessado: 14 out. 2024.

SILVA, Robson Carneiro da. A territorialidade da prostituição travesti nos espaços públicos de Marabá: o caso da praça Monsenhor Baltazar Jorge. In: I Simpósio de produção científica espaço de integração acadêmica e científica. 9 e 10 de fevereiro de 2017. **Anais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/WV5a6>. Acessado: 20 nov. 2023.

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. 2009. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/w6zrD>. Acessado: 29 jun. 2023.

SIMÕES, Soraya Silveira. (2010). Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 2 (1), 24-46. Disponível em: <https://link.ufms.br/vHjp8>. Acessado: 28 jul. 2023.

SOARES, João Francisco Selhorst; SANTOS, Lucimara Cristina dos; CARDOSO, Josiane Paia; NEVES, Lídia; BATISTA, Eraldo Carlos. A Prostituição Como Profissão: Uma Análise Sob a Ótica das Profissionais do Sexo. **Revista Saberes**, Rolim de Moura, vol. 3, v. 2, jul./dez., p. 63-75, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/wztGx>. Acessado: 17 ago. 2023.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. 279p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos, SP, 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/tiZsD>. Acessado: 17 ago. 2023.

SOUSA, Francisca Ilmar de. A função social da prostituta. **Educação em Debate** – Fortaleza – Ano 17/18 – n° 29-30-31 e 32 de 1995 – p. 65-83. Disponível em: <https://link.ufms.br/VKYHq>. Acessado: 11 ago. 2023.

SOUTO, Katherinne Dias. Prostituição no Brasil: uma história de luta e invisibilidade longe do fim. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber – RCMOS**. São Paulo, 2022. p. 133-136. Disponível em: <https://link.ufms.br/xx9dw>. Acessado: 11 nov. 2024.

SOUZA, Carla Cristina de; DUQUE, Tiago. Trabalhadoras do sexo “universitárias” em Campo Grande (MS): Ambiente on-line, marcadores sociais da diferença e performatividade. **FAROL – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 8, n. 23, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/5d7fE>. Acessado: 28 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2020. 319p.

SOUZA, Tuanny Soeiro; MOURA, João Carlos da Cunha; GONÇALVES, Antônia Verônica da Silva; MATOS, João Guilherme de Oliveira Rezende; CARVALHO, Iracema Matos. Estado, direito e prostituição: limites e possibilidades de reconhecimento estatal. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas. 13 a 19 nov. 2021. **Anais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/OrNEZ>. Acessado: 29 jul. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2017, p. 33-37.

TANGERINA, Rafael da Silva; CIGOLINI, Adilar Antônio. Territórios do Cotidiano: a Prostituição de Rua na Região Central de Curitiba (PR). **Revista Perspectiva Geográfica**, Campus Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 7, p. 194-209, jul.-dez., 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/uZf5b>. Acessado: 23 fev. 2024.

TAVARES, Aline Godois de Castro. **A organização da Zona**: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP. 134f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/BWPjH>. Acessado: 23 nov. 2023.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade**: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. 2012. 352f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de

São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia, São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/KgEHV>. Acessado: 23 nov. 2023.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, p. 381-400, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/mAKi6>. Acessado: 17 out. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23 (3): 406, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/XPkq9>. Acessado: 7 nov. 2024.

TEODORO, Maria Cecília Máximo; SILVA, Thais Campos. A história de exclusão social e condenação moral da prostituição. **Revista Brasileira de História do Direito**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 221-233, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/yP4qw>. Acessado: 27 nov. 2023.

TOSCANINI, Lucca Arcírio. **Prostituição no mundo líquido**: por uma análise dos modelos de prostituição e das relações afetivas e sexuais na atualidade. 2018. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/Ukgij>. Acessado: 31 nov. 2023.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **Cenas de um Público Implícito**: territorialidade marginal, pornografia e prostituição travesti no Cine Jangada. 1997. 147f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 1997. Disponível em: <https://link.ufms.br/cU9wM>. Acessado: 25 nov. 2023.

VALENTIM, Danielle. **Em bordel a céu aberto, sul-mato-grossenses faturam R\$ 1 mil em uma tarde**. Correio do Estado. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/59rld>. Acessado: 14 jan. 2024.

VASCONCELOS, Osvaldo Silva; CAL, Danila Gentil; MOKARZEL, Marisa de Oliveira. Tinha Travesti Brincando de ‘Pira’: Construção Simbólica de Hierarquias e Territorialidades na Prática da Prostituição. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 46-58, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/4Qfft>. Acessado: 25 nov. 2023.

VIANA, Normando José Queiroz. Caminhos e descaminhos da prostituição viril. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 20, n. 2, p. 289-304, 2004. Disponível em: <https://link.ufms.br/YeKXG>. Acessado em: 28 out. 2024.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 29, p. 135-156, 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/dW6Gm>. Acessado: 23 mar. 2024.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 24 (3): 531-540, jul-set. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/3ueuC>. Acessado: 11 out. 2022.

ZDEBSKYI, Janaina de Fátima. **A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no antigo crescente fértil**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC. 273p. 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/EHVnK>. Acessado: 23 ago. 2023.

ZICKWOLFF, Erick da Cunha Coelho; GUIMARÃES, Valeria Lima; CHEIBUB, Bernardo Lazary. Considerações históricas sobre a prostituição feminina no Rio de Janeiro-RJ e sua relação com as viagens e o turismo. In: IX SEMINTUR, II COPEH, Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino. **Anais**. Caxias do Sul, RS, 9 a 11 de novembro de 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/6kN59>. Acessado: 23 nov. 2023.

ZURUTUZA, Anahi. **“De zona eu entendo”: eleição mostra que explorar sexo rende voto até da direita**. Campo Grande NEWS. 7 out. 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/JpzXX>. Acessado: 22 out. 2024.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro das Entrevistas

Pesquisa de Contribuição de Dados para a Dissertação, cujo título “A territorialidade sobre a ótica da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS”, visa compreender como dá-se a ocorrências das territorialidades desempenhadas acerca da prostituição sobre o contexto de cidade pequena.

Pesquisadora: Vitória de Jesus; RGA: 202300730; CPAQ/UFMS.

Orientador: Ricardo Lopes Batista; CPAQ/UFMS.

I – Perfil dos sujeitos pesquisados: salienta-se que não haverá divulgação deste bloco. Essas informações apenas contribuirão para a organização da produção da pesquisa.

A) Idade atual:

B) Idade que se inseriu na prostituição:

C) Sexo:

D) Reconhecimento de gênero:

E) Aceita clientes homens e mulheres?

F) Raça/Cor:

G) Você reside aqui mesmo?

H) Você exerce outra profissão?

I) Você pode me dizer sua renda na outra profissão? (Caso haja)

J) Qual é o seu estado civil?

K) Você tem filhos?

L) Qual é a sua situação de moradia?

II – Aumento patrimonial: este item visa investigar o padrão de consumo.

- A) Você se importaria de dizer qual é o seu ganho mensal com a atividade de prostituição?
- B) O que você conseguiu comprar com esse dinheiro?
- C) Você considera que houve uma mudança salarial após o ingresso na prostituição?

III – Ingresso na prostituição: aqui, a pesquisa buscará compreender como deu-se os primeiros comportamentos que propiciaram os primeiros contatos com o meio.

- A) Você consegue se lembrar como ocorreu os primeiros contatos com a prostituição?
- B) Como foi a sua primeira experiência?
- C) Seu sentimento em relação a essa atividade mudou ao longo do tempo?
- D) Você costuma trabalhar em mais de um local? Qual?
- E) Caso trabalhe em locais distintos, pode nos falar se há diferença quanto aos usuários e ao pagamento?
- F) Como você tomou conhecimento da prostituição em outro município? Como foi essa entrada? (Caso haja o turismo sexual)

IV – Territorialidade: buscará compreender o impacto do sujeito da configuração do território, com o intuito de abstrair suas práticas territoriais, bem como seu reconhecimento dentro dele.

- A) Você conhece todas as pessoas que trabalham com a prostituição nessa área?
- B) Como os clientes identificam vocês?
- C) Como você se prepara para o trabalho?
- D) Você poderia narrar como se dá seu dia a dia?
- E) Quantos programas você faz em um dia de trabalho? Você tem um limite?
- F) Onde são realizados os programas?

V – Relação com outros sujeitos do meio: se buscará, aqui, detectar produções de afetividade, de poder e/ou de controle entre os sujeitos que se encontram envolvidos, com baixa ou alta frequência, em cenários de prostituição, sendo estes, portanto, o agente do sexo, o rufião e o cliente.

- A) Como você definiria sua relação com outras pessoas profissionais do sexo?
- B) Como é sua relação com os clientes?
- C) Ainda sobre os clientes, você sente que estes procuram algum padrão específico?
- D) Você poderia narrar quais são os tratamentos recebidos durante uma sessão?
- E) Há alguma predominância de solicitação de fetiches?

VI – Relação com a sociedade: este momento será destinado à coleta de relatos que narrem as dualidades do sujeito como agente do sexo e como cidadão pertencente à um meio.

- A) Você sente diferença de tratamento nos momentos em que está exercendo a prática da prostituição e em outros momentos da sua vida cotidiana?
- B) Sua atividade voltada a prostituição é de conhecimento do seu núcleo familiar?
- C) O que te traz mais realização em sua vida?
- D) Você tem a pretensão de parar de exercer a prostituição?

Apêndice B – Termo de Confidencialidade

Termo de comprometimento do pesquisador e de confidencialidade no uso de dados (relatos orais e/ou transcritos) coletados ou produzidos, com as informações disponibilizadas pelos sujeitos da pesquisa.

Título do projeto:

Pesquisadora responsável:

Orientador responsável:

Instituição de origem do pesquisador:

Área de conhecimento:

Curso:

Telefone para contato:

Local da coleta de dados:

O(s) pesquisador(es) do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos sujeitos cujas informações (relatos orais e/ou transcritos) serão estudadas;
- Assegurar que as informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo então usadas iniciais, nomes fantasia ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

Local, _____ de _____ de _____.

Pesquisadora / RG

Orientador / RG

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “A territorialidade sobre a ótica da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS”, desenvolvida pela pesquisadora Vitória de Jesus, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ), com orientação do professor Dr. Ricardo Lopes Batista, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Geografia (UFMS/CPAQ).

Primeiramente, o convite se deve pela escassez de estudos acerca da prática de prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio, pouco sabendo, então, de como ocorre suas práticas e das situações das pessoas envolvidas com a atividade. A finalidade é então compreender as práticas diárias que permitam entender o (a) indivíduo dentro e fora da prostituição e de suas relações com outros sujeitos com o espaço, sendo possível compreender, então, como ocorre as territorialidades e as vivências desses (as) indivíduos.

Poderão então participar deste estudo indivíduos pertencentes ao mercado do sexo, sem gênero estabelecido, que resida ou desempenhe as atividades nos municípios de Aquidauana e Anastácio, maiores de 18 anos, livre e voluntariamente.

Nesse caso, você é convidado (a) a ser entrevistado (a) sobre as relações que esclareçam acerca das relações sociais e econômicas, que permita compreender ao aumento patrimonial, o ingresso na prostituição, a territorialidade, a relação com outros sujeitos do meio e a relação com a sociedade. As informações disponibilizadas serão então registradas e filtradas para posterior estudo e as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores. Em caso de interesse, os pesquisadores retornarão os resultados da pesquisa aos (às) participantes.

A quantidade de relatos a serem coletados será definido em correspondência ao número de indivíduos que manifestem concordância em prestar depoimentos que enriqueçam a caracterização desse estudo qualitativo, salvo caso em que se observa a saturação das respostas. A entrevista ocorrerá de forma oral e serão apresentadas ao final da dissertação. Além disso, não há previsão de qualquer prejuízo ou evento adverso e você será informado (a) periodicamente de qualquer nova informação que possa modificar a sua vontade em continuar participando desse estudo. Estima-se, como duração, cerca de vinte minutos destinados à realização da entrevista, podendo-se estender conforme o conforto do (a) participante entrevistado (a) em pontuar novos

relatos para além dos solicitados no roteiro. Ainda nesse contexto, caso haja desconforto ou outra reação adversa, o (a) participante pode declinar responder algumas das perguntas. Reforça-se ainda que a secretaria de saúde de Aquidauana já foi informada sobre a pesquisa, sendo a ela solicitada apoio psicológico, caso seja do interesse do participante.

Também não se aguarda eventuais despesas pela natureza dessa pesquisa, entretanto, explicita-se a garantia de ressarcimento em caso de despesas não previstas decorrente da participação na pesquisa bem como indenização diante de eventuais danos decorrentes da participação na pesquisa.

Referente aos (às) participantes da pesquisa, isto é, você que concederá a entrevista, não haverá a concessão de benefícios diretos decorrente do estudo. Entretanto ressalta-se que a produção desse material, enriquecido dos relatos colhidos, podem subsidiar a gestão social.

As entrevistas serão realizadas individualmente e em locais públicos indicados pelos (as) entrevistados (as), de maneira que não ocasione nenhum tipo de desconforto ou prejuízo em âmbito de trabalho, da vida pessoal e da quebra de sigilo de quaisquer dados. Além disso, como maneira de identificar uma entrevista de outra ao longo da produção escrita do estudo, será utilizado de identificações como “entrevista 1”, “entrevista 2” e assim sucessivamente, listados pela ordem de seu acontecimento. A enumeração apenas servirá para distinguir os acontecimentos de diferentes participantes como meio de trazer visibilidade e riqueza histórica aos discursos produzidos.

Como instrumentos dessa pesquisa aponta-se roteiro de entrevista semiestruturada desenvolvida por literatura da temática e com orientações, além do uso de gravador disponível em celular de uso pessoal da pesquisadora. O deslocamento deverá ser acordado entre ambas as partes, onde os pesquisadores podem intervir disponibilizando alternativas de deslocamento próprio como modo de minimizar quaisquer prejuízos financeiros por parte dos participantes.

Espera-se que o recrutamento dos (as) participantes ocorra por indicação, caso concorde em convidar outro (a) colega de profissão para essa pesquisa, podendo-se apresentar a entrevista ao (à) novo (a) participante para que opte se há ou não o interesse de conhecer o caráter da dissertação pelas explicações dos pesquisadores.

Fora isso, não ocorrerá quaisquer outras referências diretas que podem colaborar para a identificação dos (as) entrevistados (as) ou que quebrassem o respaldo ético desse estudo. Como

riscos pode-se apontar possível constrangimento com a natureza das perguntas e/ou alteração na rotina diária dos (as) participantes da pesquisa. Em caso de constrangimento, poderá facilitar-se contato com respaldo psicológico por acompanhamento profissional disponível na rede municipal de saúde, sendo a secretaria de saúde de Aquidauana previamente notificada sobre a realização da pesquisa e solicitada prestar apoio necessário. Outra medida a ser pontuada diz respeito a suspensão do contato com a pesquisadora caso seja de escolha do (a) participante. Porém, como benefício salienta-se a contribuição das discussões teóricas da temática e da desmistificação de possíveis concepções.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar dos pesquisadores informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitado neste Termo.

Dito isso, é possível recusar-se a participar ou até mesmo abandonar a pesquisa em qualquer momento de seu desenvolvimento sem prejuízo, sanções ou constrangimento e ter sua privacidade respeitada. Os pesquisadores comprometem-se em preservar a identidade dos (as) participantes, fazer uso das informações obtidas na pesquisa em apresentações e/ou publicações e não divulgar ou ceder a terceiros o material coletado.

Caso concorde em participar desta entrevista e posterior estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, a menos que requerido por lei. Assim, somente a pesquisadora com seu orientador Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul terão acesso às suas informações a fim de verificar a providência e ética deste estudo. Assim, o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como um documento original, assinado pelo participante da pesquisa e pesquisadores responsáveis.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores responsáveis, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/2012.

Ressaltamos que sua participação no estudo é voluntária e, assim, você pode optar por não participar deste estudo ou pode apresentar desistência.

Declaro que li e entendi este documento de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas além de que me ponho como voluntário (a) a tomar parte neste estudo.

Rubrica do participante

Rubrica da pesquisadora

Rubrica do pesquisador

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante,

relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra da pesquisadora. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável através do email v.jesus@ufms.br, do telefone (67) 99906-0556, ou por meio do endereço (profissional) R. Oscar Trindade de Barros, 740 – Da Serraria, Aquidauana-MS, 79200-000.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande –MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Nome e assinatura da pesquisadora

_____, ____ de _____ de _____

Local e data

Nome e assinatura do pesquisador

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

Nome e assinatura do (a) participante da pesquisa

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

ANEXO

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A territorialidade sobre a ótica da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS

Pesquisador: VITORIA DE JESUS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 76043023.9.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.841.510

Apresentação do Projeto:

O projeto “A territorialidade sobre a ótica da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS” tem por finalidade compreender a atividade de prostituição como um processo de ocupação e, consequentemente, como um agente social transformador e modelador do espaço urbano. Mediante os resultados obtidos será possível ampliar o leque de discussão acerca dos conceitos de território, de territorialidade e de multiterritorialidades ao traçar paralelos explicativos das categorias com a aplicação teórica da vivência percebida da prostituição nas cidades avaliadas.

Os participantes envolvidos na pesquisa são homens e mulheres que exercem a função de profissional do sexo. As intervenções a serem realizadas nos participantes são: entrevistas.

Os locais de execução (recrutamento de participantes, laboratórios onde análises serão realizadas, etc.): as entrevistas ocorrerão em ambiente sigiloso contando apenas com a participação do entrevistado e da coordenadora desta pesquisa.

O projeto conta com apoio financeiro da “FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP”, CNPJ 00.889.834/0001-08.

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros - Prédio das Pró-Reitorias - Hércules Maymone - 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.841.510

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o pesquisador:

Objetivo Primário: Analisar as territorialidades desempenhadas a partir da prostituição nas cidades de Aquidauana e Anastácio/MS de modo a compreender a complexidade da extensão do conceito território bem como compreender as práticas diárias da atividade. O trabalho, então, visa a diagnosticar ações de territorialidade e a potencialidade da atividade desenvolver-se como modelador do espaço.

Objetivo Secundário: O desenvolvimento da pesquisa desencadeará na percepção dos seguintes objetivos específicos: ζ Desvendar as múltiplas territorialidades que ocorrem nas áreas de prostituição; ζ Detectar a existência de conflitos territoriais em pontos das cidades que existam a ocorrência da atividade, sendo entre agente do sexo/agente do sexo ou entre os moradores das redondezas com sua percepção do desempenho da prostituição e da rotatividade de territórios entre prostituição comércio detectável no espaço. ζ Aplicar roteiro de entrevista semiestruturada aos agentes do sexo para compreensão do perfil dos sujeitos pesquisados, aumento patrimonial, ingresso na prostituição, territorialidade e relação com a sociedade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o pesquisador responsável:

Riscos: Não há riscos consideráveis, uma vez que a pesquisa se desdobrará conforme as ocorrência de aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada previamente pensada de forma a atender as demandas desta pesquisa e respeitar as condições psicológicas do grupo focal. Além disto, recorreu-se à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para disponibilização de atendimento psicológico caso, em algum momento, se faça necessário.

Benefícios: Ampliar o leque de discussão acerca dos conceitos de território, de territorialidade e de multiterritorialidades ao traçar paralelos explicativos das categorias com a aplicação teórica da vivência percebida da prostituição nas cidades em questão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo tem caráter nacional e não multicêntrico, com participantes localizados nas cidades de Aquidauana e Anastácio, Brasil. O projeto tem caráter acadêmico, realizado para a obtenção do título de mestre. O tamanho da amostra será de 10. Foi informado que início da Aplicação das entrevistas ocorreu em 04/09/2023, data que antecede este parecer. Segundo o pesquisador responsável, a pesquisa conta com patrocínio da ζ FUND COORD DE

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ζ Prédio das Pró-Reitorias ζ Hércules Maymone ζ 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 6.841.510

APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUP. Não haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc). Não haverá retenção de amostras para armazenamento em banco. Não propõe dispensa do TCLE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em relação aos termos de apresentação obrigatória entregues pelo pesquisador, considera-se:

- 1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE: anexado pelo pesquisador na Plataforma Brasil.
- 2) Autorização(ões) do(s) local(is) de execução: segundo o pesquisador, as entrevistas serão realizadas individualmente e em locais públicos.
- 3) Instrumento de coleta de dados: não foi apresentado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando os documentos postados e analisados, manifestamos parecer favorável a aprovação do projeto de pesquisa por esse Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

É de responsabilidade da pesquisadora submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Informações sobre os relatórios parciais e final podem acessadas em <https://cep.ufms.br/relatorios-parciais-e-final/>

Considerações Finais a critério do CEP:

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

- 1) Regimento Interno do CEP/UFMS

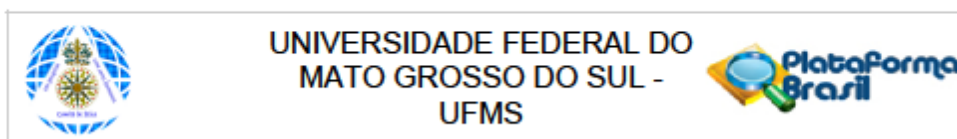
Disponível em: <https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno/>

- 2) Renovação de registro do CEP/UFMS

Disponível em: <https://cep.ufms.br/registro/>

- 3) Calendário de reuniões de 2024

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ; Prédio das Pró-Reitorias ; Hércules Maymone ; 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.841.510

Disponível em: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2024/>

4) Composição do CEP/UFMS

Disponível em: <https://cep.ufms.br/composicao-do-cep-ufms/>

5) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: <https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil/>

6) Legislação e outros documentos: Resoluções do CNS.

Norma Operacional nº001/2013. Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde. Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

7) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

8) Informações essenciais à TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

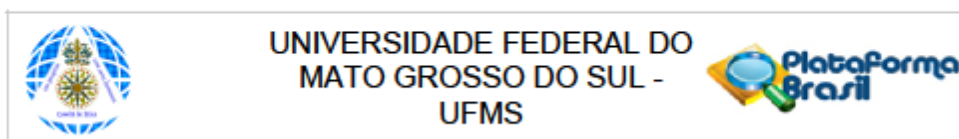
- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

9) Biobancos e Biorrepositórios para armazenamento de material biológico humano

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorrepositorios-para-material-biologico-humano/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros à Prédio das Pró-Reitorias à Hércules Maymone à 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 6.841.510

10) Relato de caso ou projeto de relato de caso? Disponível em: <https://cep.ufms.br/862-2/>

11) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

12) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

13) Declaração de uso de material biológico e dados coletados Disponível em: <https://cep.ufms.br/declaracao-de-uso-material-biologico/>

14) Termo de compromisso para utilização de informações de prontuários em projeto de pesquisa Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-prontuarios/>

15) Termo de compromisso para utilização de informações de banco de dados Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-banco-de-dados/>

16) Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual

Disponível em: <https://cep.ufms.br/orientacoes-para-procedimentos-em-pesquisas-com-qualquer-etapa-em-ambiente-virtual/>

17) Solicitação de dispensa de TCLE e/ou TALE

Disponível em: <https://cep.ufms.br/solicitacao-de-dispensa-de-tcle-ou-tale/>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2194781.pdf	16/03/2024 15:10:14		Aceito
Outros	carta_resposta.pdf	16/03/2024 15:09:59	VITORIA DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	f_de_rosto.pdf	16/03/2024 15:02:41	VITORIA DE JESUS	Aceito
Outros	edital_concessao.pdf	16/01/2024	VITORIA DE JESUS	Aceito

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ; Prédio das Pró-Reitorias ; Hércules Maymone ; 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS**



Continuação do Parecer: 6.841.510

Outros	edital_concessao.pdf	15:11:42	VITORIA DE JESUS	Aceito
Outros	Declaracao_de_Bolsista.pdf	16/01/2024 15:09:20	VITORIA DE JESUS	Aceito
Outros	Extrato_de_Pagamentos_de_Processo.pdf	16/01/2024 15:08:50	VITORIA DE JESUS	Aceito
Outros	ROTEIRO_DAS_ENTREVISTAS.pdf	16/01/2024 15:07:05	VITORIA DE JESUS	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia.pdf	16/01/2024 15:06:16	VITORIA DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle-versao_atualizada.pdf	16/01/2024 15:05:43	VITORIA DE JESUS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa.pdf	16/08/2023 16:51:19	VITORIA DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	16/08/2023 16:48:26	VITORIA DE JESUS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 22 de Maio de 2024

Assinado por:

**Fernando César de Carvalho Moraes
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros e Prédio das Pró-Reitorias e Hércules Maymone e 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br

